



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América
Latina e Caribe (TerritoriAL)

DAIANE CARLOS HOHN

**GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TERRITORIALIZAÇÃO: O CASO
DA USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO**

SÃO PAULO

2016

DAIANE CARLOS HOHN

**GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TERRITORIALIZAÇÃO: O CASO
DA USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Territórios”.
Orientador: Prof. Dr. José Tadeu Garcia Tommaselli.
Co-orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

SÃO PAULO

2016

Hohn, Daiane Carlos.

H719 Geração de energia elétrica e territorialização : o caso da Usina Hidrelétrica Estreito / Daiane Carlos Hohn. – São Paulo, 2016.
213 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: José Tadeu Garcia Tommaselli.

Co-orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Energia elétrica – Produção. 4. Usinas hidrelétricas – Brasil. I. Título.

CDD 333.7932

DAIANE CARLOS HOHN

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TERRITORIALIZAÇÃO: O CASO
DA USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Territórios”
Orientador: Prof. Dr. José Tadeu Garcia Tommaselli
Co-orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Tadeu Garcia Tommaselli (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Dorival Gonçalves Junior (Universidade Federal do Mato Grosso)

São Paulo, 01 de fevereiro de 2016.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo


CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

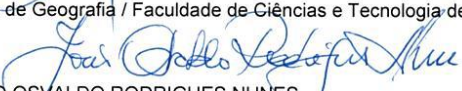
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TERRITORIALIZAÇÃO: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO.

AUTORA: DAIANE CARLOS HOHN

ORIENTADOR: JOSE TADEU GARCIA TOMMASELLI


Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, área: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. JOSE TADEU GARCIA TOMMASELLI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP


Prof. Dr. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES
FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP) / FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP)

PROFESSOR DOUTOR DORIVAL GONÇALVES JUNIOR
Departamento de Engenharia Elétrica / UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

São Paulo, 01 de fevereiro de 2016


**PROF. DR RAUL BORGES
GUIMARÃES**
Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe

Dedico esta produção aos
atingidos por barragens.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas e instituições que merecem agradecimento por terem contribuído para a construção deste texto. Em especial quero agradecer:

A grande família do MAB que me recebeu e proporcionou que nesse último período me dedicasse ao estudo e a elaboração. Espero ter cumprido bem a tarefa, na certeza de que há muito a se aprofundar. O estudo necessita seguir para que a prática seja sempre aperfeiçoada.

Aos professores da UNESP que se dedicam cotidianamente para a realização deste curso e que acompanharam nossa trajetória durante esse período nas aulas, na pré-qualificação, qualificação e defesa.

A ENFF, com seu quadro de trabalhadores que sempre estavam dispostos a contribuir no que fosse necessário para o bom andamento do curso;

Ao Projeto de Residência Agrária do PRONERA, uma política pública fruto da parceria entre UNESP/ ENFF/IPRI/ VIA CAMPESINA. E ao mesmo tempo, ao CNPq que contribuiu com a bolsa proporcionando que o estudo pudesse acontecer. Um resultado da luta dos movimentos sociais do campo.

Meu agradecimento especial ao professor Tommaselli, meu orientador, que ajudou a construir o roteiro de pesquisa, orientou, sugeriu nas fragilidades e defendeu quando foi preciso. Nesse processo sempre me deixou livre para que pudesse propor alterações no roteiro pré-estabelecido e dessa forma fomos construindo juntos cada etapa. Nossos encontros sempre foram regados de boas conversas. Mais que um orientador, tenho um amigo.

Minha gratidão também se estende ao professor Bernardo, que minuciosamente contribuiu para o entendimento e construção de parte do texto e de mapas agora apresentados.

Aos meninos Pedro, Hugo e Lucas, da UNESP, e ao Gabrielzinho, parceiro de caminhada pela elaboração de mapas e figuras. Sem vocês o Território Energético não teria se materializado.

Aos atingidos do Tocantins que, incansavelmente, contribuíram de diversas formas, desde as entrevistas até o fornecimento de documentos que serviram de base para análise da realidade.

E claro, agradecimento especial ao meu companheiro, cúmplice, de todas as horas, que acompanhou de perto cada parte desta produção, sendo o primeiro

leitor, com suas sugestões o texto foi tomando forma.

À família de sangue, mãe, pai, irmãos, sogra, sogro, tias, tios e também a família de amigos que construímos nesses anos morando no Pará, que dedicaram seus esforços no cuidado do meu pequeno, em muitos momentos, para que eu pudesse me concentrar.

Aos colegas da Turma Mariátegui pela amizade e ajuda mútua construída nesse período.

Aos colegas de trabalho, sobretudo no Pará, que seguraram as tarefas, enquanto eu escrevia.

Muito obrigada. Esta produção, com certeza, é de todos nós!

RESUMO

A energia elétrica é uma modalidade da energia central para o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista. O setor elétrico brasileiro tem como fonte principal de produção de energia elétrica, a hidroeletricidade, que no atual momento se tornou uma fonte de elevados lucros. As usinas hidrelétricas, inseridas no espaço geográfico, formam um conjunto de sistemas de objetos e ações construídos pelo trabalho dos trabalhadores, que na atualidade está sob o comando majoritário da iniciativa privada. A indústria da eletricidade é multiterritorial porque contém, dentro do território da energia, a geração, a transmissão, a comercialização e a distribuição e esta se liga ao território das demais matrizes construindo o território energético. Este texto busca entender o processo de instalação da Usina Hidrelétrica Estreito no rio Tocantins, localizado entre os estados do Tocantins e Maranhão. A implantação desta usina hidrelétrica é carregada de diversas estratégias por parte do consórcio empreendedor para ganhar o apoio da sociedade nas diversas escalas. Sua inserção provocou a desterritorialização de uma parcela de famílias, que anteriormente viviam na região e que, até hoje, buscam o reconhecimento como portadoras de direitos dos espaços ocupados. Esse processo trouxe conflitos entre as partes envolvidas e sua resolução vai depender da correlação de forças estabelecida no território. O conjunto de populações atingidas no Brasil formulou uma proposta que está em fase de análise por instituições do Estado, ligada ao setor elétrico, sobre como deveria ser o tratamento quando da instalação dessas obras. Essa proposta trata da definição de direitos, de um marco legal, de responsabilidades dos órgãos do Estado e tem a participação dos atingidos e conta com fontes de financiamento para garantir, além dos passivos deixados até então, uma política clara quanto à reterritorialização desse público. Entretanto, por uma série de razões a proposta vem sendo sistematicamente rejeitada. Dessa forma, a busca pelos direitos das populações atingidas seja pela UHE Estreito ou por qualquer outra hidrelétrica continua, assim como a busca pela soberania, pela distribuição da riqueza e pelo controle popular da energia.

Palavras-chave: Energia. Usina Hidrelétrica. Território. Direitos.

ABSTRACT

Energy is central to the development of productive forces in capitalist societies. The Brazilian electrical sector has its major source of energy yield the hydroelectricity, which nowadays had become a commodity with high profits possibilities. The power plants inside the geographical space are a set of objects and actions performed by workers and the majority of that plants are under the command of private entrepreneurs, with significant remittances of dividends to shareholders. The electricity industry is multi territorial as it includes, inside its territory, the generation, the transmission, the commercialization and the distribution and it is bonded to the territory of all others matrices and it creates the “energy territory”. This text tries to understand the installation process of the Estreito power plant in the Tocantins River, between the Brazilian states of Tocantins and Maranhão. The settlement of this power plant is surrounded by many strategies by the entrepreneur consortium in order to gain support from the many strata of the local society. The settlement of this power plant had induced the desterritorialization of many families, that used to live in the region and that until nowadays are seeking recognition as having rights of occupied spaces. This process brought conflicts among the evolved parts and its resolution will depend on the balance of forces established in the territory. A lot of people affected in Brazil made a proposal which is being analyzed by state institutions, bonded to electrical sector, about how should look like treatment when installing these power plants. This proposal deals with the definition of rights, with a legal framework, with the responsibilities of government agencies and has the participation of those affected and has funding sources to ensure, plus the liabilities left by then, a clear policy on reterritorialization of that people. But this proposal has been systematically defeated, for many other reasons. Thus, seeking for the rights of the affected populations continues, as well as the quest for sovereignty, the distribution of wealth and popular control of power.

Keywords: Energy. Power Plant. Territory. Rights.

RESUMEN

La energía eléctrica es una modalidad de la energía central para el desarrollo de fuerzas productivas en la sociedad capitalista. El sector eléctrico tiene como fuente principal de producción de energía eléctrica, la hidroelectricidad, que en el actual momento se convirtió en una fuente de lucros elevados. Los centros de fuerzas hidroeléctricas inseridas al espacio geográfico, hacen parte de un conjunto de sistemas de objetos e acciones construidas por el trabajo de los trabajadores, que en la actualidad está sobre el comando mayoritario de la iniciativa privada. La industria de electricidad es múltiple territorial porque contiene, dentro del territorio de energía, la generación, la transmisión, la comercialización y la distribución, esta se une al territorio de las demás matrices, construyendo el territorio energético. Este texto busca comprender el proceso de instalación de una Central Hidroeléctrica en Rio Tocantins, ubicada entre los estados de Tocantins y Maranhão. La implantación de este centro hidroeléctrico es cargado de varias estrategias por parte del consorcio emprendedor para ganar el apoyo de la sociedad en las diversas escalas. Su inserción causó la desterritorialización de una parte de las familias, que anteriormente vivían en la región y que hasta hoy buscan el reconocimiento como portadores de derechos de los espacios ocupados. Ese proceso trajo conflictos para las partes involucradas y su resolución depende de la correlación de fuerzas establecidas en el territorio. El conjunto de poblaciones afectadas en Brasil formularon una propuesta que está en fase de análisis por las instituciones del Estado, unido al sector eléctrico, sobre cómo debería ser el tratamiento cuanto la instalación de estas obras. Esa propuesta trata de la definición de derechos, de un marco legal, de responsabilidades de los órganos el estado y tiene la participación de los afectados y cuanta con fuentes de financiación para garantizar, más allá de los pasivos dejados desde entonces, una política clara cuanto la reterritorialización de este público. Sin embargo, por una serie de razones, la propuesta ha sido sistemáticamente rechazada. De esta forma, la busca por derechos de las poblaciones afectadas sea por el Centro Hidroeléctrico de Tocantins o por cualquier otra hidroeléctrica sigue, así como la busca por soberanía, por distribución de riqueza y por el controle popular de energía.

Palabras clave: Energía. Usina Hidroeléctrica. Territorio. Derechos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Oferta interna de energia elétrica, por fonte – 2014	45
Figura 02 - Distribuição geográfica do potencial hidrelétrico brasileiro	48
Figura 03 - Mapa do sistema interligado nacional	48
Figura 04 - Áreas de abrangência das concessionárias de distribuição de energia elétrica no brasil, com detalhes para as fronteiras são paulo/paraná e santa catarina/rio grande do sul	50
Figura 05 - Remessa de dividendos	59
Figura 06 - Organização institucional do setor elétrico brasileiro	73
Figura 07 - Território da tractebel no brasil	78
Figura 08 - Usinas hidrelétricas instaladas no brasil.....	81
Figura 09 - Território energético da suex tractebel.....	95
Figura 10 - Imagem da usina hidrelétrica estreito localizada ente o estado do tocantins e o estado do maranhão	97
Figura 11 - Região hidrográfica do tocantins-araguaia	101
Figura 12 - Donos da bacia rio tocantins	104
Figura 13 - Donos da bacia - pós reestruturação do setor elétrico, sem a uhe tucuruí .	104
Mapa 01 - Localização da usina hidrelétrica estreito	110
Figura 14 - Etapas para a operação de uma usina hidrelétrica.....	120
Figura 15 - Fotografia da marcha entre araguaína e estreito em 2010	135
Figura 16 - Fotografia do trancamento da br belém - brasília em 2009	135
Figura 17 - Fotografia da audiência pública em altamira, 2009	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Tarifas médias por classe de consumo regional e nacional, para o ano de 1995 (R\$/MWH)	35
Tabela 02 - Tarifas médias por classe de consumo regional e nacional, para o ano de 2002 (R\$/MWH)	36
Tabela 03 - Empresas estatais do Setor Elétrico Brasileiro que foram privatizadas no período de 1995 a 1998	37
Tabela 04 - As dez maiores usinas hidrelétricas em potência instalada (em MW)	46
Tabela 05 - Potencial hidrelétrico brasileiro por bacia hidrográfica (MW).....	47
Tabela 06 - Lucros Líquidos, em milhões de reais, dos principais geradoras nacionais em 2013 e 2014	58
Tabela 07 - Tarifas residenciais em 2015.....	90
Tabela 08 - Atuais acionistas das hidrelétricas da bacia rio tocantins (BRT).....	102
Tabela 09 - Bacia do médio tocantins - características básicas do reservatório da UHE Estreito para as cotas selecionadas - 2000	107
Tabela 10 - Bacia do médio tocantins - impactos ambientais do reservatório da uhe estreito para as cotas selecionadas – 2000.....	107
Tabela 11 - Entrada em operação UHE Estreito	113
Tabela 12 - Valores normativos para energia elétrica	118
Tabela 13 - Investimento da Suez Tractebel em P&D (em milhões de reais).....	124
Tabela 14 - Número de famílias atingidas nas usinas hidrelétricas no Rio Tocantins....	132
Tabela 15 - Compensações recebidas nas usinas hidrelétricas de peixe angical, São Salvador e Estreito.....	138
Tabela 16 - Faturamento das usinas da bacia do Rio Tocantins no ano de 2015.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIAPE	Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia
ABRACE	Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres
ABRACEEL	Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia
ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
ABRAGE	Associação Brasileira as empresas Geradores de energia elétrica
ABRAPCH	Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas
AES Tietê	AES Tietê S. A.
ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
ALCOA	Alcoa Alumínio S.A.
ALSTOM	Alstom Brasil Energia e Transporte LTDA.
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ALUPAR	Alupar Investimento S.A.
AMAGGI	Amaggi Energia S.A.
AMFORP	American & Foreign Power Company
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAB	Associação Nacional dos atingidos por barragens
ANACE	Associação Nacional dos Consumidores de Energia
ANATEI	Agência Nacional de Telecomunicações
ANDRADE GUTIERREZ	Grupo Andrade Gutierrez
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BA	BAHIA
BHP BILITON	Billiton Metais S.A.
BID	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Rodovia do Brasil
BRADESCO	Banco Bradesco S.A.
BRASIL TELECOM	Tele Centro Sul Participações S.A.
BRT	Bacia Rio Tocantins
BUNGE	Bunge Limited
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAHTU	Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAMARGO	Camargo Corrêa Energia Ltda.
CORRÊA	
CASA CIVIL	Casa Civil Presidência da República
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCMA	Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás
CDDPH	Comissão de Defesa da Pessoa Humana
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CE	Ceará
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELG	Companhia Celg de Participações
CELPA	Equatorial Energia
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins S.A.
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CERJ	Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CESTE	Consórcio Ceste Energia
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos

	Hídricos
CGH	Central Geradora Hidrelétrica
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CITIGROUP	Citigroup Inc.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNEC	CNEC Worley Parsons Engenharia S.A.
CNOS	Centro Nacional de Operação do Sistema
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COELCE	Companhia Energética do Ceará
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COS	Centros de Operação do Sistema
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu
CRACOHX	Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAC	Departamento de Aviação Civil
DERTINS	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DUKE	Duke Energy Brasil
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EDF	Électricité de France
EDP	Energias de Portugal
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços

ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROPAULO	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
ELETROSUL	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
ENASE	Encontro Nacional do Setor Elétrico
ENDESA	Endesa Brasil
ENENORDE	Estudos Energéticos: da Região Nordeste
ENERAM	Estudos Energéticos: da Região Amazônica
ENERPEIXE	Enerpeixe S.A.
ENERSUL	Estudos Energéticos: da Região Sul
ENERTRADE	Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A.
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ENGEVIX	Engevix- S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESCELSA	EDP Escelsa
ETTERN	Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza
EVRECY	Evrecy Participações LTDA.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas S.A.
GCOI	Grupo Coordenador Operação Interligada do Sistema Elétrico Nacional
GENERAL	General Electric Company
ELECTRIC	
GENERAL MOTORS	General Motors Corporation
GEPLAN/MA	Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Maranhão

GERDAU	Gerdau S.A.
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão S.A.
GO	Goiás
GRUPO	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
REDE/CELTINS	S.A.
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GWH	Gigawatt-hora
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBERDROLA	Iberdrola S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERCEMENT	InterCement S.A.
INVESTCO	Investco S.A.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional
KLABIN	Klabin S.A.
KM	Quilômetros
KWH	Quilowatt-hora
LI	Licença de Instalação
LIGTHI	Light Serviços de Eletricidade S.A.
LO	Licença de Operação
LP	Licença Previa
MA	Maranhão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE	Mercado Atacadista de Energia
MF	Ministério da Fazenda

MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MPF	Ministério Público Federal
MRN	Mineração Rio do Norte
MT	Mato Grosso
MW/H	Megawatt-hora
NBT CELULAR S.A.	Norte Brasil Telecom Celular S.A.
NEOENERGIA	Grupo Neoenergia S. A.
NORTE ENERGIA	Consórcio Norte Energia S.A.
ODEBRECHT	Organização Odebrecht S.A.
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
NOS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPE	Orçamento Plurianual do Setor de Energia Elétrica
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PA	Pará
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PB	Paraíba
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PE	Pernambuco
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PI	Piauí
PIE	Produtores Independentes de Energia
PIS	Programa de Integração Social
PLD	Preço de Liquidação das Diferenças
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PND	Programa Nacional de Desestatização
PNE	Plano Nacional de Expansão de Energia
PPP	Parcerias Público-Privadas
PR	Paraná
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programas de Educação da Reforma Agrária
QUEIROZ GALVÃO	Queiroz Galvão Energia
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RGE	Rio Grande Energia S.A.
RGR	Reserva Global de Reversão
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
RS	Rio Grande do Sul
SABESPREV	Fundação de planos de benefícios
SC	Santa Catarina
SDE	Secretaria de Direito Econômico
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEPLAN/TO	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins
SIEMENS	Siemens Brasil
SINTREL	Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica
SNRH	Secretaria Nacional de Recursos Hídricos
SP	São Paulo
STORA ENSO	Stora Enso Oyj
SUEZ – GDF	SUEZ Energy Latin America
TCU	Tribunal de Contas da União
TELEMAR	Tele Leste Participações S.A.
TFSEE	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica

THEMAG	Themag Engenharia S.A.
TO	Tocantins
TOCANTINS SA	Tocantins Celular S.A.
TRACTEBEL	Tractebel Energia S.A.
TRF1	Tribunal Regional Federal da Primeira Região
UC	Unidades Consumidoras
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UBP	Uso de Bem Público
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
ÚNICA	União da Indústria de Cana de Açúcar
VALE	Vale S.A
VOTORANTIM	Grupo Votorantim S. A.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 COMPREENDENDO OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	25
2.1 Breve histórico da formação do setor elétrico brasileiro: monopólio e estatização	25
2.2 A reestruturação do setor: privatização e desnacionalização	32
2.3 O setor elétrico na atualidade	44
2.4 Noção e características da energia elétrica.	57
2.5 A organização dos atingidos por usinas hidrelétricas: nasce um movimento socioterritorial	61
3 TERRITÓRIOS E CONFLITUALIDADES	70
3.1 Os territórios do imperialismo o hidrelétrico	70
3.2 Os territórios dos atingidos pelo imperialismo.....	83
3.3 Os processos de territorialização e desterritorialização	91
3.4 Território da água e energia e suas conflitualidades: território energético	94
3.5 O território da bacia do rio tocantins	100
3.5.1 As usinas hidrelétricas na bacia hidrográfica do tocantins	101
4 UHE ESTREITO: TERRITÓRIO DA ENERGIA E SUAS CONFLITUALIDADES	106
4.1 Histórico do empreendimento e formação do consórcio ceste	106
4.1.2 Localização	110
4.1.3 Cronograma de construção e entrada em operação comercial:.....	111
4.2 Objetivos da implantação e estratégia de comercialização da energia	113
4.2.1 Custos da obra	115
4.2.2 Financiamento da obra	116
4.2.3 Justificativas utilizadas para a construção da obra:	116
4.3 As estratégias do consórcio hidrelétrico	118
4.4 As comunidades atingidas: conflitualidade, desterritorialização e resistência	132
5 PROJETO ENERGÉTICO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	144
5.1 Um breve histórico	145
5.2 Contradições encontradas	149
5.3 Da denúncia ao anúncio - proposta orientativa	159

CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	173

1 INTRODUÇÃO

Convida-se o leitor a adentrar num território aparentemente de difícil compreensão, complexo em sua estrutura organizacional que gera uma série de contradições. Este território diz respeito a indústria da eletricidade, especialmente ao processo de implantação das usinas hidrelétricas tomando como exemplo, a Usina Hidrelétrica Estreito. O propósito deste texto tem por objetivo falar simples de algo que merece atenção da classe trabalhadora, pois afinal “somos todos atingidos”.

A discussão apresentada procura desmistificar que a questão da produção de eletricidade tem como decisão determinante a seleção da alternativa de fonte e tecnologia mais eficiente para compor a matriz. A tentativa é mostrar que o discurso da seleção da fonte e tecnologia eficiente para a produção de eletricidade acaba ocultando os interesses determinantes, isto é, as determinações geopolíticas e econômicas que orientam estes empreendimentos.

Assim nesta pesquisa, para se obter o título de Mestre em Geografia, é realizado um estudo visando compreender como aconteceu a instalação da UHE-Usina Hidrelétrica Estreito, no rio Tocantins. O objetivo desse estudo é identificar os caminhos que o consórcio percorreu para se apropriar do espaço e o papel do Estado nesse processo, além disso, é compreender como a população atingida recebeu essa obra em seu território, identificando as principais contradições relacionadas a implantação desse empreendimento e por fim demonstrar o que as populações têm proposto no tratamento as questões sociais relacionadas a implantação de usinas hidrelétricas.

Todavia, para entender a geração de energia elétrica de uma usina, é necessário compreender minimamente alguns elementos do setor elétrico brasileiro, tais como, sua expansão, sua reorganização, especialmente o que aconteceu a partir da década de 90 e o atual momento do setor. A instalação de usinas hidrelétricas em todo o território nacional trouxe muitas contradições, o que resultou na organização das famílias atingidas e o nascimento de um movimento socioterritorial. A Usina Hidrelétrica Estreito é uma das 203 usinas hidrelétricas

instaladas no país (ANEEL, 2016¹) e está localizada entre os estados do Tocantins e Maranhão. No modelo atual o caráter jurídico das hidrelétricas não é mais de “serviço público”, suas instalações são denominadas de “produtor independente de energia”. Dessa forma, a energia abastece os consumidores livres e também os consumidores cativos. Assim, a leitura do Capítulo 2 é essencial para se entender essa base sobre a qual tratar-se-á nos capítulos posteriores.

Para construir esse capítulo foi necessária a leitura atenta de especialistas da área, lembrando a história do setor através de Garcia (2011) e Melo (2008). O entendimento do processo de reestruturação do setor foi fundamental as leituras de Sauer (2002), Vieira (2005) e Gonçalves (2002, 2007). Para entender o momento atual foi importante averiguar o planejamento do setor elétrico², através da EPE - Empresa de Pesquisa Energética, através do Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, Plano Decenal de Expansão de Energia 2024, Plano Nacional de Energia 2030, assim como em relatórios de instituições do Estado como o Tribunal de Contas da União e a avaliação que o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) faz desse momento histórico.

A construção do Capítulo 3 traz um breve entendimento sobre os conceitos de espaço, território, conflitualidade, territorialização, desterritorialização sendo construídos, sobretudo, a partir do embasamento em Raffestin (1993), Fernandes (2008), Santos (2009), Haesbaert (2009) e Saquet (2013). Sob este olhar foi possível pensar o setor elétrico, entendendo suas redes de articulação e ao mesmo tempo ver o território das famílias que foram atingidas por estes empreendimentos. Com isso fica claro perceber como acontecem os processos de territorialização e desterritorialização que são intrínsecos nestes casos.

Todavia, para a compreensão deste processo é necessário entender a

¹Informação retirada do site da ANEEL. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

²O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), como seu nome indica, detalha as metas e define os projetos a serem executados nos dez anos seguintes. Enquanto documentos como o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Brasileira 2030 ajudam a preparar estratégias e a antecipar tendências para os próximos 25 anos, o PDE consegue apontar de maneira precisa quais serão os rumos do setor no médio prazo. O PNE 2030 indica a necessidade de expansão da geração de energia de fonte renovável nas próximas décadas, sem, no entanto, especificar de que forma isso pode ser feito. Já o PDE apresenta quais são os projetos hidrelétricos ou eólicos, entre outros, que deverão ser realizados nos anos subsequentes para o atendimento da demanda prevista. Mais informações, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/12/pde-assegura-expansao-equilibrada-da-oferta-energetica>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

relação que a UHE Estreito estabelece com as demais usinas hidrelétricas instaladas dentro da Bacia Hidrográfica no rio Tocantins e como esta relação se estende do local ao global, construindo o território energético, materializado neste caso, no território construído pela empresa Suez Tractebel.

Para poder responder ao objeto da pesquisa e assim construir o Capítulo 4, o caminho percorrido foi a busca de informações no Estudo de Impacto Ambiental /Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE Estreito, que trouxe um diagnóstico detalhado da região, com informações sociais, ambientais, econômicas do local onde foi construído o empreendimento hidrelétrico.

De posse dessas informações o caminho seguinte foi reunir informações em sites do Estado, como Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério Público Federal (MPF), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para identificar qual a postura destes órgãos durante o processo de instalação da obra, assim como, nos relatórios financeiros das empresas, em distintos anos, envolvidas no consórcio, a citar: Tractebel, Vale, Alcoa, InterCement para identificar que, o que está em disputa com a instalação deste empreendimento são cifras bilionárias que se realizam num período de 35 anos de concessão, sendo 5 anos durante a construção e 30 anos com a produção e venda da eletricidade. A busca também se deu em notícias de jornais da Folha de São Paulo, relatórios de audiências públicas na Câmara de Deputados e que dessa forma, pudessem construir subsídios para esclarecer como o processo de territorialização aconteceu.

Também foram utilizadas imagens, disponibilizadas pelo governo federal, da inauguração da usina Estreito, em vídeos feitos pelo Consórcio CESTE, para se ter uma noção da dimensão da usina hidrelétrica.

Com todas essas informações elucidadas, permitiu identificar algumas conflitualidades que se colocam e a resistência que as famílias atingidas foram travando nesse processo.

O Capítulo 5 vai tratar da proposta de Política Nacional de Direitos para os Atingidos por Barragens a partir da experiência acumulada que o MAB desenvolveu com relação às empresas que atuam no setor quanto ao tratamento recebido aos atingidos por barragens. Para isso, vão-se resgatar alguns documentos já elaborados pelo Estado sobre as questões sociais e ambientais e perceber que na atualidade os direitos não estão sendo garantidos por várias

questões elucidadas.

A construção deste capítulo foi embasada em Capra (2002), Vainer (2008, 2009), Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2010), Zouri (2011) e Movimento dos Atingidos por Barragens (2013).

Por fim, apresentam-se as considerações finais a partir do estudo realizado, identificando que na bacia no rio Tocantins, há a consolidação do imperialismo com a fusão da indústria nacional e internacional e o que está em disputa é quem vai se apropriar e determinar o uso desse território.

Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com lideranças atingidas pela usina e com representantes do MAB, para compreender como se deu a implantação da usina no território. Essas entrevistas aconteceram em dois momentos, o primeiro, em outubro de 2014 e o segundo, em outubro de 2015. Além disso, a análise de alguns documentos construídos pela organização dos atingidos - MAB no estado do Tocantins serviram de base para a compreensão da realidade estudada.

A vivência e a experiência adquirida da pesquisadora junto às populações atingidas por barragens, durante sete anos, sobretudo no Estado do Pará, também foi subsídio fundamental na construção deste texto.

No estudo de caso específico, houve dificuldades de contato com os responsáveis pelas empresas geradoras de energia elétrica do consórcio para obter com eles algumas informações diretas. Dessa forma, para conseguir essas informações, partiu-se para a busca de outras fontes bibliográficas, através de sites das empresas, de instituições estatais e notícias divulgadas pela mídia.

2 A COMPREENSÃO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Este capítulo apresenta uma breve contextualização do setor elétrico brasileiro, trazendo alguns elementos históricos sobre sua constituição, as principais mudanças ocorridas com a reestruturação na década de 1990 e por fim, o contexto mais atual da produção de energia elétrica no país.

A produção de eletricidade a partir dos potenciais hidráulicos, por meio da implantação de usinas hidrelétricas, tem no seu histórico muitas contradições. Entre elas, desterritorializou uma quantidade expressiva de pessoas e não reconheceu grande parte delas como portadora de direitos. Uma parcela dessa população busca seu reconhecimento e encontrou como um dos meios para alcançar seus objetivos à organização popular, que desde 1991 se expressa no Movimento dos Atingidos por Barragens.

2.1 Breve histórico da formação do setor elétrico brasileiro: monopólio e estatização

A chegada da energia elétrica no país tem seu início entre o final do século XIX e o início do século XX nos estados do RJ, SP e MG. De forma bem incipiente, seus primeiros usos foram como bem de consumo para iluminação de praças, locomoção de bondes elétricos, para atividades econômicas de mineração, beneficiamento de produtos agrícolas e pequenas indústrias têxteis³.

Nesse período, as primeiras usinas hidrelétricas construídas se localizavam próximos aos locais aproveitáveis e próximas aos centros consumidores. Por exemplo, São Paulo, no início do século, tinha um pouco mais de 200 mil habitantes, o que facilitaria futuramente o caminho para a apropriação das demais fontes hídricas.

Até 1930 os serviços de energia elétrica estavam, na sua maior parte, sob

3 A produção de energia provinha de pequenas usinas. Eram tão pequenas que a primeira usina construída no Ribeirão do Inferno em 1892, no município de Diamantina, estado de Minas Gerais, conseguia abastecer os produtores rurais. Já a primeira usina hidrelétrica construída para serviço de utilidade pública foi a Marmelos- Zero em 1989 no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. Para mais aprofundamento sobre a história do setor elétrico brasileiro ler A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: da primeira lâmpada a Eletrobrás. Biblioteca do Exército, 1977.

responsabilidade da iniciativa privada, já constituídos como monopólio. A American & Foreign Power Company (AMFORP), do grupo norte-americano Electric Bond & Share Corporation, e a Light and Power (canadense) tinham grande influência política⁴, recursos técnicos e financeiros, o que facilitou a aquisição das pequenas geradoras de capital privado nacional. Assim constituíram um movimento de concentração e expansão das suas atividades através de regimes de concessões para geração e distribuição da energia que eram recebidas dos governos locais da época.

A Light iniciou suas atividades em 1899 nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. A AMFORP iniciou suas atividades em 1924 e se instalou no interior de SP e demais estados brasileiros. Ambas viram no Brasil possibilidade de investimentos rentáveis e ampliação do raio de ação.

Em muito pouco tempo as duas empresas praticamente controlavam a produção e distribuição da energia elétrica em todos os locais com potencial de desenvolvimento do país.

A AMFORP ao se instalar em São Paulo percebe que já havia muitas usinas geradoras, todavia, isoladas entre si. Trouxe consigo a tecnologia da interconexão entre elas, que dispensaria grandes investimentos na geração e distribuição da energia gerada. Bastaria a junção para aperfeiçoar a operação. Era dado início ao que veio a ser chamado de Sistema Interligado Nacional. (GONÇALVES, 2002)

A conjuntura nacional nesse período estava alicerçada na produção agroexportadora de produtos primários e era acompanhada pelo governo da República Velha, de 1889 a 1930. Assim, a postura do Estado era marcada por poucos esforços de nacionalização das empresas do setor e a autorização para exploração era concedida exclusivamente para a iniciativa privada.

As empresas que se instalaram enfrentaram desde o princípio forte resistência de setores internos. Nesse período existiam forças opositoras que tinham também seus interesses. A Light, por exemplo, enfrentava conflitos internos com a recém-nascida burguesia industrial nacional, porque essa também

4 A concessão para transporte urbano de passageiros e cargas em bondes elétricos foi conseguida pela Light São Paulo, em 1897, graças ao livre trânsito do comendador Antônio Augusto Sousa nos meios políticos paulistas. Seu genro, o advogado Carlos de Campos, era naquele momento, secretário de Justiça do estado, e membro influente do poderoso Partido Republicano Paulista (SAMPAIO, 2001).

queria ter acesso às fontes hídricas. Entretanto, tinha poucos recursos para disponibilizar em investimentos com muitos riscos. Há relatos que desde 1909 a burguesia nacional fazia pressão para estabelecer regras, critérios, para o acesso e exploração das fontes hídricas pelas empresas estrangeiras (SAMPAIO, 2001).

Com sua influência junto ao Estado, a Light conseguira assegurar concessão durante um período de 50 anos através de contrato da chamada cláusula-ouro⁵, que permitia um preço internacional dos serviços e produtos oferecidos para o país com correção cambial mensal (FARIAS 2006, apud, GARCIA, 2011).

Isso só começa a mudar com a revogação da cláusula-ouro em 1933 e, na sequência, em 1934, com o estabelecimento do Código de Águas. Nesse momento foram tomadas importantes medidas pelo Estado para a retomada dos recursos naturais, por intermédio do Governo de Getúlio Vargas, que trazia consigo um projeto de desenvolvimento nacional, questionando as empresas estrangeiras, iniciando um ciclo de investimentos estatais para o crescimento produtivo brasileiro, inclusive no setor elétrico. Com o código, algumas modificações substanciais sobre os aproveitamentos hidrelétricos foram tomadas para a regulação do setor, a saber:

[...] separa a propriedade das quedas d'água das terras em que se encontram, incorporando-as ao patrimônio da Nação; atribui à União a competência de outorga de autorização e concessão para o aproveitamento da energia hidráulica para uso privativo ou serviço público, institui o princípio do custo histórico e do "serviço pelo custo", de lucro limitado e assegurado; e inicia a nacionalização dos serviços, restringindo sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país. Ressalva, no entanto, os direitos adquiridos (A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977, p 62).

As empresas estrangeiras reagiram ao Código porque essa medida entre outros fatores interferiria diretamente em suas receitas. O código institui o custo histórico, base para o cálculo da tarifa, taxando em no máximo 10% o lucro máximo permitido. Assim, foram diminuídos os investimentos na expansão do setor, de forma que até momentos de apagões foram vivenciados na década de 40 e 50. Associado a isso, o país passava pela crise econômica e os efeitos da

5 A cláusula-ouro referia-se ao direito das concessionárias de reajustar as tarifas de energia elétrica de forma a receberem o equivalente em ouro.

Segunda Guerra Mundial também foram sentidos com a interrupção da importação de equipamentos da Europa. (A ENERGIA, 1977). Barbosa (2001) explica bem esses acontecimentos:

A Constituição de 1934 atendeu aos anseios nacionalistas ao transferir para a União o poder concedente sobre esses recursos, prevendo com isso a “nacionalização progressiva dos recursos naturais essenciais à defesa econômica e militar do país” (Lima, 1995, p. 25) e restringindo também as concessões para brasileiros e para empresas organizadas no Brasil. Esta situação agravou-se posteriormente com a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu a interrupção das importações, o que repercutiu de forma significativa no processo de expansão dos serviços elétricos, e impôs novos parâmetros à convivência entre Estado e setor privado. Segundo Mielnik (1988), o consumo de energia elétrica tinha crescido 179%, enquanto que a capacidade instalada era de apenas 18%. (A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977, p 85)

A intervenção do governo no setor passa a se intensificar nas décadas de 40 a 60, principalmente pela necessidade de aumentar os investimentos para suprir as demandas que crescia a taxas superiores do que a oferta de energia, devido à falta de investimentos da iniciativa privada (GARCIA, 2011).

Gradativamente são retomadas as expansões das instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por todo o país. A necessidade de maior crescimento do setor leva o governo federal e os governos estaduais tanto a se tornarem acionistas de empresas quanto a constituírem suas próprias empresas.

Vale ressaltar que o governo assumiu responsabilidade da geração do setor o que exigia mais investimento. Assim, para garantir a expansão da acumulação capitalista investiu em centros de pesquisas para estudos de projetos, criação de universidades, qualificou mão de obra especializada, implantou uma série de estruturas produtivas com longo tempo de retorno, entre outros (Gonçalves, 2002). O que levou ao aquecimento de toda a cadeia da indústria da eletricidade porque exigiu uma demanda de produtos e serviços para a manutenção e expansão do setor elétrico. O setor privado permanecia concentrado na distribuição que exigia menos capital fixo e tinha giro mais rápido e na geração já existente.

Em 1943, foi criada a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) no RS, para aproveitar o potencial do estado. Em 1945 é criada a CHESF

(Companhia. Hidro Elétrica do São Francisco) com intuito de promover o aproveitamento do Rio São Francisco. Em 1952 a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A) para realizar o plano de eletrificação do Estado. Em São Paulo, diversas ações foram realizadas até a criação da CESP (Companhia Energética de São Paulo). FURNAS (Furnas Centrais Elétricas S.A) foi criada em 1957, para fazer uma grande usina no Rio Grande, entre os estados de SP e MG. Todas essas iniciativas foram fundamentais para definir o perfil do setor elétrico brasileiro (A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977).

De forma geral, o setor elétrico brasileiro teve seu período de crescimento durante os anos cinquenta, sessenta e setenta. A qualidade do sistema elétrico brasileiro foi organizada pelo Estado brasileiro de forma centralizada, através do Ministério de Minas e Energia, criado em 1960. Em junho de 1962 é criada a Eletrobrás, pela Lei nº 3.890-A, com missão, enquanto *holding* das estatais Federais, de coordenar os órgãos ligados ao setor elétrico nas regiões: CHESF, que atuaria na região nordeste, com exceção do Maranhão; FURNAS, que atuaria na região sudeste, em Goiás e no Distrito Federal; ELETROSUL, que atuaria na região sul e no estado do Mato Grosso do Sul e ELETRONORTE, que atuaria nos estados da região norte, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins (A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977).

Todavia, merece destaque que a criação da Eletrobrás também se deu num ambiente de acirrada disputa entre as empresas do cartel mundial do setor de eletricidade e o Estado. O Projeto de criação foi apresentado no Congresso Nacional em 1954 e só foi aprovado em 1961. O projeto inicialmente enviado defendia prioritariamente os interesses do capital nacional com a implantação dos sistemas de geração e transmissão e o desenvolvimento da implantação da indústria elétrica no país com uma grande demanda de máquinas e equipamentos. A Eletrobrás só foi efetivada quando este último item não compunha mais o projeto e o cartel internacional teve garantias de continuar produzindo e vendendo ao país suas máquinas e equipamentos.

Gonçalves, (2002, apud Brasil, Presidência da República, Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras), apresenta o trecho do Plano de Eletrificação mostrando que enquanto não foi modificado o texto do projeto, retardou a aprovação da Eletrobrás.

Os investimentos industriais previstos para serem executados pela União compreendem somente grandes usinas geradoras e linhas transmissoras em alta tensão, além da implantação da indústria pesada do material elétrico, se a iniciativa privada se desinteressar de criá-la. A distribuição de energia aos mercados consumidores foi deixada a cargo da iniciativa privada e dos governos regionais e locais, mesmo na zona a serem supridas preponderantemente pelas usinas federais (p. 116).

Nos anos subsequentes foram feitos estudos em todo o território nacional, com o apoio da ONU/BIRD, pela empresa de Consultoria Canambra reunindo a Montreal Engineering, a Crippen Engineering e a Gibbs & Hill, as duas primeiras canadenses e a terceira americana, para levantamento do potencial hidrelétrico através de quatro Comitês (região sul, sudeste, nordeste e região amazônica). Os estudos foram repassados ao Ministério de Minas e Energia e subsidiaram o primeiro Orçamento Plurianual do Setor de Energia Elétrica – OPE e sua aplicação, com a execução de grandes empreendimentos tais como Itaipu, Tucuruí, Sobradinho, Itaparica (A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, 1977).

Junto a isso o governo federal estimulava os estados a incorporar as empresas de distribuição de energia, que ainda permaneciam sob administração privada, no intuito de atribuir-lhes o encargo de prestar o serviço em todo o território estadual. As iniciativas foram sendo colocadas em prática nos anos 60 e 70.

A participação do Estado continuava aumentando, até que ocorreu a completa nacionalização do setor com a compra das empresas da AMFORP, em 1964, e do grupo Light, em 1979 (MELLO, 2008).

Goldenberg e Prado (2003, apud GARCIA, 2011), afirmam que a centralização e coordenação pela Eletrobrás, permitiram o planejamento e a construção de obras de grande porte, de sistemas de transmissão e da interconexão dos sistemas hidrelétricos. Essas ações melhoram os serviços de eletricidade e reduziram os custos de fornecimento, provavelmente, pelos efeitos da economia de escala.

Gonçalves, 2002, relembra que esse investimento do Estado resultou na expansão do setor elétrico e também garantiu a retomada das taxas de lucro da indústria elétrica. No pós- guerra, as indústrias que tinham suas matrizes em países centrais do capitalismo, estavam numa encruzilhada, diante da intensa obsolescência fruto dos avanços tecnológicos. Dessa forma, ou promoviam a

substituição de máquinas e equipamentos mesmo sem ter atingido o tempo necessário para a amortização dos custos investidos ou permaneciam como estavam e perderiam em competitividade, ou seja - menor produtividade em relação às empresas que fariam a substituição (GONÇALVES, 2002). Isso é importante ser ressaltado para entender o que vem a ocorrer no setor elétrico brasileiro. As máquinas e equipamentos que foram trazidos ao país na época, foram frutos da obsolescência nos países centrais, mas aqui alcançaram taxas de lucros em virtude de encontrar mão de obra e matéria-prima baratas, além de que, as mercadorias produzidas eram para o mercado interno – Política de Substituição de Importação.

No Brasil a política de implantação da indústria de bem duráveis, como a indústria automobilística, a indústria eletro- eletrônica entre outras, foi um dos ingredientes do Plano de Metas⁶ do governo de Juscelino Kubitschek que teve seguimentos depois nos governos militares, que previa um acelerado crescimento econômico a partir da expansão do setor industrial, com investimentos do Estado para a implantação de plantas industriais intensivas em capital, na produção de aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico, atrelado a empréstimos e pagamento de juros para garantir a industrialização, possibilitando assim a expansão de capitais estrangeiros no país.

Com a transferência de suas plantas industriais para os países periféricos, as indústrias foram beneficiadas também com preços subsidiados de energia elétrica, como exemplo do setor eletro-intensivo – ALBRAS e ALUMAR (GONÇALVES, 2002).

Dessa forma, o governo usa o setor em políticas de captação de recursos externos e para o controle inflacionário interno, uma das formas, foi conter a tarifa de energia elétrica. Assim, a remuneração média do setor ficou muito abaixo da remuneração legal permitida pelo “serviço de custo”, ao mesmo tempo, dava as condições de rentabilidade para o setor hegemônico do capital privado.

A crise mundial vivenciada nos anos 70 atrelada ao aumento do petróleo trouxe consequências para todos os ramos da economia com a retração de investimentos. No Brasil, pelo contrário se mantinham os programas de

6 Mais informação disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

crescimento econômicos puxadas pelo Estado com a aplicação de investimentos na indústria de base e de infraestrutura em diversas áreas, através de empréstimos externos com juros flutuantes. No setor elétrico, grandes obras foram realizadas nesse período, como Itaipu e Tucuruí. A capacidade instalada em 1971 salta de 10.244GW para 30.600 MW em 1981 (GONÇALVES, 2002).

Como a crise mundial se aprofundava, o Brasil também sentiu na década de 80 seus desdobramentos com o aumento vertiginoso da dívida externa, a estagnação na exportação, o aumento da conta de importação com preço do petróleo nas alturas e por fim com o fechamento dos empréstimos externos.

A recessão mundial levou os capitalistas dos países centrais a reorganizarem a relação de poder dentro de seus Estados com o objetivo de retomar as taxas de crescimento econômico, por isso começam a serem retomados os princípios liberais, imprimindo mudanças no campo do trabalho com modificações na legislação sindical, no campo econômico, atuação das forças do mercado retirando o Estado do setor produtivo, no campo ideológico, com a formatação de que a única forma da organização da produção que se daria pelos ideais liberais (GONÇALVES, 2002).

No Brasil, a disputa antes de implantar os princípios liberais se dava por garantir o poder do Estado. Com a redemocratização do poder e o fim da ditadura militar, as forças conservadoras se articularam e garantiram seus interesses com o Governo Sarney dentro da Constituição. Por isso iniciou no país uma campanha de desmoralização do Estado como planejador e executor de atividades econômicas ao mesmo tempo, que se apontava como alternativa as aplicações da ideia liberais articuladas ao capital mundial.

E assim, após todo o esforço da classe trabalhadora através do Estado, de “levantar” o setor elétrico, vivenciou-se no país um momento de perda de capacidade de investimento por parte do Estado e paralisia no setor para continuar expandindo o que gerava esgotamento na acumulação capitalista diante da conjuntura mundial, dando as condições objetivas para a síntese ideológica construída intencionalmente evidenciando a ineficiência do Estado.

2.2 A reestruturação do setor: privatização e desnacionalização

O processo de privatização do setor elétrico brasileiro foi iniciado no

governo Collor e continuou no governo FHC, estando articulado dentro de um conjunto de ações de privatização de outros setores além da energia, como comunicações, ferrovias, entre outros.

As explicações para a crise que o país passava se dava pela intervenção do Estado nas atividades produtivas e era necessário ideologicamente construir a uma nova concepção. O evento que aconteceu na capital norte-americana em novembro de 1989, chamado Consenso de Washington, no auge dos governos Reagan e Thatcher, que reuniu técnicos de entidades das Nações Unidas, sobretudo o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) foi um importante momento que selou essa nova postura que o governo iria assumir (BATISTA, 1994).

Os principais pilares sustentados pelos países periféricos do capitalismo foram a “desregulamentação”, a “privatização” e a “abertura comercial” como caminhos a serem trilhados para se chegar ao desenvolvimento além de que, era uma condição de cooperação financeira para que os estados nacionais pudessem acessar crédito externo bilateral ou multilateral (BATISTA, 1994).

Para Vieira (2005) neste evento se consolidou a imagem de um Estado agigantado e concentrador de poderes, todavia, ineficiente e inoperante. O mesmo autor, nos ajuda a compreender melhor como o Estado se colocava nessa conjuntura:

O Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. (VIEIRA, 2005, p.74).

Santos (2001, apud VIEIRA, 2005) reforça:

[...] não é que o Estado se ausente ou se torne menor, apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, a serviço da economia dominante. (SANTOS apud VIEIRA, 2005, p. 74).

E ainda destaca, que no limite, esta concepção:

[...] transfere a exploração do espaço econômico a grupos externos

ou internos, em geral sob hegemonia da esfera financeira e especulativa, com óbvias consequências para a tecnologia, os níveis de emprego e a utilização de recursos nacionais; transforma usuários e cidadãos em consumidores e clientes, alterando, de forma profundamente excludente, o conceito e a natureza inerentes aos serviços públicos como instrumento de afirmação da cidadania e dos direitos humanos - pois elitiza o acesso, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade.

Lendo as obras de alguns especialistas do setor elétrico, como Sauer (2002), Gonçalves (2002), Gonçalves (2007) e Vieira (2005), pode-se afirmar que a reestruturação do setor elétrico, aconteceu através da aprovação de leis que desregulamentavam o setor, criação de instituições para a regulação do mercado e a privatização, após 1995, de geradoras e distribuidoras de energia.

Ideologicamente o governo precisava conquistar segmentos expressivos do setor elétrico, por isso em 1996, a Secretaria Nacional de Energia, com apoio do Banco Mundial, contratou um grupo de consultoria inglês, a Coopers & Lybrand para elaborar um relatório com caráter científico para legitimar tais mudanças em curso na estrutura do setor (GONÇALVES, 2007).

As principais mudanças no setor, conforme os autores Abreu (1999), Sauer (2002), Vieira (2005) e Gonçalves (2007), foram iniciadas na década de 90.

A lei 8.031⁷ de 12 de março de 1990 é o marco inicial do processo de mudanças com o Programa Nacional de Desestatização. Nela se afirma a necessidade de:

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infraestrutura e do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito;
- V - permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para

7 Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm.> Revogada pela lei nº 9.491 de 1997. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm#art35>. Acesso em: 06 maio 2014.

a consecução das prioridades nacionais;

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Em 4 de março de 1993, a lei 8.631⁸, pôs fim à equalização tarifária que havia em todo o território nacional. Com esta lei, cabia a cada concessionário propor o valor de suas tarifas. Assumia-se que a eletricidade era transformada numa mercadoria que não pode ter preço controlado, pois o preço é estabelecido pelo mercado.

O valor da tarifa antes da reestruturação do setor acontecia pelo critério de “serviço pelo custo”, ou seja, a receita tarifária deveria atender aos custos operacionais incorridos para a prestação do serviço, acrescidos da garantia de recuperação da depreciação do capital investido e de sua remuneração, entre 10% e 12% ao ano. (SAUER, 2002).

A lei 8.631/93 garantiu a situação financeira das concessionárias do setor. As concessionárias de energia estaduais começaram a ser privatizadas em 1995 e já se observou um novo regime tarifário. As novas regras ditavam que a empresa dona da concessionária mantém a tarifa e começa a corrigi-las segundo regras de reajuste (anual) e revisão (normalmente a cada quatro anos).

A evolução das tarifas do setor elétrico brasileiro, após 1995, pode ser analisada a partir das informações publicadas pela ANEEL, reproduzidas nas Tabelas 1 e 2. Estas tabelas registram as tarifas efetivamente praticadas, por classe de consumo e por região do País, em reais por MWh (MegaWatt/hora) médios para os anos de 1995 e 2002.

Tabela 01 – Tarifas médias por classe de consumo regional e nacional, para o ano de 1995 (R\$/MWh)

Classe de Consumo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Residencial	80,23	67,67	78,18	75,55	76,53	76,26
Industrial	26,12	41,50	44,60	54,80	49,62	43,59
Comercial	93,36	84,35	84,19	88,72	86,59	85,44
Rural	71,24	55,12	57,52	52,32	54,80	55,19
Poder Público	85,83	86,05	81,21	92,08	84,04	84,07

8 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8631.htm> Acesso em: 06 maio 2014.

Iluminação Pública	55,76	53,26	50,69	51,89	50,73	51,59
Serviço Público	55,07	52,37	48,68	55,42	50,59	50,45
Consumo Próprio	64,42	86,61	66,26	65,33	86,41	69,59
Tarifa Média Total	41,83	57,99	59,95	65,44	68,91	59,58

Fonte: ANEEL. <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/tarifamedia/Default.cfm>; valores correntes. Acesso em: 06 maio 2014.

Tabela 02 - Tarifas médias por classe de consumo regional e nacional, para o ano de 2002 (R\$/MWh)

Classe de Consumo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Residencial	184,80	178,28	221,94	210,75	197,88	209,74
Industrial	58,36	75,00	103,20	106,99	103,22	95,77
Comercial	165,34	162,48	195,02	179,94	181,70	185,60
Rural	127,01	103,04	121,63	107,65	114,06	112,88
Poder Público	171,17	170,90	191,72	187,27	186,53	184,54
Iluminação Pública	106,77	101,82	120,35	109,21	105,85	112,66
Serviço Público	109,74	97,16	107,89	116,53	101,98	106,73
Consumo Próprio	172,59	169,76	88,80	102,49	200,14	102,86
Tarifa Média Total	117,27	116,99	145,76	145,90	155,95	143,05

Fonte: ANEEL <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/tarifamedia/Default.cfm>; valores correntes. Acesso em: 06 maio 2014.

Nas distribuidoras de energia elétrica as possibilidades de lucratividade eram tantas que a reestruturação do setor poderia resultar na criação de 24 empresas somente em São Paulo, conforme Vieira (2005), como registrava o artigo 18 da lei estadual 9361/96 que criou o Programa Estadual de Desestatização – PED do estado de São Paulo.

Em face das críticas sofridas, apontando para as perdas de escala e escopo, afetando custos, capacidade de modernização tecnológica e porte para garantia de financiamentos e atuação, a concepção foi posteriormente atenuada em parte, com a criação de dez empresas.

Gonçalves (2007) reforça que “politicamente o estado brasileiro, mostrava a disposição de transformar a eletricidade num bem de mercado. A tarifa devia atender, antes de tudo, o interesse individual de cada uma das empresas privadas” (p. 286).

O marco inicial da liberalização e privatização na geração aconteceu no dia 6 de setembro de 1993, com a aprovação do Decreto 915⁹, que autorizava a

9 Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0915.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

constituição dos consórcios¹⁰ na geração, de usinas hidrelétricas, ou seja, deram base para entrega da exploração dos bens naturais para a iniciativa privada.

No dia 22 de dezembro de 1993 é assinado o Decreto 1009¹¹ que autoriza a criação do SINTREL – Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica. Naquele momento, ficou definido, que o conjunto das linhas de transmissão das empresas estatais, controladas pela ELETROBRAS, passaria a ter uma administração centralizada, objetivando a organização da operação do sistema, de modo a garantir o livre acesso de empresas concessionárias e produtores para a transmissão de energia elétrica.

Em 25 de maio de 1995, foi criado o Decreto 1.503¹² que incluiu o Sistema Eletrobrás no PND – Programa Nacional de Desestatização, orientando a privatização dos segmentos de geração e distribuição deste sistema. A Tabela 3 apresenta a relação das concessionárias privatizadas:

Tabela 03 - Empresas estatais do setor elétrico brasileiro que foram privatizadas no período de 1995 a 1998¹³

Nome	Data da privatização	Área de concessão	Comprador	Preço R\$ Milhões	% Vendido	Mercado GWh/ano
Escelsa	12/07/95	ES	Iven S/A, GTG Participações	385,0	50,0	6160
Rio Light	21/05/95	RJ	AES; Houstons, EDF, CNS	2230,0	51,0	21170
Cerj	20/11/96	RJ	Endesa (Sp); Enersis; EDP	605,3	70,26	5458
Coelba	31/07/96	BA	Iberdrola; Brasil Cap; Previ; BBDTVMM	1730,9	65,64	7985
CEEE (CO)	21/10/97	RS	AES	1510,0	90,91	5772
CEEE (NNE)	21/10/97	RS	Cea,VBC; Previ	1635,0	82,70	4711
CPFL	05/11/97	SP	VBC;Previ; Fundação CESP	3015	57,6	16700
Enersul	19/11/97	MS	Escelsa	625,6	76,56	2169
Cemat	27/11/97	MT	Grupo Rede; Inepar	391,5	85,10	2139
Energipe	03/12/97	SE	Cataguazes; Uptik	577,1	85,73	1353
Cosern	11/12/97	RN	Coelba; Guaraniãna	676,4	77,92	2084

10 O primeiro consórcio foi para a conclusão da Usina de Serra da Mesa (Goiás), entre Furnas e a Nacional Energética, do Banco Nacional e da Usina de Itá (SC/RS), entre a Eletrosul e a associação entre a Companhia Siderúrgica Nacional e a Cimento Itambé (VIEIRA, 2005, p.97).

11 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1009.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

12 Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1503.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

13 Essa tabela foi adaptada de Abreu (1999), p.114.

			Uptik			
Coelse	04/04/98	CE	Consórcio Distriluz (Energis Chilectra, Endesa, Cerj)	867,7	82,69	4900
EletroPaulo Metrop.	15/04/98	SP	Ligth	2026,0	74,88	35000
Celipa	09/07/98	PA	QMRA Participações (Grupo Rede e Inepar)	450,3	54,98	3100
Elektro	16/07/98	SP/MS	Grupo Eron Intl.	1479,0	46,6	10511
Cachoeira Dourada	05/09/97	GO	Endesa/Edegel/Fundos de Investimentos	779,8	92,9	
Gerasul	15/09/98	RS	Tractebel (Belga)	945,7	50,01	
Bandeirante	17/09/98	SP	EDP; CPFL	1014,0	74,88	23170
Totais				20944,2		152385

Em 13 de fevereiro de 1995, o governo criava a Lei Nº 8.987¹⁴, regulamentando o regime de concessão e permissão da prestação dos serviços públicos. Gonçalves (2007) faz a seguinte ressalva sobre essa lei:

Nesta lei são estabelecidas regras importantes para a conservação da lucratividade das empresas. Fica definida a política tarifária dos serviços públicos, na qual assegura que os contratos “*poderão*” ter mecanismos de revisão tarifária que garantam o equilíbrio econômico-financeiro das empresas (GONÇALVES, 2007, p.289).

No artigo 13 da lei 8.987/1995, é mencionado que as tarifas podem ser diferentes em relação aos distintos segmentos de usuários. Na reestruturação são criados diferentes segmentos de consumidores: consumidores cativos (residências, pequenos comércios, pequenas industriais, consumidores rurais) e que não tem opção de seu fornecedor e consumidores livres¹⁵, (aqueles que tem potência instalada acima de 3000 KW são denominados consumidores livres, podem comprar energia elétrica diretamente dos geradores).

O novo modelo também deixava claro a necessidade de constituir unidades de negócios independentes dentro da cadeia produtiva. Assim criam-se vários negócios: a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia elétrica, o que permitiria a possibilidade de competição entre as empresas que disputariam o controle dessas atividades (GONÇALVES, 2002).

Sauer (2002) enfatiza dizendo que, com essa separação, o caráter do fornecimento de energia se alterou, o que antes tinha como premissa o serviço

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

¹⁵ Para aprofundamento do conceito de consumidor livre, ler Sauer (2002), p.59.

público essencial passa a ser commodity caracterizada como uma atividade econômica capaz de altos lucros.

Em 07 de Julho de 1995, visando compatibilizar os prazos das concessões das empresas que seriam privatizadas, foi instituída a Lei Nº 9.074¹⁶, estabelecendo as normas para as outorgas e prorrogações das concessões e permissões.

Esta lei, também, criou a figura do *produtor independente*¹⁷, retirando a característica de bem público da eletricidade.

Gonçalves (2007), reitera:

[...] Vale lembrar, que até então, a exploração da eletricidade era por autorização ou concessão do poder concedente para a realização de um serviço público. [...]. Por esta lei, a eletricidade ganhava o caráter de mercadoria, pois produtor independente é aquele – pessoa jurídica ou consórcio de empresas – que autorizado pelo poder concedente, produz eletricidade para a comercialização por sua conta e risco. (GONÇALVES, 2007, p.289).

O artigo 15, da Lei 9.074/95, estabelece condições para que os consumidores livres negociem sua necessidade de energia elétrica com qualquer fornecedor. Isso pode abrir a possibilidade de que, para garantir ou atrair os consumidores livres, as distribuidoras de energia elétrica para preservar seu equilíbrio econômico financeiro, tende a oferecer condições favoráveis e benefícios na estrutura tarifária que acabam onerando os consumidores cativos com uma maior carga tarifária (SAUER, 2002).

Assim, é possível observar a contradição deste modelo. Mesmo os consumidores residenciais pagando na tarifa de energia elétrica a CDE- Conta de Desenvolvimento Energético, que inclui universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, entre outros objetivos, temos ainda depois de quase 30 anos de construção um grande número de residências sem energia elétrica até os dias atuais, nas ilhas formadas pela UHE Tucuruí. Portanto, é uma questão de mercado, de retorno financeiro e, como explica Gonçalves, (2007), para a reprodução do capital exige o uso intensivo das instalações pela força de trabalho, e não é viável financeiramente instalar energia em locais muito dispersos como os

16 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9074cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

17 Para aprofundamento do conceito de produtor independente, veja Gonçalves (2007), p. 289.

interiores dos municípios e sim nos aglomerados urbanos.

Em 26 de dezembro de 1996, é criada a Lei 9.427¹⁸ que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com as atribuições de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de eletricidade em todo o território brasileiro. Ela nasce como autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado. Gonçalves (2007) reforça:

[...] transfere o poder do governo para uma nova instituição de estado. Esta instituição, segundo a ideologia da hegemonia econômica, constitui-se um poder de estado “de competência técnica”, cuja missão é ‘proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício de toda a sociedade’. (GONÇALVES, 2007, p. 290).

É importante ressaltar que a ANEEL, tem exercido um papel muito mais político e ideológico de viabilizar e organizar a produção da indústria da eletricidade segundo as forças capitalistas e especialmente sob a hegemonia dos setores financeiros com objetivo de garantir o lucro às empresas do setor do que exclusivamente de caráter técnico e científico.

Em de 27 de maio de 1998 é criada a lei Nº 9.648¹⁹ que estabelece regras de entrada, tarifas e a estrutura de mercado, estabelecendo o novo modelo de comercialização de energia elétrica, no qual as empresas geradoras venderiam sua produção através do Mercado Atacadista de Energia (MAE), organização privada, que centralizaria os contratos de curto, médio e longo prazo, inclusive de produtores independentes de energia²⁰;

A lei acima citada, cria o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tinha como função garantir o livre acesso as redes de transmissão de forma não discriminatória, promover planejamento e a programação das operações elétricas e o despacho centralizado da geração, incentivar a expansão do sistema ao

18 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19427cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

19 Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19074cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

20 Vieira (2005) na p. 88 caracteriza: Surgem os novos atores nas figuras dos Consumidores Livres, dos Produtores Independentes- que podem comercializar sua eletricidade de forma independente, agregando competição do lado da oferta e promovendo a livre concorrência – e, dos Comercializadores de Energia, que terão, segundo o modelo, livre trânsito entre os agentes produtores e consumidores, isto é, entre Geradoras, Distribuidoras e Consumidores Livres, com o objetivo de dinamizar as transações e induzir as pressões para reduções dos preços.

menor custo e a administração das redes básicas de transmissão (PIRES, 2000 apud GARCIA, 2011).

Gonçalves (2007) reforça que com a criação do ONS, para o estado neste acordo coube:

[...] a ELETROBRÁS e suas subsidiárias transferirem ao Operador Nacional do Sistema Elétrico todo o patrimônio constituído no período estatal, como: a força de trabalho superespecializada em gestão do sistema; toda a produção científica e tecnológica desenvolvida; bem como, todos os equipamentos; programas computacionais, enfim, os ativos constitutivos do Centro Nacional de Operação do Sistema - CNOS e dos Centros de Operação do Sistema - COS, bem como os demais bens vinculados à coordenação da operação do sistema elétrico. Em resumo, o governo transferiu a totalidade do GCOI – Grupo Coordenador Operação Interligada do Sistema Elétrico Nacional – pessoal técnico; acervo técnico e todos os bens relacionados à Gestão operação do Sistema. (GONÇALVES, 2007, p.294).

Em 1998, com aprovação da Lei 9648, dava-se passos ainda mais significativos afirmando que a Eletrobrás poderia participar dos consórcios formados para a construção das usinas hidrelétricas (UHE's) com até 49% das ações e o restante ficaria com a iniciativa privada.

Importante lembrar que a lei citada acima, em sua atuação no decreto 2003/96 no artigo 11, considera Produtor Independente de energia elétrica a pessoa jurídica ou consórcio que recebem concessão ou autorização para produzir energia destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida por sua conta e risco.

Pinguelli, (2001) afirma que a privatização da Light, em 1996, no Rio de Janeiro, não foi uma privatização, foi um caso de desnacionalização. A EDF - uma estatal francesa - ganhou o controle da Light. O BNDES apesar de deter mais de 50% das ações, fato que lhe dava o poder de dirigir a empresa, renunciou a este direito legal transferindo o comando da empresa a EDF.

Garcia (2011) nos indica o volume de recursos que foram obtidos com as privatizações:

As privatizações englobam 20 distribuidoras e 4 geradoras, gerando receitas da ordem de mais de 25,6 bilhões de reais em novembro de 1997. As vendas das estatais do setor de distribuição representaram 86% dos valores arrecadados pelos leilões, totalizando uma receita de 22 bilhões de reais, enquanto o setor de geração gerou pouco mais de 3,5 aos cofres

públicos. (GARCIA, 2011. p. 34)²¹.

Embora não aprofundado neste texto, outra implicação do novo modelo, foi a diminuição dos postos de trabalho no setor elétrico, além da precarização e terceirização dos serviços como consequência imediata das privatizações.

Essas medidas ampliaram a jornada dos trabalhadores buscando-se formas e meios para aumentar sua produtividade e, ao mesmo tempo, aumentando o volume de trabalho excedente. Em síntese há aumento das jornadas de trabalho e diminuição do valor da força de trabalho.

Num esforço de síntese desse primeiro momento é importante frisar que o Estado teve a tarefa de implementar toda a infra –estrutura para o desenvolvimento do país, incluindo o setor elétrico, a partir dos anos 1950 e se estendeu até o início dos anos 1990, apesar de que as empresas mundiais do setor estiveram sempre presentes dando o suporte necessário através de negócios anteriores a produção de eletricidade, com o fornecimento de consultorias, financiamentos, máquinas e equipamentos, construção de obras, e posteriores, com o atendimento ao fornecimento de energia subsidiada as empresas eletro intensivas. Com a necessidade imposta pela crise mundial de endividamento dos estados nacionais e as empresas capitalistas na busca incessante de voltar a ter as taxas de lucros, houve uma profunda reestruturação no setor elétrico, capaz que garantir este objetivo, tornando a energia sua principal mercadoria. Dessa forma, nos anos 90 ocorreu a transferência para a iniciativa privada, atribuindo-lhe a tarefa de promover os investimentos para a expansão da capacidade de promover os investimentos para a expansão da capacidade do país, em virtude da falta de capacidade financeira das Estatais.

Todavia, as reformas realizadas não foram suficientes e em 2001 ocorreu um “apagão”, onde tivemos um racionamento de energia afetando as residências e também o setor industrial. Especialistas do setor atribuíram este fato a falta de água nos reservatórios pela questão da estiagem. Há que se admitir que houve insuficientes investimentos em geração e transmissão, faltou um planejamento

21 Ao se atualizar estes valores, em abril de 2015, com base no IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, temos um acumulado de 112,73%. Assim, as referidas privatizações geraram receitas de 71,4 bilhões de reais. A venda das estatais do setor de distribuição representaram 86% dos valores arrecadados pelos leilões, totalizando uma receita de 61,4 bilhões de reais, enquanto o setor de geração gerou pouco mais de 10 bilhões aos cofres públicos.

centralizado sobre a demanda de energia, o que levou a que se chegasse naquele episódio.

Sauer, (2002) reforça que as distribuidoras de energia foram as maiores beneficiárias no racionamento com o acréscimo da tarifa, pois ocorreu no “Acordo Geral” em 2001 o aumento de 2,9% nas residências e 7,9% na indústria, totalizando R\$ 23 bilhões entre “compra de energia emergencial” e “seguro anti-apagão”.

Assim em 2004, como forma de responder a principal contradição colocada no racionamento – a ausência de segurança no fornecimento de energia elétrica foi constituído o Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico, que teve como principais características segundo o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (2004) a citar: garantir a segurança de fornecimento de energia; promover a modicidade tarifária; promover a inserção social.

Conforme Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (2004) uma das maiores mudanças ocorreram na comercialização de energia. Na normatização anterior os leilões de concessão eram feitos no maior preço. Além disso, o vencedor da concessão deveria conseguir a licença ambiental e ainda buscar mercados para vender sua energia.

No novo modelo, com a aprovação da lei 10.848/2004, o vencedor do leilão será o vencedor que oferecer a menor tarifa e o leilão só ocorrerá após concessão da licença ambiental e o vencedor do leilão já terá o contrato de venda garantida.

Para esse novo modelo foi criado com a lei 10.847/2004 a Empresa de Pesquisa Energética, (EPE), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico,(CMSE) regatando para a responsabilidade do Estado a realização de um planejamento indicativo para a questão energética nacional.

Dessa forma o governo reassume o papel central no planejamento indicativo e implantação de políticas energética e retira da Aneel o poder de outorga atribuindo – lhe ao MME.

Outra característica desse novo modelo é que a comercialização da energia que poderá acontecer em dois ambientes, no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre.

Outra modificação é que o Mercado Atacadista de Energia (MAE) foi

substituído pela CCEE.

Ainda conforme Maggi (2013) nesse período através da lei 11.079/2009 é instituído as “PPP”- Parcerias Públicos Privadas, que viabiliza a participação do Estado com suas empresas, mas veta ser titular da maioria do capital.

Assim, esse novo modelo iniciado na década de 1990 e aperfeiçoado em 2004, consolida segundo Maggi (2013) uma nova distribuição da propriedade e gestão dos empreendimentos elétricos sob o comando de alguns grupos capitalistas. Segundo o autor:

Em aproximadamente dez anos o monopólio estatal foi dividido com empresas especializadas na produção e distribuição de energia (Tractebel - belga, Endesa e Iberdrola - espanholas, e Duke e AES - estadunidenses), empresas da construção civil (Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão/brasileiras), bancos (Santander e BBVA – ambos espanhóis, City Bank - estadunidense, BNDES - brasileiro), empresas de equipamentos de energia (Siemens e Voith -alemãs, Andritz - austríaca, General Electric - estadunidense), autoprodutores (Cia Brasileira do Alumínio, Votorantim, Cia Vale do Rio Doce e Gerdau - brasileiras, Alumínios Maranhão e Alcoa - estadunidenses, Alumínios Canadá - canadense) e empresas estatais, como o grupo Eletrobrás (Eletrosul, Eletronorte, Furnas, CHESF e a própria Eletrobrás) e o próprio BNDES, que apesar de não atuar como proprietário diretamente, é o principal agente financiador (MAGGI,2013 p.79-80).

Essas foram algumas das mudanças que ocorreram com a reestruturação do setor elétrico brasileiro e que tiveram como consequência a transferência para a iniciativa privada de grande parte das instalações realizadas pelo estado até então, sobretudo na geração e na distribuição de energia.

2.3 O setor elétrico na atualidade

Atualmente são várias as fontes de geração de energia que temos no Brasil podendo classificá-las em não – renováveis (petróleo, gás, carvão e nuclear) e em renováveis (biodiesel, hidráulica, lenha, eólica) correspondendo, respectivamente, a 70,80% e 29,19% da oferta interna de energia no país (ANEEL, 2016)²². Este

²²Informação retirada do site da ANEEL. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 21 março 2016.

estudo pretende analisar apenas a energia produzida pelos recursos de base hídrica, ou seja, as usinas hidrelétricas (UHE).

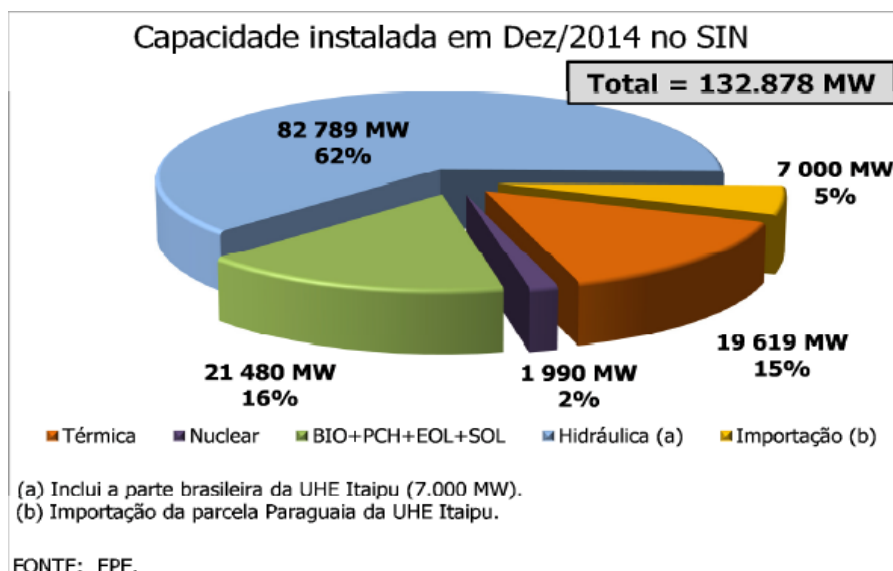
Em um dos documentos oficiais do governo, o PNE - Plano Nacional de Expansão de Energia - 2030, é utilizado o seguinte argumento para a opção aplicada ao país para a produção de energia elétrica. “Diante do vasto potencial hidrelétrico que o país dispõe essa foi “opção estratégica” ainda nos anos 50 do século passado” (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA / EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2007, p.73)

Essa “opção estratégica” estava fundamentada em algumas características, que precisam ser elucidadas. Não são somente características técnicas que definem a utilização de determinada fonte, mas, sobretudo, um conjunto complexo de decisões políticas e econômicas que puderam oferecer a determinados agentes da produção de energia elétrica a possibilidade de explorá-las com o objetivo de obtenção de lucros.

No Brasil há algumas peculiaridades, se comparado a outros países, sobretudo neste momento de crise econômica, que podem ser motivo para grandes disputas intercapitalistas para o domínio da fonte de maior valor, neste caso, a fonte é a água (GONÇALVES, 2007). Aqui encontram-se as bases naturais mais vantajosas (água em abundância, terra, minérios, biodiversidade) que, do ponto de vista do capital, permite garantir *lucros extraordinários*²³ aos grupos privados nacionais e internacionais, que se apropriam dessas fontes. Além disso, podem obter lucros na construção das hidrelétricas, na venda de equipamentos e maquinários, com material de construção, na exploração dos trabalhadores e, claro, com a venda da mercadoria energia no mercado. A figura 1 mostra a capacidade instalada por tipo de fonte no Brasil, em dezembro de 2014.

Figura 01- Oferta interna de energia elétrica, por fonte – 2014

23 Lucro extraordinário ou lucro suplementar, conforme Gonçalves (2007), advém do preço de produção social médio, que para a eletricidade – historicamente – é dado pelo preço de produção a partir das térmicas a combustíveis fósseis.



Fonte: MME/EPE (2015).

O Brasil possui um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, cerca de 260 GWh de potência e, junto com a América Latina, este potencial chega a 730 GWh. No caso brasileiro, do potencial total, apenas 30% foi utilizado. Em março de 2016 tinha-se 4.481 empreendimentos em operação, totalizando pouco mais de 142 GWh de potência instalada. Destes, 203 empreendimentos são UHE²⁴, 458 são PCHs²⁵ e 551 são CGH²⁶ (ANEEL, 2016). A título de exemplo elucidativo, a Tabela 4 apresenta a relação das dez maiores usinas hidrelétricas em potência instalada. Vale lembrar, que Belo Monte e Teles Pires ainda estão em construção, mas já fazem parte do rol de hidrelétricas que são consideradas no parque de geração de energia, conforme a ANEEL (2014).

Tabela 04 - As dez maiores usinas hidrelétricas em potência instalada (em MW)

Nome	Potência/ MW	Região
------	--------------	--------

24 Para melhor entendimento sobre a diferença entre cada uma delas, informações retiradas no site do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/Procedimentos_LicenciamentoAmbientaEHS.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2015. UHE - Usina Hidrelétrica de Energia – é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30 MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km² (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL.

25 PCH - Pequena Central Hidrelétrica - é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1 MW (um megawatt) e até 30 MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km² (300 ha), ou assim definidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 652 de 09 de dezembro de 2003.

26 CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.

Belo Monte	11.233	Norte
Tucuruí I e II	8.370	Norte
Itaipu (parte brasileira)	6.300	Sul
Santo Antônio	3.568	Norte
Jirau	3.750	Norte
Ilha solteira	3.444	Sudeste
Xingó	3.162	Nordeste
Paulo Afonso IV	2.462	Nordeste
Itumbiara	2.082	Sudeste
Teles pires	1.819	Norte

Fonte: Banco de Informações de Geração (ANEEL, 2014).

No Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) para 2021, planeja-se chegar a pouco mais de 182 GW de energia instalada. A grande parte do potencial a ser explorada se encontra na Amazônia. Até o momento, pouco mais de 8% do seu potencial foi explorado (MME/EPE, 2012).

A tabela 5 abaixo apresenta o potencial hidrelétrico brasileiro por bacia hidrográfica em dezembro de 2015. Para enriquecer ainda mais essa informação e poder demonstrá-la apresenta-se na sequência a figura 2 que apresenta a distribuição geográfica do potencial hidrelétrico brasileiro, de acordo com o PDE - 2022. Pode ser observado que a Amazônia é a região que concentra a maior expansão, devido seu potencial e baixa utilização até o presente momento. Nas palavras do PDE - 2022 “Essa região constitui a fronteira hidrelétrica do país, nela se localiza grande parte do potencial hidrelétrico brasileiro ainda não explorado” (MME/EPE, 2013, p.349).

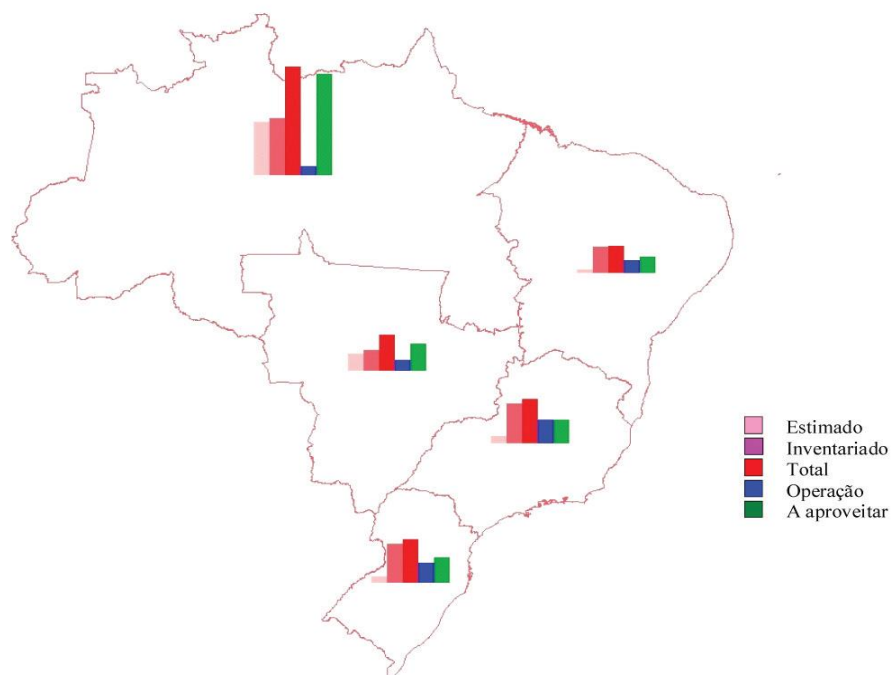
Tabela 05 - Potencial Hidrelétrico Brasileiro por Bacia Hidrográfica (MW)

Bacia	Total
Atlântico Leste	14.169,69
Atlântico Norte/ Nordeste	2.889,15
Atlântico sudeste	10.204,97
Rio Amazonas	96.638,02
Rio Paraná	62.335,68
Rio São Francisco	22.614,51
Rio Tocantins	26.894,55
Rio Uruguai	11.718,41

Fonte: Adaptado pela autora, com base SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO POTENCIAL

HIDRELÉTRICO BRASILEIRO, ELETROBRÁS, 2015)²⁷.

Figura 02 - Distribuição geográfica do potencial hidrelétrico brasileiro

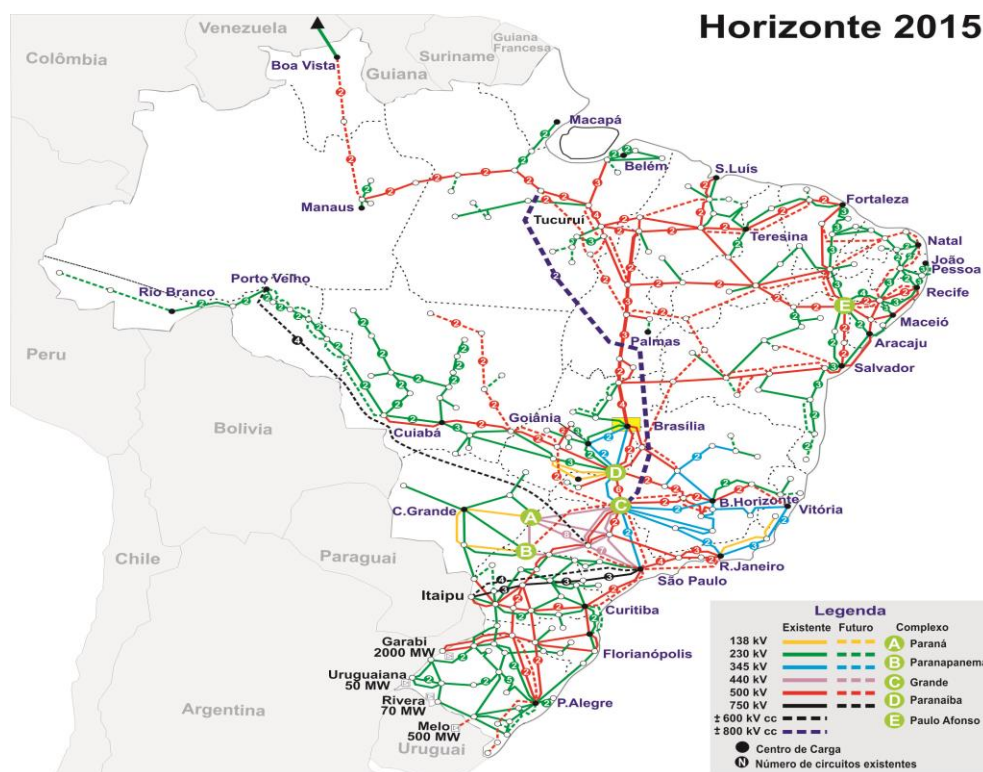


Fonte: PDE, (MME/EPE, 2013)

O sistema de transmissão de energia é formado por dois outros sistemas: o sistema isolado nacional, que se localiza na região norte e atende a uma demanda de 1,7% de energia; o sistema interligado nacional, que atende a uma demanda de 98,3% de energia. É um complexo sistema de produção, distribuição e transporte que combina arranjos de produção entre as regiões sul, sudeste, nordeste e parte da região norte (ONS, 2014). Abaixo a figura 3 que demonstra o atual Sistema de Transmissão.

Figura 03 - Mapa do Sistema Interligado Nacional

²⁷ Informação retirada no site da Eletrobrás em <<https://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS21D128D3PTBRIE.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2016.



Fonte: ONS, 2016²⁸.

Com o sistema interligado nacional foi possível construir extensas redes de transmissão de energia ligando os locais de produção aos locais de consumo. Foi criada a possibilidade de transportar e distribuir energia até os centros consumidores numa extensão gigantesca, além da possibilidade de aumentar o ganho energético pela interligação dos subsistemas regionais em pelo menos 12%, que, nas palavras do PNE, “é uma autêntica usina virtual” (PNE, 2030, MME/EPE, 2007 p. 81). Assim, é perfeitamente possível produzir energia em Rondônia e consumi-la nas indústrias em São Paulo, a uma distância superior a 2300 quilômetros²⁹.

Com isso, outra característica do sistema interligado nacional, é que ele permite uma maior estabilidade ao sistema como um todo, como ressalta Gonçalves (2007):

[...] as linhas de transmissão, ao carregarem energia elétrica de uma região onde tenha abundância de água, para outra que não tenha, funcionam como verdadeiros reservatórios que transferem água de uma

²⁸Informação retirada do site do ONS. Disponível em: <http://www.ons.org.br/conheca_sistema/mapas_sin.aspx> Acesso em: 03 fev. 2016.

²⁹Informação retirada do site: <<http://www.schahin.com.br/pt/areas-de-negocio/energia/portfolio-7/lt-porto-velho-ro-araraquara-sp>>. Acesso em: 05 de maio 2014.

bacia para outra (p.68).

Gonçalves (2007) reforça dizendo que a “interligação das bacias pelas linhas de transmissão, através da transferência de grandes blocos de energia entre as regiões, fato que faz do sistema elétrico interligado nacional um dos sistemas de menor risco de fornecimento de eletricidade, mundialmente” (p.67).

Segundo a ABRADÉE³⁰ o seguimento da transmissão é composto por mais de 100 mil quilômetros de linhas e operado por 77 concessionárias.

Em 2015, havia 63 Concessionárias, 38 Permissionárias e 13 Autorizadas, totalizando 114 agentes, entre públicos, privados e de economia mista, atuando no mercado de distribuição (ANEEL, 2016).

Na maioria dos estados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a área de concessão ainda corresponde aos limites geográficos estaduais; em outros, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, existem concessionárias com áreas de abrangência bem menores que a área geográfica do Estado. Há, também, áreas de concessão descontínuas, que ultrapassam os limites geográficos do estado que é sede da concessionária, como ilustrado na Figura 4.

Figura 04 - Áreas de abrangência das concessionárias de distribuição de energia elétrica no Brasil, com detalhes para as fronteiras São Paulo/Paraná e Santa Catarina/Rio Grande do Sul

³⁰Informação retirada do relatório financeiro da EDP de 2013. Disponível em: <http://edp.infoinvest.com.br/ptb/5586/EDP_RAS2013-na.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2015.



Fonte: Atlas de Energia Elétrica do Brasil (ANEEL, 2005)³¹

³¹ De forma geral o intuito é demonstrar as distribuidoras de energia elétrica que atuam no setor. Por isso, compreende-se que as informações disponíveis no Atlas de Energia Elétrica do Brasil, organizadas pela Aneel (2005), embora sejam informações antigas não há perda generalizada de informação.

A ANEEL³², em seu site traz as informações sobre os contratos de concessão das empresas prestadoras dos serviços e distribuição de energia elétrica onde estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Da mesma forma, definem penalidades para possíveis irregularidades.

Segundo a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, o Brasil contava em outubro em 2015, com mais de 77 milhões de “Unidades Consumidoras” (UC), termo que corresponde ao conjunto de instalações/equipamentos elétricos caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada e correspondente a um único consumidor. Do total de UCs brasileiras, 85% são residenciais (ABRADEE³³, 2015).

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, em março de 2016 existiam 174 comercializadoras³⁴ no Brasil, tendo como função estudar o mercado em busca das melhores opções de compra e venda de energia, intermediando as negociações entre geradores e consumidores livres.

Assim sendo, a indústria da eletricidade é um parque industrial muito complexo, que vai desde a geração, transmissão até a distribuição de energia. Toda essa cadeia opera simultaneamente e assim é uma *atividade econômica intensiva em capital*. Gonçalves (2007, p.199) reforça, quando diz “*que as usinas hidrelétricas são empreendimentos intensivos em capital fixo e com elevado tempo de rotação*”.

Na década de 90 houve a reestruturação do setor e essa característica de ser uma atividade intensiva em capital se manteve, porém sob a hegemonia do Estado, que conforme leis e acordos garantem ao empreendedor as condições objetivas para a sua instalação e do ponto de vista financeiro são estabelecidos empréstimos com longos anos de pagamentos, via BNDES³⁵, como o exemplo de

³²Para detalhamento dos contratos com as distribuidoras de energia, disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=43&idPerfil=2>>. Acesso: 02 fev. 2016.

³³ABRADEE - Disponível em: <<http://www.abradee.com.br/setor-de-distribuicao/a-distribuicao-de-energia>>. Acesso em: 15 out. 2015.

³⁴Informação retirada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica Disponível em: <http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/quem-participa/conheca_os_agentes?>. Acesso em: 21 mar. 2016

³⁵Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

implantação do aproveitamento hidrelétrico Belo Monte, localizado no rio Xingu, com aprovação do financiamento para a Norte Energia S.A.³⁶ de R\$ 22,5 bilhões de reais com um prazo 30 anos para pagar³⁷.

Na criação do “Novo Modelo”, a configuração se alterou, passando para a iniciativa privada a função de explorar os potenciais, como um ente eficiente – sempre regulado pelo mercado e ao Estado cabia a tarefa de regulador e fiscalizador das ações. Isso estava pautado dentro dos acordos feitos com o Banco Mundial, que prescrevia estes ajustes. Gonçalves (2007, p.291) observa essa tendência ao afirmar que *“a retirada do Estado de exercer qualquer função de planejamento e/ou de produção de eletricidade. A sua função deveria estar restrita a criação de regras para estimular um sistema de produção de eletricidade pautado no regime de mercado”*.

O mercado determinando o preço da mercadoria energia trouxe uma série de consequências, a exemplo da aplicação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) que é utilizado para valorar a energia comercializada no mercado de curto prazo e se faz pela utilização dos dados considerados pelo ONS para a otimização da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). O Preço de Liquidação das Diferenças consiste na utilização de modelos computacionais NEWAVE e DECOMP, ou seja, cálculos matemáticos, para definir um equilíbrio entre o uso da água das hidrelétricas e os combustíveis utilizados nas usinas termelétricas. A competência de definir os limites máximo e mínimo do PLD foi atribuída à ANEEL por meio do Decreto 5.163/2004. Para o limite máximo, devem ser considerados os custos variáveis das usinas termelétricas e para o limite mínimo, os custos operacionais das usinas hidrelétricas (Aneel, 2015).

Essa ferramenta matemática criada para garantir o equilíbrio financeiro dos agentes, pode ser sentida pela classe trabalhadora em 2014, com o aumento das tarifas de energia elétrica quando o preço teto do PLD estipulado pela ANEEL chegou a R\$ 822,00/MWh.

O artigo “Energia a que preço?”, escrito por Frei Beto na revista “Caros

³⁶ A Norte Energia é uma sociedade de propósito específico composta por Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Petros, Funcep, Grupo Neoenergia, Cemig, Light, Vale, Sinobras, J. Malucelli Energia.

³⁷ Mais informações ver o site do BNDES. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/energia/20121126_belomonte.html. Acesso em: 29 maio 2014.

Amigos”, em abril de 2014, traduz bem este cenário, pelo questionamento: *Como pode a hidrelétrica Luiz Carlos Barreto, de FURNAS, localizada no Rio Grande, divisa entre MG e SP, vender energia a R\$ 33,00/MWh e, 30 km abaixo, uma hidrelétrica (Jaguara) da CEMIG cobrar R\$ 822,83/MWh por uma energia gerada pela mesma água? Que aumento de custo tão grande teria ali? Térmica elas não são! E se fosse falta de chuva afetaria as duas usinas de forma igual. Não é melhor qualificar de golpe especulativo?*

Essa mágica forma de obter lucros foi alcançada após a edição da Medida Provisória (MP) 579/2012, posteriormente convertida na Lei 12.783/2013, onde o Governo pôs em prática uma política de renovação antecipada dos contratos de outorga de geração e transmissão. Para entender essa medida é necessário voltar em 1995, quando da desestatização do setor, onde as concessões do setor elétrico outorgadas até aquela data foram prorrogadas por até vinte anos, com base na Lei 9.074/1995. Isso correspondia a 18% da geração, 84% da rede de transmissão e 58% das distribuidoras de energia. Diante dos prazos, os contratos de geração, transmissão e distribuição firmados teriam finais somente a partir de 2015 (TCU, 2015).

Assim, em troca da prorrogação automática dos contratos então vigentes, os concessionários concordariam em receber uma parcela financeira correspondente à indenização do total dos bens não amortizados e concordariam em receber pela energia gerada uma tarifa definida pela ANEEL, correspondente aos custos de manutenção e operação de seus empreendimentos, no valor de R\$ 33 MW/h.

O objetivo almejado pelo Governo Federal, à época, era “viabilizar a redução do custo da energia elétrica para o consumidor brasileiro, buscando, assim, não apenas promover a modicidade tarifária e a garantia de suprimento de energia elétrica, como também tornar o setor produtivo ainda mais competitivo, contribuindo para o aumento do nível de emprego e renda no Brasil”, conforme exposição dos motivos para a medida provisória (TCU, 2015). Com as alterações trazidas pela medida, pretendia-se uma redução na conta de energia da ordem de 20%, em média, para o usuário final.

Para que a redução da tarifa se concretizasse era necessário retirar da tarifa de energia os custos de amortização dos ativos de geração e transmissão e cortar, substancialmente, os encargos setoriais cobrados (Conta de

Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC). Para compensar a redução na arrecadação das tarifas, a medida provisória propunha que o Tesouro Nacional destinaria recursos dos impostos para a Conta de Desenvolvimento Energético.

As empresas estatais concordaram em renovar as concessões, mas algumas usinas coordenadas pela COPEL, CESP e CEMIG não aceitaram. Ocorreu que, em dezembro de 2012, um volume significativo dos contratos de energia firmados dentro do mercado cativo (regulado) entre geradoras e distribuidoras regionais expirou, obrigando as concessionárias de distribuição a recorrer ao mercado de curto prazo para conseguir suprir toda a carga de energia demandada pelos consumidores finais (MAB, 2012).

Isso criou uma distorção significativa no setor. Enquanto as distribuidoras tiveram que suportar custos elevados de compra de energia no mercado de curto prazo, em razão da insuficiência de contratos no mercado cativo (descontratação), as geradoras que não aderiram à renovação antecipada lograram lucros superiores a 700% no mercado de curto prazo. Para se ter uma ideia, os ganhos da CEMIG, da CESP e da COPEL, entre janeiro de 2013 e maio de 2014, atingiram R\$ 5,7 bilhões, contra R\$ 436 milhões percebidos pelas mesmas empresas em 2012, antes da MP 579/2012 (TCU, 2015).

Essa distorção do modelo propiciou a divulgação para a sociedade de que justificativa para o aumento dos preços da energia elétrica se davam em virtude somente de condições hidrológicas desfavoráveis, com rápido esvaziamento dos reservatórios e dessa forma, obrigou o ONS a por em operação praticamente todas as usinas térmicas existentes, provocando uma elevação substancial do preço da energia, no mercado de curto prazo, o que não foi exatamente isso como exposto acima.

Para dar cobertura à exposição involuntária das distribuidoras, que já alcançavam consequências financeiras bilionárias, novos aportes do Tesouro Nacional, via CDE, foram efetivados; adicionalmente, foram contratados empréstimos junto a treze bancos para a cobertura desses déficits. Na auditoria, o TCU calculou que os recursos necessários para pagar os empréstimos ao setor atingiram o montante de R\$ 61 bilhões, se somados os valores de 2013 e 2014 e, também, os valores a serem pagos de 2015 a 2019.

No início de 2015 percebeu-se que essa conta tinha limites estruturais.

Com a implantação de uma política de ajustes fiscais, o Governo Federal noticiou que não iria mais destinar recursos do Tesouro Nacional para o setor elétrico, mas a conta precisava ser paga. Nesse caso, como sempre, a conta ficou para os consumidores finais. Assim assistiu-se a um aumento nos preços das tarifas que, em média, já sofreram aumentos de 32%. Esse aumento denomina-se *Revisão Tarifária Extraordinária*, que foi realizada em virtude, sobretudo, da “*exposição involuntária no mercado de curto prazo*” (MAB, 2015).

Soma-se a esta conta, uma medida já estipulada pela ANEEL, que eram as bandeiras tarifárias, que entraram em operação em 2015. Como forma de levantar mais recurso para as geradoras, com a justificativa de que ajudaria a melhorar seu déficit orçamentário. As bandeiras são vermelha, amarela e verde. Para a bandeira vermelha, a título de exemplo, o aumento foi de R\$ 3,00 por 100kwh de consumo. Ou seja, sem ter nenhum custo adicional na geração, as geradoras ganharam milhões, numa medida emitida pela agência de regulação. Para aprofundar ainda mais esse cenário, em pouco mais de um mês, esse valor sofreu reajuste de 83%, passando a R\$ 5,50 por 100 kWh. Com as bandeiras tarifárias a ANEEL espera arrecadar, só em 2015, 18 bilhões de reais (MAB, 2015).

Além disso, sabe-se que os reservatórios das usinas estão com sua capacidade bem abaixo do normal. O ONS (2015) estima que os reservatórios estejam com sua capacidade assegurada em 34% no centro-oeste e sudeste, 32% no sul, 27% no nordeste e 81% no norte e, que pela média dos últimos 10 anos, deveriam estar em patamares próximos a 75% (TCU, 2015). Tudo indica que as térmicas permanecerão ligadas para garantir a energia necessária e com isso a bandeira continuará vermelha.

Um elemento a mais nessa conta é a alta do dólar no último período, o que afeta diretamente a conta da energia, porque o governo importa energia, por exemplo, parte da cota paraguaia de Itaipu e paga ao preço corrente. Esse aumento é sentido nas contas dos consumidores do sul, sudeste e centro-oeste.

Acrescenta-se aí anualmente o reajuste tarifário ordinário. Cada uma das 63 distribuidoras tem uma data em um determinado mês do ano, conforme calendário estabelecido pela ANEEL. Os reajustes que já acontecerem até abril de 2015 estão sendo majorados na faixa de 25 a 45% porque os custos das empresas distribuidoras estão indexados pelo IGP_M, que é um índice cuja

variação é influenciada significativamente pela variação cambial.

Portanto, o chamado “realismo tarifário”, aumentará as tarifas para cobrir a especulação instalada no setor elétrico. Na prática todas essas medidas de aumento vão cobrir o fim dos repasses do Tesouro Nacional, pagar os empréstimos realizados pelas distribuidoras, cobrir a alta do dólar e a compra da cota paraguaia de Itaipu, além de pagar a energia comercializada nos leilões, que teve preços altíssimos, chegando a picos de R\$ 822,00/MWh.

2.4 Noção e características da energia elétrica

A energia não é algo dado, e nem estava determinada pela natureza. A noção de energia é construída, dentro da sociedade capitalista, como uma produção humana, social, ou seja, ela é produzida historicamente e socialmente diante de uma necessidade concreta do ser social, que através dos conhecimentos, técnicas, tecnologias e a utilização dos bens de produção intensificam a reprodução do valor (GONGALVES, 2007).

A energia, no sistema capitalista, passou a se tornar uma mercadoria. Na atualidade, tem um duplo caráter, tanto é um bem de consumo como é um bem de produção. É considerada um bem de consumo, quando, por exemplo, é utilizada para acender as lâmpadas de uma praça e é um bem de produção quando utilizada dentro de uma fábrica para movimentar as máquinas. Por isso, na atual sociedade, ela é estrutural para manter o modo de produção vigente (SILVA, 2013).

Gonçalves (2002, 2007) relaciona algumas características da produção de energia de base hidráulica:

- a) a eficiência energética é fator determinante na escolha da fonte a ser investida pelas empresas capitalistas. Enquanto as demais tecnologias de geração de energia elétrica conseguem um rendimento médio de 30%, a hidroeletricidade é a tecnologia que tem alcançado rendimentos próximos a 90%. Portanto, a hidroeletricidade é a tecnologia que permite a maior produtividade do trabalho, ou seja, a extração de mais valia extraordinária;
- b) é uma mercadoria que não possui dificuldade de comercialização. Antes mesmo da sua produção, 70% já está garantida durante 30 anos nos

- leilões de energia elétrica;
- c) o baixo custo da matéria-prima - água que passa nas turbinas para gerar o KWh de energia e, além disso, podem ser aproveitados vários barramentos na mesma bacia;
 - d) a eletricidade é um produto que não permite sua estocagem. O ato de produção e o ato de consumo são simultâneos;
 - e) credencia-se, a quem tiver a concessão de uso, conseguir lucros extraordinários. Com a reorganização do setor os consumidores cativos passaram a pagar pela mercadoria energia elétrica, uma tarifa extremamente elevada, porque a energia elétrica de base hidráulica é vendida tendo como referência a produção à base da térmica, ou seja, como commodity, passando a seguir preços internacionais³⁸.

Estas são algumas condições que fazem do potencial hidráulico brasileiro palco de intensas disputas.

A quantidade de dividendos distribuídos aos acionistas e a remessa de lucros feita pelas empresas estrangeiras que atuam na cadeia de produção da eletricidade constituem elementos que ajudam a explicar a disputa. A Aneel na nota técnica 038/2015 emitida em maio de 2015, faz um balanço do lucro líquido das principais geradoras de energia nos anos de 2013 e 2014, apontado abaixo na Tabela 6, resultando em mais de 16 bilhões de reais. Todas as empresas relacionadas na nota têm como acionistas empresas nos países de origem. Dessa forma, fica evidente que boa parte desse lucro foi enviado para este fim, ficando pouco para a aplicação interna no Brasil.

Tabela 06 - Lucros líquidos, em milhões de reais, dos principais geradoras nacionais em 2013 e 2014

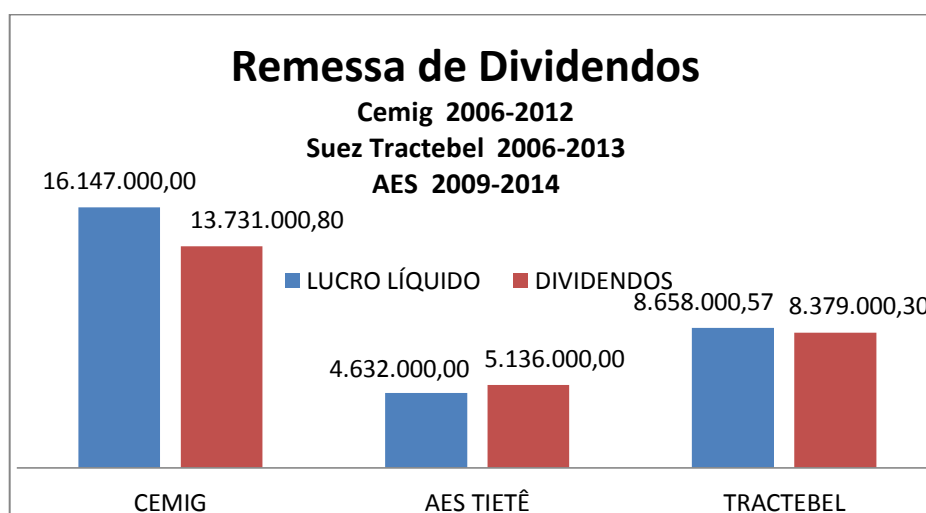
³⁸GONÇALVES (2007, p. 164) explica: A eletricidade, se feita à abstração de sua fonte de geração, é uma mercadoria que tem um preço de produção médio geral – se produzida em condições exclusivamente capitalista – cuja magnitude gira em torno do preço de custo de produção médio das fontes e tecnologias dominante, adicionada à taxa de lucro média do capital. Importa destacar que este preço de produção médio geral não é determinado pelo preço de custo individual de cada sistema de geração, ele expressa o preço de produção de custo médio da eletricidade nas piores condições de produtividade de todo o segmento de produção. No caso, da geração de eletricidade, esta corresponde à condição de geração térmica a partir dos combustíveis fósseis. Esta forma – geração de eletricidade de origem térmica – determina o preço médio geral. [...]. Por isso, o preço médio de produção por unidade de eletricidade produzida é dado pelo custo de produção por unidade de eletricidade nesta condição (térmica de combustíveis fósseis) mais a taxa média de lucro aplicada sob o total de capital empregado para produzir uma unidade de eletricidade.

Empresa	2013	2014
AES Tietê	881	449
Duke	418	286
Copel Geração	1.079	1.187
Tractebel	1.437	1.383
CPFL Geração	311	107
CESP	991	1.148
CEMIG Geração	1.865	2.074
CELESC Geração	17	101
Eletrobrás Geração	1.629	331
EDP Geração	215	267
Alupar Geração	29	82
Neoenergia Geração	245	77
Somatório	9.062	7.315

Fonte: Aneel, 2015

No caso das distribuidoras, a mesma política é aplicada. Para ilustrar três casos, CEMIG, Tractebel, e AES Tietê, que no período entre 2006 e 2014 enviaram mais R\$ 26 milhões aos acionistas estrangeiros, conforme a Figura 5 abaixo:

Figura 05 - Remessa de Dividendos



Fonte: Relatório Financeiro das empresas³⁹: CEMIG, AES TIETÊ, SUEZ TRACTEBEL entre 2006 e 2014. Elaboração: Autora.

Portanto, a energia elétrica produzida no país apresenta deste modo, entre muitas contradições uma que se destaca, pois a população brasileira poderia pagar o valor do custo de produção baseado na hidroeletricidade, porém ao contrário, paga se como se tivesse sendo produzido baseado em fonte térmica, por isso, é disputada por grandes grupos capitalistas.

De acordo com Vieira (2005, p.74), com a reestruturação do setor “as medidas alicerçadas no modelo neoliberal transformavam o estado produtor num estado regulador”. Com o novo modelo foi se constituindo uma estrutura institucional (Operador Nacional do Sistema, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Agência Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética), que são instituições que trabalham para manter as taxas de lucros das empresas, como se fossem blindadas, o que evita que a sociedade consiga intervir em suas ações.

Outra característica é que o Estado cria leis que garante que estudos sejam feitos, programas sejam executados, garantindo assim, uma série de espaços para as empresas, forjando a desterritorialização de populações para a territorialização da mercadoria energia, a exemplo do que foi a diminuição dos limites do Parque Nacional da Amazônia, da Floresta Nacional de Itaituba I, da Floresta Nacional de Itaituba II, da Floresta Nacional do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, relacionada com os estudos para a construção das usinas hidrelétricas no Rio Tapajós, expedida pela lei nº 12.678 de 25 de junho de 2012⁴⁰.

Além de que, a cada leilão para a construção de novas hidrelétricas, realizado no setor, está se entregando parte do território nacional, da soberania, aos grandes grupos capitalistas notoriamente internacionais que se apropriam com o objetivo de acumular mais capital. Isso é observado nos consórcios

³⁹Para elaborar a tabela as fontes utilizadas foram os relatórios financeiros das empresas CEMIG, AES Tietê, SUEZ Tractebel. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet>>. Acesso em: 15 out. 2015. Disponível em: <<http://www.aesbrasil.com.br/Paginas/aes-brasil.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2015. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/pt-br/Paginas/homepage.aspx>>. Acesso em: 15 out. 2015.

⁴⁰Para aprofundamento ver a lei 12.678/12, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12678.htm>. Acesso em: 01 out. 2015.

constituídos para a construção das obras.

As reformas econômicas dos anos 90 promoveram um expressivo recuo do Estado nacional diante da economia mundial e dos mercados. Os baixos valores alcançados na venda das concessões diante do valor econômico das empresas, a perda na qualidade dos serviços com a demissão de pessoal com um amplo corpo técnico amplamente qualificado nos anos anteriores dentro do setor, o aumento progressivo das tarifas sobretudo, para o setor residencial e por fim a queda nos investimentos em expansão e manutenção dos sistemas de geração e distribuição podem ser sentidas como medidas tomadas pós-reestruturação do setor (SAUER, 2002).

Como resultado, a população brasileira assiste o aumento vertiginoso das tarifas ao setor residencial, que alcançou valores absurdos, com as empresas vendendo energia a R\$ 822,00 /MWh, ou seja, equivalência entre o preço da energia hídrica com o da energia térmica. Em síntese, uma forma especulativa de ganhar dinheiro, muito dinheiro!

Para construir essa grandiosa estrutura do setor elétrico, que hoje conhecemos, geração energia, transmissão e distribuição há impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais decorrentes das relações de produção na atualidade que precisam ser elucidadas. Dessa forma, busca-se trazer brevemente os atingidos por estes projetos e como eles foram percebendo as mudanças ocorridas no setor e buscando seus direitos.

2.5 A organização dos atingidos por usinas hidrelétricas: nasce um movimento socioterritorial

Para compreender a história de organização dos atingidos é necessário fazer um paralelo com o que vinha acontecendo em nível mundial e seus desdobramentos no Brasil. Dessa forma, ficará mais nítida a compreensão sobre a constituição do setor elétrico brasileiro e a organização dos atingidos.

Muitos estudiosos já se dedicaram a contar a história de formação da organização das populações atingidas a saber: ZEN (2007), SILVA (2007), FOSCHIERA (2009). O esforço aqui será de brevemente trazer as informações que dará ao leitor o mínimo entendimento sobre essa organização e em que contexto histórico ela foi se formando.

Para iniciar este resgate histórico, busca-se em Darcy Ribeiro (1995) em sua obra “O Povo Brasileiro”, elementos para compreender as três raízes do povo brasileiro e entender a partir desse autor, quem foram na metade do século XX as pessoas atingidas pelas usinas hidrelétricas no Brasil. Conforme o autor as três raízes são, a saber: a) 1ª raiz: indígena⁴¹, cinco milhões no mínimo de indígenas antes de 1500, sendo que, boa parte desses foi dizimada com a chegada dos colonizadores. b) 2ª raiz afrodescendente: seis milhões de negros que foram trazidos da África como escravos até 1850, quando da abolição do tráfico; e a 3ª raiz: ocidentais cinco milhões de imigrantes desempregados, excedentes das crises, descartáveis se suas pátrias na Europa, para substituir o trabalho escravo, 500 mil teriam chegado ao Brasil antes de 1850.

Essa é a mistura do povo brasileiro. Essas são as raízes da classe trabalhadora brasileira, um povo que foi explorado até sua exaustão, e viveu sob o regime de opressão e violência para garantir o enriquecimento da metrópole, num primeiro momento e na sequência, a dependência sob a égide dos países centrais. Ribeiro, (1995), reforça que não foram concedidos direitos a este povo, “nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar” (p. 447).

Todavia, este povo fez resistência a essa forma de dominação, basta relembrar alguns fatos da história brasileira como a História dos Quilombos, (1670), dos Sete Povos das Missões (1687 -1759), das Ligas Camponesas (1950 -1960), da Cabanagem, no Pará (1835-1840), da Balaiada, no Maranhão (1838-1841) do Contestado, em Santa Catarina e Paraná (1912-1916). Todos esses acontecimentos sociais demonstram a permanência dos conflitos entre quem queria impor suas vontades e aqueles que recebiam essas ordens.

A industrialização do país veio ocorrer após o início do século XX, quase duzentos anos da revolução industrial na Europa e no cenário mundial depois da 1ª Guerra Mundial, onde houve a partilha mundial dos territórios. O país fica assim, sob a influência do novo centro do poder em ascendência, os Estados Unidos. (BRUM, 1982).

A indústria da eletricidade que precisava vender suas mercadorias

⁴¹ Segundo Ribeiro, 1995, o censo de 1960 -1970 traz informações de 100 mil índios que permaneciam aldeados; o mesmo censo reforça que os negros teriam chegado a 5,6 milhões, os que se definiam como pardos eram 13,7 milhões de pessoas. Com relação aos imigrantes, no mesmo censo estariam em 32 milhões de pessoas (p.228).

(lâmpadas, máquinas e equipamentos elétricos) via no Brasil um potencial para ampliar seus negócios e sua lucratividade, já que as indústrias passavam por grande crise na Europa. O governo na época orienta sua economia à diversificação e passa a investir na industrialização com incentivos a atender as necessidades mais imediatas dos consumidores (alimentação, vestuário, calçados, instrumentos de trabalho, etc.) (BRUM, 1982).

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, com a divisão internacional do trabalho a nível mundial, o Brasil não tem tecnologia, mas tem matéria- prima e de mão –de- obra barata. Dessa forma, a partir dos anos 1950, inicia-se no país a segunda fase do período de industrialização, com bens duráveis (indústria automobilística, eletrodoméstico, eletroeletrônica) e isso exige a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura, sobretudo energia, para aumentar a capacidade de produção e de transporte para colocar estes produtos nos centros de consumo e matéria – prima nos centro de produção (BRUM, 1982).

É importante lembrar que esse interesse internacional provocava conflitos com a indústria nacional que queria também se estabelecer no país.

Para atender essa demanda é criada nesse período a Eletrobrás e suas subsidiárias e se inicia os estudos de viabilidade para futuros projetos hidrelétricos em parceria com empresas norte americanas, que na sequência são colocados em prática, como elucidados acima na história de formação do setor elétrico.

Em meio a esse modelo que junta os grandes interesses internacionais ao processo de industrialização nacional com intensas contradições tem-se a organização das populações atingidas pelas usinas hidrelétricas nos anos 1970 em diversas regiões do país, com o objetivo de buscar os direitos da população que estavam sendo expulsas de seu território, sobretudo rural, conquistado a partir da relação conflituosa com o capital, seja ela do período colonial ou desse novo período de inserção do capitalismo industrial. As populações se organizavam inicialmente de forma local e regional e sua luta buscava a *indenização justa* (ANAB, 2013, p.8), ou seja, o ressarcimento de suas perdas com novos lotes de terra, casa e benfeitorias.

Como observado acima, na história de formação do setor elétrico, o Estado brasileiro era o promotor do processo de desterritorialização, pois cabia ao Estado, ser o agente que planejava, construía e operava o desenvolvimento da

indústria de infraestrutura (transporte, energia, comunicação, etc.) base necessária para impulsionar o processo de industrialização do país.

A organização dessa população aconteceu através das comissões regionais dos atingidos, num primeiro momento de forma isolada em cada obra na busca pelos direitos. Dessa maneira, constituem-se várias comissões, como a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região Sul, a CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí) a CRACOHX (Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu) na região norte, CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu). Na região nordeste a organização da população aconteceu através do Pólo Sindical em virtude da construção de UHE de Sobradinho e depois Itaparica (ANAB, 2013).

A intensificação da construção de grandes usinas hidrelétricas se deu num momento de conjuntura mundial de reprodução capitalista⁴², onde muitas plantas industriais foram transferidas dos países centrais⁴³ para os países periféricos. Dessa forma, o Brasil recebeu indústrias que necessitavam de muita energia, a exemplo, da Albrás e Alumar, que firmaram acordos com a UHE Tucuruí para o seu abastecimento com energia subsidiada no valor superior em U\$ 200 milhões o ano (PINTO, 2010).

Nesse período histórico vivenciava-se no Brasil o período comandado pelos governos militares, o que dificultava o diálogo entre o Estado e as pessoas diretamente atingidas. Havia uma decisão centralizada comandada pelos militares, oriunda de uma decisão tripartite combinando militares, capital nacional e internacional, sobre a necessidade de construção dos grandes projetos entre eles a abertura da Transamazônica, a construção da BR Belém Brasília, Ponte Rio – Niterói entre outros. Uma dessas frentes foi a produção de energia elétrica com diversas obras, como exemplo desse período (Itaipu, Sobradinho, Itaparica, Tucuruí, Balbina, Samuel) pelas empresas estatais de energia para desencadear o processo industrial. As populações diretamente atingidas não eram consultadas,

⁴²Lembrando que nesses momentos de crise de reprodução capitalistas, as soluções clássicas para resolver as crises: destruição da planta de baixa produtividade, inovação tecnológica, conquista de bases naturais de elevada produtividade, entre outros. Estes são alguns elementos que ajudam a compreender a transferência de plantas industriais dos países centrais para os países da periferia.

⁴³De forma muito breve, quando se utiliza a noção de país centro quer se dizer: No capitalismo, o papel desempenhado pelos países é, principalmente, determinado pelo poder político de alguns países, que possuem em seus territórios estruturas empresariais e financeiras com capacidade de intervir diretamente na divisão internacional do trabalho.

nem devidamente reparadas. Na sua grande maioria resistiam, mas eram obrigadas a sair com a chegada da água.

No texto com o título Terra Sim Barragens Não, organizado pela CUT e pela CRAB em 1989, conta a história de formação dessas comissões regionais. Pode-se afirmar a partir dessa história de que, os afogados no sul, os expropriados no norte, os atingidos no nordeste, fizeram muita pressão sobre as empresas estatais, seja no período de planejamento das usinas, contra a construção, durante a construção, ou ainda depois do enchimento do lago para serem ouvidas. O tratamento recebido foi autoritário, com o uso da violência física e sem o reconhecimento dessa população por todas as empresas, desde as subsidiárias da Eletrobrás até as concessionárias de energia nos estados, sobretudo Copel, Cesp e Cemig que participaram intensivamente na construção de usinas hidrelétricas, especialmente, no território de suas concessões.

Para se constituir essas comissões a população que era ribeirinha, agricultora, meeira, posseira, sem terra, indígena, quilombola, portanto, os descendentes das três raízes apontadas por Darcy Ribeiro realizaram diversas atividades para chamar a atenção das empresas e autoridades naquele momento, com intuito de serem reconhecidas, através de reuniões, abaixo-assinados, trancamento de estradas, ocupação das obras, retirada de marcos das empresas, etc., como forma de pressionar para algum tipo de reconhecimento. Foram muitas idas e vindas, porque as empresas reuniam com as comissões tiradas, mas não implementava na prática os acordos realizados (CUT; CRAB, 1989).

No início dos anos 1990, após o primeiro encontro nacional das comissões ocorrido em 1989, as organizações regionais percebendo que seus problemas eram semelhantes e que de forma coletiva poderiam conseguir mais êxito se unificaram e constituíram o que veio a ser chamado de Movimento dos Atingidos por Barragens.

A organização das famílias atingidas aconteceu em meio a um momento em que a classe trabalhadora no país também constituía suas ferramentas organizativas, através de sindicatos, partidos políticos, igrejas progressistas e centros de assessorias.

O MAB então se organiza como uma organização nacional que aglutinava diversas categorias como camponeses, posseiros, meeiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, pequenos comerciantes, se espraiando por

17 estados da federação conforme a experiência local ia amadurecendo, sendo eles: RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, PI, PA, RO, CE, BA, RJ, PE, PB, TO, MA e seguiu seus objetivos de organizar as populações que de alguma forma sofreram alterações nas suas condições de vida (CUT/CRAB, 1989).

Para além das preocupações sobre os impactos sociais que as obras traziam, a organização também refletia sobre o modelo do setor elétrico aplicado no país, e suas implicações sobre o meio ambiente. Foi um importante ator do debate ambiental na criação do GT Energia, junto a sociedade na Eco 92, apontando linhas gerais de como deveria ser política energética (FOSQUEIRA, 2010).

Neste período as organizações logravam a construção de uma renovação sindical⁴⁴ e a disputa eleitoral como possibilidade de garantir conquistas para a classe trabalhadora (MAB, 2015). O MAB em sua constituição surge como um movimento sindical, que busca os direitos dos atingidos. Porém se diferenciava porque fazia lutas de massa com muita gente, organizava as populações pelo território atingido pela usina e não pelos limites do município ou do estado da federação, e por último porque fazia formação política com suas lideranças (MAB, 2015).

No final dos anos 1990 com a reestruturação do setor elétrico baseado nas privatizações do setor, a organização dos atingidos deu um salto de qualidade, porque as novas obras que estavam sendo construídas tinham um diferencial, eram parcerias -público - privadas, denominadas de PPPs em que o Estado ficava com a minoria das ações como nos lembra Sauer (2002) e Maggi (2013), o que na relação com os atingidos tem um novo desdobramento.

A busca pelos direitos requereu entender essa nova conformação e identificar quem são os responsáveis em cada obra. Nessa nova fase, a partir dos anos 2000, onde os responsáveis são as empresas privadas e a busca do lucro é a meta fim, as populações atingidas pelas obras vivenciaram um momento de grande estímulo em sua caminhada. Como não existia e não há até hoje no Estado, uma política nacional de tratamento dos direitos das populações

⁴⁴Não sendo mais tutelado pelo Estado como foi no período da ditadura militar ou ainda a inoperância de inúmeros sindicatos que, presos às práticas assistencialistas, conseguiam no máximo acompanhar as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores através de expedientes administrativos. Para maior aprofundamento ler: ASSIS, William, Santos de. A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense. 1ª edição. Curitiba- PR: CRV, 2014

atingidas, cada empresa ou consórcio determinava o que era o direito das famílias.

De forma geral, nas indenizações era aplicada pelas empresas o direito territorial patrimonialista, excluindo boa parte das famílias atingidas sem as devidas reparações, que Darcy Ribeiro caracteriza na formação do povo brasileiro, seguindo a política Estatal oriunda da lei editada em 1941, decreto lei 3.365- desapropriação atingido: proprietário da terra. O MAB afirma em seus documentos que estas mudanças provocaram um retrocesso na redução nos direitos já conquistados historicamente (MAB, 2013).

Para ficar mais claro, o que muda consideravelmente é que antes o Estado era o agente principal, e os atingidos através da pressão popular sabiam o endereço das empresas responsáveis - capital federal e nos estados, e essa pressão sobre o Estado surgia efeito em alguma medida, como por exemplo, várias conquistas de reassentamentos para as famílias atingidas com condições dignas. Após essa nova composição com a reestruturação do setor, grande parte do setor elétrico brasileiro passa a ser de domínio de transnacionais, o que dificulta ainda mais a resolução dos problemas. A tática utilizada por estas empresas era designar ao Estado o papel de resolver/ amenizar os conflitos sociais e ambientais gerados.

O estudo da Comissão Mundial de Barragens, demonstra que no Brasil mais de 1 milhão de pessoas foram atingidas e que destas 70% atingida não recebeu uma indenização justa (MAB, 2011).

As contradições se acirraram e as lideranças perceberam que além de lutar contra aquela ou esta barragem, e defender os direitos das famílias, a organização precisava confronta-se com um novo modelo energético nacional e mesmo internacional (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 199?).

Um marco importante foi a realização do 1º Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens em Curitiba, em 1997, com a presença de representantes de 20 países (ZEN, 2007). O 2º encontro foi realizado na Tailândia em 2003, e o 3º encontro no México em 2010, com a representação de 60 países (MAB, 2013).

Nesses 24 anos de existência foram muitas as atividades, reuniões nos grupos de base, acampamentos, marchas, ocupações de ministérios, de agência de regulação, de subsidiárias, filias das empresas privadas transnacionais para serem reconhecidos, mostrando que a história continua sendo escrita por esses

herdeiros de quem falava Darcy Ribeiro.

Os conflitos seguem, pois a população atingida não tem uma política de tratamento a esses sujeitos, institucionalizada no Estado, mesmo depois de reconhecida que há uma dívida histórica com essas populações em 2010, pelo Presidente da República.

Continuam sendo minimizados os impactos ambientais, sociais, culturais, apoiando-se em inverdade como a de que a energia produzida pelas hidrelétricas é barata e limpa. Bermann (2010), reforça que este argumento utilizado na verdade, oculta as verdadeiras informações sobre os interesses na construção e na venda da energia.

Da mesma forma, na análise do MAB, as experiências têm demonstrado que a próprio direito à indenização virou um grande balcão de negócios como, por exemplo: especulação imobiliária, a contratação de empresas privadas para a construção de casas, e o superfaturamento das construções entre outros.

A síntese para o momento vivido se transformou na consigna *água e energia não são mercadorias*, em virtude do domínio das empresas transnacionais sobre o território brasileiro, se observarmos, por exemplo, no setor da distribuição, as empresas fizeram um fatiamento regional, da seguinte forma: as transnacionais estadunidenses se apropriaram das empresas especialmente no sudeste-sul (AES e Duke) as europeias receberam os mercados do sul e do nordeste (como a francesa Suez no Sul e a espanhola Iberdrola no Nordeste) e o Norte e o Centro Oeste, que exigem mais investimento, ficaram ainda com as estatais do setor (Eletrobrás, Eletronorte). (MAB, 2015).

Portanto, a busca incessante pelo lucro é o objetivo desses grupos e como resultado o povo brasileiro paga a conta com o aumento das tarifas. Dessa forma, fica mais evidente de que a população brasileira é atingida pelo modelo energético brasileiro implantado a partir do projeto neoliberal e o MAB além de organizar os atingidos “diretos” visualiza a necessidade de articulação com outros segmentos da sociedade, sobretudo, urbanos nas médias e grandes cidades, desencadeando uma mensagem sobre o preço das tarifas questionando o modelo implantado (FOSQUERA, 2009)

Em 2013 o MAB realizou seu 7º encontro nacional definindo que a síntese que engloba a continuidade da busca dos direitos das populações atingidas e a luta pela transformação social passa também pela construção de um projeto

energético popular onde a *água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular* (MAB 2015).

Para isso, a organização sentiu a necessidade de uma articulação com outros setores da sociedade que discutam o tema da energia construindo uma plataforma em comum que possa debater a compreensão política que a energia assume na atualidade e como ela vem sendo palco de disputa imperialista na América Latina e no mundo e dessa forma, construiu um conjunto de propostas sobre a política energética com o objetivo de fortalecer a organização nacional e internacional dos atingidos (MAB, 2014).

Ribeiro, (1995) já afirmou que “Nosso destino é nos unificarmos com todos os latino-americanos por nossa oposição comum ao mesmo antagonista, e construirmos a sonhada nação latino - américa de Bolívar” (p.454). Pelo histórico vivenciado, este movimento socioterritorial, que começou suas lutas nas barrancas dos rios buscando os direitos de um grupo se coloca no desafio de ir mais longe, de entender a sociedade capitalista, compreender as questões de energia, propondo um projeto energético e aponta como saída a transformação radical desta sociedade.

Em síntese, esse novo período demarca a necessidade de associar a luta sindical (direitos) a uma mudança no paradigma do modelo energético e uma mudança no modo de produção hegemônico, na luta por uma nova ordem social. A importância do local ao nacional, do específico ao geral e vice e versa, é fundamental para o enraizamento deste movimento que é socioterritorial porque busca a sua territorialização, a partir do conceito utilizado por Fernandes, (2005).

Com esse preâmbulo sobre o panorama da energia elétrica no Brasil, pretende-se aprofundar, no próximo capítulo, a apropriação do território pelos grupos capitalistas do setor elétrico.

3 TERRITÓRIOS E CONFLITUALIDADES

Há muitos geógrafos que debatem os conceitos de espaço, território e conflitualidade. Para a elaboração deste texto os autores Santos (1988, 1996, 2009), Saquet (2013) Raffestin (1993), Haesbaert (1995, 2004), Fernandes (2005, 2008c), subsidiaram a escrita deste capítulo.

O território é uma categoria da geografia que está intimamente relacionada ao espaço. Classicamente a categoria “espaço” significa relação social e está relacionado a espaço de governança, nas suas múltiplas escalas (município, estado, país) (FERNANDES, 2005; SANTOS, 1988;). Santos (1996) vai além, quando diz que o espaço é uma totalidade, dessa forma compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p 50).

Para Claude Raffestin, (1993), o espaço é anterior ao território, (p 144). Já Haesbaert (2004) entende-se território como relações de poder, de apropriação de um espaço.

Para Fernandes (2005), o território é uma fração do espaço geográfico e a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade (p. 27).

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008c).

Estes conceitos embasam a escrita sobre o território descrito a seguir.

3.1 Os territórios do imperialismo o hidrelétrico

O conceito de imperialismo aqui utilizado é embasado na definição descrita no Dicionário Popular de Economia⁴⁵ que descreve:

⁴⁵HACKBART, Rolf (Org).Dicionário Popular de Economia Política. PEDEX-Programa Educativo Dívida Externa, São Paulo, 1993.

Imperialismo consiste na política de dominação territorial, cultural, política ou econômica, de uma nação sobre outras. Hilferding, em “O Capital Financeiro” (1910) e Lênin em “O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”, definiram o capital financeiro como a fusão do capital bancário com o capital industrial, o que marcaria a passagem do capitalismo de livre concorrência para ao capitalismo dos monopólios. Nessa fase ocorreria a acumulação de grandes excedentes de capital que necessitariam ser exportados, garantindo novos mercados e fontes de matérias –primas baratas, bem como a luta por novos territórios a serem dominados. (HACKBART,1993, p 34.).

Outros autores escrevem sobre o conceito dando mais ênfase determinados elementos. A exemplo, Rui Mauro Marini em 1960, vai refletir sobre o papel que o Brasil cumpre na América Latina como auxiliar do imperialismo assumindo uma postura subimperialista com os países vizinhos. Van der Ploeg⁴⁶ usa o conceito para tratar dos impérios alimentares. Como não é objeto de estudo deste texto a definição do conceito de imperialismo, apoia-se na definição de Lenin (1916) utilizada em “O imperialismo, etapa superior do capitalismo”. Recentemente em Foster (2007) e Pereira & Siqueira, (2014) trazem o significado de imperialismo sustentado a partir de vários aspectos de poder na atualidade.

Os autores Pereira & Siqueira, (2014) após 1945, atribuem aos Estados Unidos o conceito de imperialista porque este país foi se tornando uma potência dominante, não só no continente europeu, mas em todo o mundo, utilizando seu poder econômico, político, cultural, militar e midiático e vêm assumindo liderança incontestável. Segundo os autores:

Desde 1945, os Estados Unidos vêm se envolvendo, direta ou indiretamente, em centenas de conflitos armados, movidos, em última instância, por interesses econômicos. Dentre os mais importantes e escancarados (seja por meio da atuação militar efetiva, ajuda logística, financiamentos diretos e indiretos, seja mediante lucrativas vendas de armamentos),² pode-se destacar: Irã (1953); Guatemala (1954 e 1993); Baía dos Porcos — Cuba (1961); República Dominicana (1961); Brasil (1964); Iraque (1968, 1990 e 2003); Chile (1973); Afeganistão (1979 e 2001); Turquia (1980); Nicarágua (1981); Granada (1983); Panamá (1989); Bósnia-Herzegovina (1995); Iugoslávia (1999); Venezuela (2002); Líbia (2011), entre muitos outros (Chomsky, 1999; Mitchell e Schoeffel, 2005). Além dessas intervenções, outras dezenas foram e ainda são realizadas com vistas a monitorar os passos de diversas nações. Segundo reportagem de 2013 do *site* canadense Global Research, os Estados

⁴⁶Para o autor os impérios alimentares são dominados por conglomerados comerciais e industriais que controlam a produção, o processamento a distribuição e o consumo de alimentos e tem como preocupação o fluxo de dinheiro para a expansão de seus negócios, monopolizando grandes segmentos da cadeia de abastecimento global (2010). Disponível em: <<http://periodismohumano.com/economia/los-conglomerados-industriales-exprimen-la-riqueza-del-campo.html>>. Acesso 17 out. 2015.

Unidos, até aquele momento, interviram (direta ou indiretamente), em nada menos do que 74 países, em especial na África e no Oriente Médio, sendo que o atual presidente Barack Obama ampliou o espectro dessas atuações em relação ao seu antecessor, George W. Bush. Isso confirma o intento autodeclarado dos Estados Unidos de se tornar o grande império global. (PEREIRA; SIQUEIRA, 2014).

E ainda para Foster (2007) que reforça sobre o imperialismo:

Esta exploração global é o núcleo do imperialismo, que é tão básico para o capitalismo, e tão inseparável, como o é a própria acumulação. Mas isto não é tudo em relação ao imperialismo, o qual representa uma história complexa que contém fatores políticos, militares e culturais (raciais). A partir de uma perspectiva marxista, o imperialismo econômico não está realmente separado destes outros elementos, que são, igualmente, parte do desenvolvimento capitalista global. Do mesmo modo que a busca de lucros é o mantra do imperium norte-americano, seu poder militar e político está apontado para estender esta busca e para ampliar seu alcance em escala mundial, colocando em todo momento e sempre em primeiro lugar os interesses das corporações e do Estado norte-americanos. (FOSTER, 2007, p.488).

Utilizar-se-á o conceito de imperialismo porque pelos estudos realizados e que serão abordados na sequência deste texto tem-se percebido que quem tem se apropriado da cadeia da eletricidade no Brasil tem sido grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

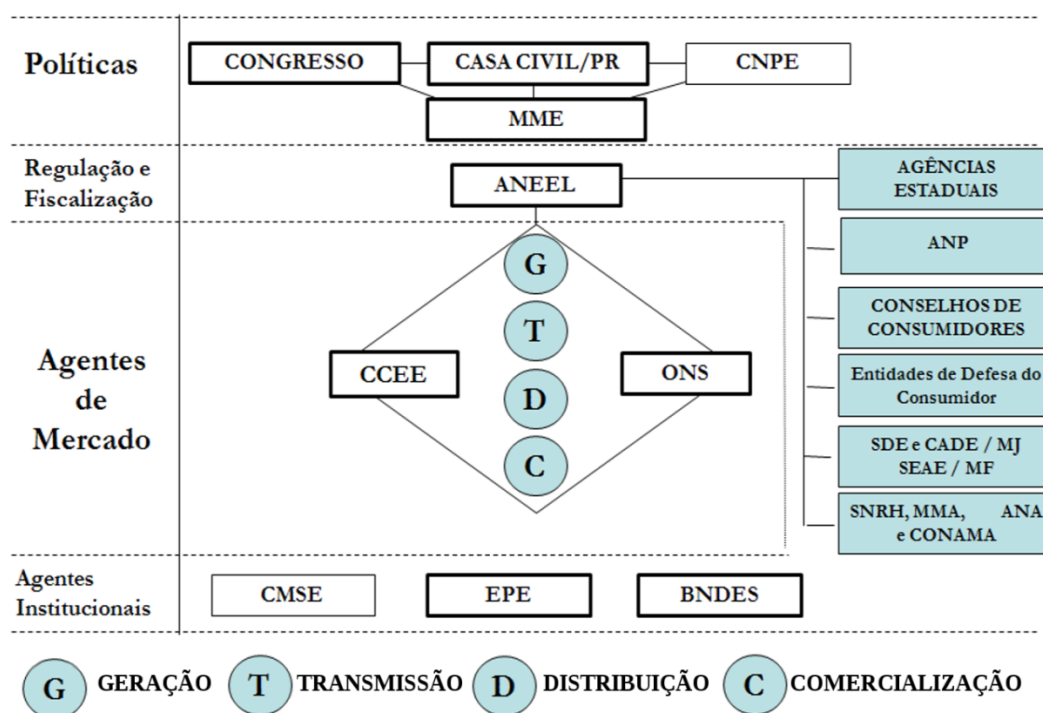
Para poder se aproximar do debate geográfico com o tema da energia, sobretudo do setor elétrico brasileiro, é necessário trazê-lo para onde ele se materializa que é o espaço geográfico, sob a perspectiva territorial, onde se instala a usina hidrelétrica para poder refletir sobre seus desdobramentos. Para que haja a produção da mercadoria energia, há uma apropriação do território, por parte das empresas públicas e privadas, donas das usinas, no caso da geração, para a sua instalação naquele espaço, aqui entendido não apenas como elemento natural ou artificial (solo, construção da usina), mas como produto das relações sociais, organizada política e espacialmente.

Há uma articulação simultânea entre os multi-territórios, o que Haesbaert (2009) chama de *multiterritorialidade*. No sistema elétrico brasileiro é importante mencionar que o Ministério de Minas e Energia interage com diversas entidades setoriais, tais como a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e com Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. As interconexões se espalham desde a geração passando pela transmissão,

comercialização até a distribuição dessa energia produzida. Há tantas nuances territoriais na execução dessas atividades que reforça a necessidade do entendimento do conceito de multiterritorialidade.

A figura 6 indica a estrutura dos órgãos e entidades envolvidas no planejamento estratégico do setor elétrico brasileiro.

Figura 06 - Organização Institucional do Setor Elétrico Brasileiro



Fonte: MME (2013).

LEGENDA

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
 CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
 CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
 SDE – Secretaria de Direito Econômico
 CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
 SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico
 SNRH - Secretaria Nacional de Recursos Hídricos
 CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
 ANA – Agência Nacional de Águas
 MF – Ministério da Fazenda
 ONS – Operador Nacional do Sistema

A multiterritorialidade conforme Haesbaert, (2004) é resultante da sobreposição de territórios, hierarquicamente articulados, “encaixados” em diferentes escalas e dimensões (p.14).

Todavia, é importante relembrar que a decisão política sobre a utilização

desta ou daquela fonte energética no território nacional ultrapassa o poder local e é subsidiada por acordos de escala internacional no âmbito da economia e da geopolítica.

Para melhor entendimento dos processos de instalação das usinas hidrelétricas é necessário lembrar como atua o Estado nesses casos.

O Estado, com suas instituições e suas leis, permite que a exploração de um bem público, passe para a iniciativa privada mesmo nos locais que as empresas públicas fazem parte do consórcio. Essa é uma situação clara em que há a permissão da reprodução do capital. Para garantir que as empresas privadas se instalem naquele local e para garantir a reprodução do capital, a figura do Estado é essencial, que se coloca como árbitro na relação entre o público e o privado, ao menos em tese.

Engels (1941, apud HARVEY, 2005), descreve o Estado como:

[...] não é, de modo algum, um poder de fora, imposto sobre a sociedade, assim como não é “a realidade da ideia moral”, e imagem e a realidade da razão como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico de seu desenvolvimento, é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para modelar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem” e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela é o Estado. (ENGELS apud HARVEY, p. 80).

Mas é importante identificar que nessa relação Mercado e Estado, o último, também tem benefícios com as usinas hidrelétricas, porque permite acelerar a produção de valor nas demais cadeias industriais, assim, outros bens são produzidos com o insumo energia e, dessa forma, o desenvolvimento do capital continua seu ritmo, movendo a economia, na escala local/regional com a geração de empregos, com o aquecimento do mercado regional com compra de bens de primeira necessidades (alimentos, roupas, medicamentos, etc.) e com a aquisição e locação de imóveis.

Na escala nacional se materializa com uma demanda na produção industrial com a fabricação de máquinas, equipamentos e demais insumos,

consumidos na construção física da obra e suas instalações; permite, com a aplicação das compensações pela instalação da obra, a ampliação de escolas, unidades de saúde, asfalto, saneamento, energia elétrica, etc., ou seja, capacita o país na produção interna e também o credencia na concorrência internacional.

Além disso, permite a agregação de diversos impostos e tributos na geração, na transmissão e distribuição da energia, na conta do Tesouro Nacional, a citar PIS, COFINS, ICMS, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH, Uso do Bem Público, Reserva Global de Reversão – RGR, Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, Encargos de Transmissão, Encargos de Distribuição, Contribuição Associativa do ONS, (ANEEL, 2012).

Ao mesmo tempo, o Estado oferece as condições para que o empreendimento possa se instalar. Uma das principais funções é proporcionar as condições para o processo de acumulação de capital, com exploração dos recursos naturais, patrimônio de todos. Dessa forma, ele acaba realizando investimentos em infraestrutura locais, regionais e nacionais não assumidas diretamente pelo capital privado, seja pelo volume de recursos exigido, seja pelo tempo necessário de retorno desse investimento.

Carvalho (2006) afirma que nos últimos 20 anos, o Estado passou a ser cada vez mais necessário para as empresas. Podemos identificar essa relação perfeitamente, por exemplo, na instalação de uma usina hidrelétrica, onde há muitas contradições, sobretudo relacionadas às questões sociais e ambientais, que não são resolvidas dentro dos prazos estabelecidos e pelos responsáveis pelos conflitos. Há muita pressão popular para que os acordos sejam cumpridos e o Estado passa a ser o intermediador desses passivos, como exemplo das cheias do Rio Madeira em 2014⁴⁷ que muitos estudiosos afirmam ser em função da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e Usina hidrelétrica de Jirau, onde desabrigou 97 mil pessoas e o Estado arcou financeiramente com as despesas para atender as famílias desabrigadas.

Outro exemplo da necessidade do Estado continuar respondendo pelas

⁴⁷ Notícias sobre as cheias do Rio Madeira em 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/03/maior-cheia-do-rio-madeira-completa-um-mes-e-rio-continua-subir-em-ro.html>> Acesso 28 out. 2015 e Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/03/cheia-do-madeira-pode-deixar-cerca-de-20-mil-pessoas-desabrigadas-em-ro.html>>. Acesso 28 out. 2015.

empresas mesmo depois de tantas usinas construídas, é a falta de energia elétrica na região norte em aproximadamente 251.207 domicílios (IBGE, 2010).

O autor Claus Offe, (1984) na obra “Problemas estruturais do Estado Capitalista” lembra que entre as muitas ações políticas desenvolvidas por meio das instituições do Estado, uma que se destaca, é a de ampliar os espaços para que a forma mercadoria esteja presente na maioria das relações sociais que são estabelecidas nessa sociedade. Com esse recorte, pode-se lembrar que o Estado concede o direito ao capital privado, conferindo-lhe o direito público, mediante o pagamento à União, da construção e exploração do potencial. Para ter-se um exemplo deste pagamento, conforme a ANEEL (2012), o consórcio responsável pela Usina Hidrelétrica Estreito, CESTE pagará R\$ 131.273.981,29 (cento e trinta e um milhões, duzentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos) por determinado tempo, ou seja, 35 anos configurando o processo de concessão da função pública de produção de energia elétrica.

Carvalho (2006) lembra que o capital privado na exploração econômica do setor elétrico, “exerce forte influência (pressão política) para que ocorram as concessões/desestatizações, não sendo estas então, apenas uma “vontade” do Estado” (p 167). Em virtude dos grandes resultados econômicos que este setor pode gerar, é o melhor investimento do ponto de vista das empresas capitalistas. Essa afirmação foi feita no Seminário Região Sul para a Política Energética realizado em agosto de 2014 em Florianópolis, pela Plataforma Operária e Camponesa da Energia⁴⁸, onde o diretor de Itaipu, afirmou que “[...] o primeiro melhor negócio é investir numa usina bem administrada, o segundo melhor negócio é investimento numa usina com algumas deficiências administrativas e o terceiro melhor negócio é investir numa usina mal administrada”. Ou seja, em qualquer uma das possibilidades é um investimento garantido, por isso dessa pressão estabelecida para que aconteça as desestatizações.

Ao se territorializar no espaço, o consórcio das empresas geradoras de energia, imbricados numa relação de poder, se organizam e constroem seus territórios articulados numa esfera multiescalar e multidimensional. O universo de

⁴⁸A plataforma de energia é uma articulação entre os trabalhadores da energia e os atingidos por barragens. A fala do diretor de Itaipu está nas anotações do participante do seminário Rafael Motter.

empresas envolvidas vai desde as construtoras com mão de obra local e especializada, os *barrageiros* como são conhecidos, passa pelas empresas fornecedoras de equipamentos, que na sua maioria são importados dos países centrais, envolve universidades e cientistas com pesquisa, instituições governamentais nas três esferas, entre outros. Seu reflexo é percebido desde as populações atingidas, na geração da energia, assim como, por todo o sistema elétrico brasileiro, atravessada pelos acordos políticos e comerciais na produção, na transmissão na distribuição e na comercialização desta mercadoria.

Santos (2009, p.72) vai afirmar que as redes do capital tem alcance nacional e internacional. [...] “é todo o problema da influência dos fatores de macro decisão – os estados e as grandes firmas”, que são posicionadas onde existem as condições naturais de maior rentabilidade.

Portanto, como afirma Harvey (2005), o Estado capitalista também tem que funcionar “como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca.” (p.85).

A justificativa apresentada para a implantação de usinas hidrelétricas é que o Brasil precisa de energia para crescer e se desenvolver e que os locais destinados às instalações das usinas, devem se render e ceder seu espaço para suprir uma necessidade nacional, acima de qualquer outro interesse. Utilizam inclusive um argumento jurídico de que a construção de usina hidrelétrica é de “utilidade pública”. Entretanto, o que se observa é que os consórcios que se formam para gerar energia existem quase sempre empresas que também são consumidoras dessa energia, isto evidencia o reduzido custo de produção da eletricidade a partir dos potenciais hidráulicos, pois as indústrias que tem na energia elétrica um dos principais insumos no seu processo produtivo, caso das indústrias eletro-intensivas, procuram fazer parte da propriedade das hidrelétricas garantindo a cota parte que lhes cabe no consórcio para fornecimento as suas indústrias. O consumo das empresas eletro-intensivas no país em 2013, conforme a EPE, (2013) foi de 105.802 GWh enquanto o consumo nacional total foi de 520.000GWh, ou seja, esse setor consumiu 20,35% da energia elétrica produzida no ano de 2013.

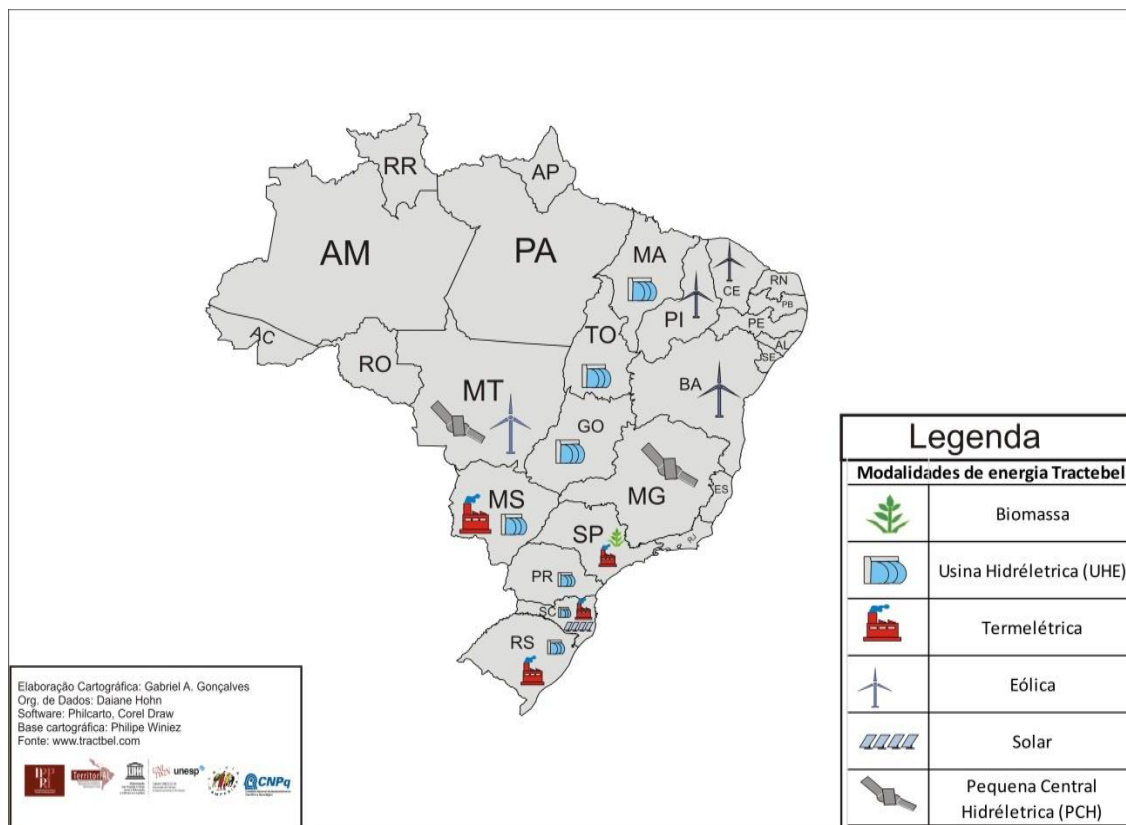
As empresas geradoras de energia que também a consome são denominadas de auto-produtoras, na ponta da cadeia, necessitam de energia para outras atividades comerciais, com aumento significativo de seu interesse na

construção. É muito mais um projeto do capital do que um projeto nacional. A título de exemplo, pode ser citada a Companhia Vale do Rio Doce, que é acionista em nove usinas hidrelétricas e quatro PCHs, entre elas a UHE Estreito e a UHE Belo Monte.

Como autoprodutora, a empresa pode definir se vai utilizar sua cota de energia não contratada no mercado regulado como insumo, nos processos produtivos, ou se vai vender essa energia no mercado de curto prazo, para obter lucros, que na atual política do mercado de energia, significam lucros extraordinários.

Sack (1986 apud SAQUET 2013, p 84) afirma que “os limites dos territórios podem mudar, isto é, não são inalteráveis. Modificam-se conforme as estratégias de controle e delimitação do espaço”. Essa expansão do território como analisa o autor supracitado pode ser observado no exemplo do Território da Tractebel Suez, no Brasil ilustrado na Figura 7 abaixo, onde o território nação está sobreposto de territórios geradores de energia organizados por empresas públicas e privadas nacionais e internacionais.

Figura 07 - Território da Tractebel no Brasil



Fonte: Tractebel Energia, 2015.
 Organização dos dados: autora
 Elaboração cartográfica: Gabriel Gonçalves

É preciso ficar claro que o espaço geográfico da usina não muda, mas a energia gerada por ela é que tem uma dimensão ampliada, ou seja, é o somatório de toda capacidade de geração de determinada empresa. Como elas tem vários negócios, vão construindo seu território dentro do país e assim influenciando politicamente nas definições de ampliação do setor e vão construindo seu território.

Para Saquet (2013), o processo de territorialização acontece no próprio movimento de circulação e reprodução do capital.

O território é produção e condição da territorialização. Os territórios são produzidos pelo exercício do poder por determinado grupo social ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são simultaneamente, resultando, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. Dessa forma os territórios podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivarem em diferentes escalas (SAQUET, 2013, p. 127, 128).

Observando as usinas hidrelétricas podemos afirmar que elas são território–zona e, concomitantemente, território-rede, com base nos conceitos

apresentados por Sousa (1995) e Haesbaert (1995). As linhas de transmissão carregam energia de um local para outro e basta uma decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)⁴⁹ para se definir a fonte e o destino do fluxo de energia. É claro que essa decisão está pautada no interesse dos grandes consumidores, tais como a indústria. Não há como não vincular o fluxo de energia do fluxo de capital.

Conforme Vieira (2005), já mencionado no Capítulo 2, com o novo modelo do setor elétrico foi se constituindo uma *estrutura institucional*, pois o Operador Nacional do Sistema é uma entidade privada, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é uma entidade privada e a Agência Nacional de Energia Elétrica é uma instituição do Estado “neutra” ligada à Empresa de Pesquisa Energética, vinculada diretamente ao Ministério de Minas e Energia, entretanto, toma decisões orientadas pelo mercado. Portanto, toda uma estrutura organizada para garantir a viabilização econômica da cadeia da eletricidade para os grupos capitalistas em detrimento da utilização da energia para o bem estar da população brasileira e da justa reparação da população atingida.

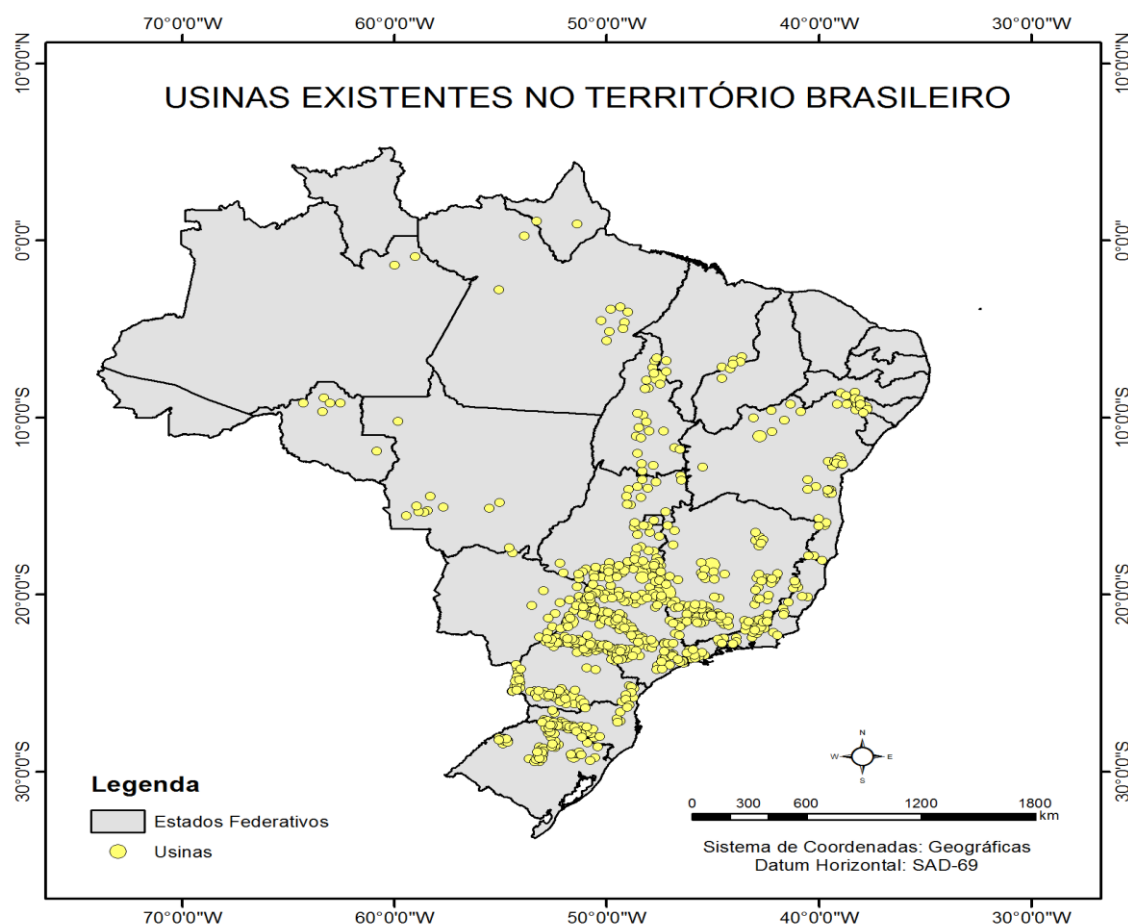
Percebe-se a definição de uma *rede com nós* que se articulam muito bem. Há uma sensação de que essas instituições, trabalhando em forma de rede, têm como objetivo manter as taxas de lucros das empresas, além do que, essas instituições estão num nível tão elevado na hierarquia institucional, como se fossem blindadas, com estratégias que dificultam a intervenção da sociedade em suas ações.

A Figura 8 abaixo ilustra as 196 usinas hidrelétricas já instaladas no país, mostrando a dimensão do imperialismo hidrelétrico na geração. Demonstrando o poder político, econômico que estes agentes possuem definindo desde o direito das populações atingidas pelas obras até o preço que os consumidores cativos vão pagar para ter acesso a esta fonte.

Locatelli (2012, apud FERREIRA 2013 p. 44) afirma que as empresas do setor elétrico “formam uma imensa rede de empresas de capital nacional e internacional que controlam o processo de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, possuindo grande influência em partidos políticos e órgãos federais, como o Ministério de Minas e Energia

⁴⁹O ONS é responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Figura 08 - Usinas hidrelétricas instaladas no Brasil



Fonte: Aneel, 2014⁵⁰.

Organização dos dados: autora

Produção cartográfica: Pedro Henrique Castro de Moraes, Hugo de Almeida Alves e Lucas Pauli.

Como os grupos econômicos diversificam suas fontes de geração de riqueza, os mesmos também estão na transmissão, na comercialização e na distribuição da energia produzida pela fonte hídrica. Para termos um exemplo: A EDP⁵¹ é uma empresa portuguesa atua na geração na usina de Peixe Angical através do consórcio Enerpeixe S.A, atua também da transmissão da energia do Espírito Santo a Minas Gerais através da Evrecy Participações Ltda., na comercialização atua através da Enertrade concentrando na prestação de serviços de mercado livre e distribui energia na concessionária Bandeirantes no estado de São Paulo e na concessionária Escelsa do Espírito Santo. Outros

⁵⁰Informações retiradas no site da ANEEL e organizadas pela autora com um total de 196 usinas. Disponíveis em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

⁵¹As informações foram retiradas dos relatórios financeiros da EDP. Disponível em: http://edp.infoinvest.com.br/enu/4525/EVRECY_DRE.pdf. Acesso 17 out. 2015.

casos semelhantes a este podem ser observados se for realizado um estudo detalhado de outras empresas que atuam no setor demonstrando sua diversidade de investimentos e por consequência sua influência política e econômica.

O processo de instalação de uma usina hidrelétrica envolve redes de articulação multiescalares e multidimensionais. Manifesta no espaço de instalação, todas as nuances dos territórios, principalmente a conflitualidade, quando surgem os movimentos organizados que contestam a lógica produtivista do capital em detrimento do valor (sem preço) do lugar.

Essa conflitualidade pode aparecer em momentos distintos, em algumas obras antes da instalação, na fase dos estudos, durante, com a negociação com as famílias ou depois e quando não resolvida se arrasta por anos. Seu desfecho depende de uma série de fatores, entre eles da configuração e da atuação das forças sociais em uma determinada usina. Pinheiro, (2006) lembra que:

As reivindicações podem passar do inicial reconhecimento dos direitos de todos os atingidos proprietários e não proprietários, para mudanças no cronograma das obras a fim de compatibilizá-lo com o cronograma social, por justas reparações pagas, por assistência aos reassentados para se adaptarem às novas condições determinadas, pela reconstrução dos meios e modos de vida em condições pelo menos idênticas às pré-existentes (PINHEIRO, 2010, p. 63).

As empresas têm utilizado da estratégia da negociação individual e fracionada, caso a caso, com o objetivo de que a discussão a cerca do conflito não transcenda os limites da área atingida e que não envolva outros setores na discussão. Além disso, essa metodologia, tem por objetivo dificultar a organização coletiva das famílias atingidas, baseando-se na *técnica de resolução de conflitos sociais e ambientais* (ACSERLRAD, 2009)⁵². Dessa forma as reparações passam a ser uma quantidade de casos isolados entre si.

A relação torna-se desigual, pois de um lado está o empreendedor, geralmente um consórcio de empresas privadas nacional e internacional, com muito recurso, com todo o seu aparato, técnico-jurídico e com um conjunto de informações a cerca a realidade local e de outro o atingido, sozinho, com receio

⁵²HOHN, D. C. Anotações de aula do curso de especialização em Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo –UFRJ/ MAB durante a disciplina Sociedade e Meio Ambiente, oferecida pelo professor Henri Acserlrad no segundo semestre de 2009.

de ficar prejudicado numa negociação involuntária que ele dificilmente consegue estabelecer um dialogo propositivo, quase sempre já está definido o valor que ele irá receber. Se por ventura questionar o valor imposto na “negociação”, será depositado em juízo e ele deverá aguardar a morosidade da justiça. Outros ainda, por não serem reconhecidos como portadores de direitos, permanecem com uma indefinição quanto ao futuro ressarcimento.

Pinheiro, (2006) reforça que em seu desenrolar, “o conflito experimenta mudanças de composição, comportamento e de posição das forças em confronto, surgem novos agentes, alianças e mediadores” (p.85).

Assim, a conflitualidade estabelecida entre empresas e atingidos pode se acirrar ou serenar dependendo dos direitos adquiridos nessa relação.

3.2 Os territórios dos atingidos pelo imperialismo

Para falar de território dos atingidos⁵³, é necessário compreender o significado do conceito de atingido.

A CRAB e a CUT em 1989 no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens definia que “os atingidos são todos que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida” (p.34).

Nos últimos trinta anos o conceito de atingido passou por pelo menos quatro concepções distintas como veremos:

A primeira concepção, territorial patrimonialista, “vê a população como um obstáculo a ser removido, de modo a viabilizar o empreendimento” (VAINER, 2005, p.4). Segundo Vainer (2005), nesta concepção o que há é o “direito de desapropriação por interesse público exercido pelo empreendedor, cujo departamento de patrimônio imobiliário ou uma equipe semelhante negociará com os proprietários o valor justo de suas propriedades” (p.3). Os atingidos seriam assim, apenas os proprietários de terra, cujo problema seria resolvido com a indenização.

A segunda concepção, a concepção hídrica, reconhece o atingido como o inundado territorialmente. Mesmo incluindo os não proprietários, esta perspectiva

⁵³As informações relacionadas ao modo de vida dos atingidos foram elucidadas a partir da vivência da pesquisadora com as populações atingidas em todo o Brasil integrando o Movimento dos Atingidos por Barragens

tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente a área inundada, ou seja, “[...] atingido passa a ser entendido como inundado e por decorrência, como deslocado compulsório- ou, como é corrente na linguagem do Banco Mundial, reassentado involuntário (VAINER, 2005, p.4).

Essas duas primeiras concepções tem como núcleo o direito do empreendedor e não das populações afetadas

Já a terceira concepção de atingido, também identificado por Vainer (2005 apud FOSQUEIRA 2010) ao analisar documentos da International Financial Corporation, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostra que:

[...] os órgãos de financiamento têm elaborado normas orientadoras a seus clientes, que dão um entendimento mais abrangente ao conceito de atingido, apesar de pequenas diferenças entre os mesmos, inserindo neste, tanto os que são impactados físico ou economicamente. O deslocamento físico ocorre nos casos em que as pessoas são forçadas a migrar, tendo ou não documentação sobre a área em questão. Já o deslocamento econômico se dá quando as pessoas perdem o acesso às áreas produtivas das quais tiravam seu sustento ou parte dele, sem necessariamente terem que passar pela migração compulsória. (FOSCHIERA, 2010, p. 123)

Para as agências multilaterais a noção de atingidos “remete ao conjunto de processos econômicos e sociais deflagrados pelo empreendimento e que possam vir a ter efeitos perversos sobre os efeitos e modos de vida da população”. (VAINER, 2005, p.11)

Uma quarta concepção do conceito de atingido é dada pela Comissão Mundial de Barragens que também optou por um alargamento na noção de deslocado e conseqüentemente, atingidos. Segundo relatório da World Commission on Dams (2000, apud VAINER, 2005):

[...] deslocamento é definido aqui englobando tanto o deslocamento físico quanto o deslocamento dos modos de vida [...] isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meio de produção e as desloca de seus modos de vida. (VAINER, 2005, p 08).

É hoje reconhecido igualmente que os deslocamentos compulsórios não

afetam apenas as populações deslocadas, mas podem ter impactos negativos sobre os meios e modos de vida das comunidades que acolherão os reassentados (CDDPH, 2010, p.17).

Assim, para o MAB, todas as pessoas que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido. Ainda hoje a ampliação do conceito do atingido é objeto da luta política e social.

Para a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana⁵⁴, 2010, o conceito de atingido, deve considerar as dimensões seguintes:

A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.

Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos devem ser consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.

Na identificação dos tipos de impactos, devem ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.

- Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.

- Devem ser considerados os efeitos a jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório.

- A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.), assim como todas as interferências a jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos.

- Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.

- As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, a

⁵⁴CDDPH, BRASIL. Comissão Especial "Atingidos por Barragens" - Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Sumário Executivo. Brasília, DF, Novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/relatorios/relatorio-c.e-atingidos-por-barragens/view>> Acesso 28 out. 2015.

fortiori, de monetarização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.

- Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

- Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.

_ Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais. (CDDPH, 2010, p.30 e 31).

Como não há até hoje uma regulamentação sobre a política nacional das populações atingidas, cada consórcio determina o tratamento das populações. Para o empreendedor a definição de atingido é restrita a área do polígono do empreendimento conforme o cadastro socioeconômico da população atingida a partir do decreto nº 7.342/2010⁵⁵.

Desta forma, ao analisar a territorialização de usinas hidrelétricas no Brasil, verifica-se uma pluralidade de conflitos e de embates travados por distintos grupos para combater sua desterritorialização. Santos et al. (2000 apud SAQUET 2013, p 124) vai dizer que o território é usado “como recurso pelos hegemônicos e como abrigo pelos hegemonizados”.

Tomando o cuidado de não incorrer no erro de romantizar o território dos atingidos pelos projetos de geração de energia elétrica de fonte hídrica, de acordo com Carvalho (2009), podemos afirmar que a diversidade de categorias também retrata a diversidade de territórios; onde vivem os atingidos. Entretanto a diversidade de categorias não pode ser vista como divisor da classe trabalhadora. E sim como forma de demonstrar a riqueza que temos no território.

Historicamente como já mencionado no Capítulo 2, o território dos atingidos são espaços rurais e urbanos, ambos, espaços de vivência e trabalho, é o local onde as relações ações sociais acontecem. Didaticamente vai se tratar deles

⁵⁵Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm>. Acesso em: 02 out. 2015

separados, mas no cotidiano eles estão juntos, porque compõem a classe trabalhadora, que é atingida pela cadeia da eletricidade apropriada por grupos capitalistas, tornando-a uma mercadoria e dessa forma, para ter acesso a energia tenha que pagar uma tarifa muito alta. Outros, além de pagarem um preço elevado pela tarifa, precisam sair de seus locais de existência, isto é, são desterritorializados para dar lugar a produção de energia elétrica.

O conceito de territórios camponeses expressado nesse texto tem sintonia com que Carvalho, (2005, 2009) escreve sobre o conceito de camponês e sua autonomia relativa.

Carvalho (2009) vai afirmar que se tratando de territórios camponeses deve-se ressaltar suas várias autodenominações e diversidade, sendo que o objetivo estratégico é garantir a reprodução social da família de maneira que possam, num processo continuado e crescente, melhorar os padrões de qualidade de vida e de trabalho.

Dessa forma, o território das populações atingidas no meio rural, - o território camponês, pode-se afirmar que são pequenas propriedades camponesas, que produzem uma diversidade de alimentos para o consumo da família e para a geração de renda no mercado. Outros agricultores familiares são subordinados aos conglomerados industriais especializando-se na produção de monocultivos e na dependência de insumos externos, entregando sua produção para as agroindústrias beneficiadoras dessas matérias – primas. (CARVALHO, 2009)⁵⁶. Existem também os meeiros, arrendatários que trabalham na terra do proprietário e parte da sua produção é paga pela utilização da mesma. Outros ainda são sítiantes, chacareiros, que cuidam da terra do fazendeiro e recebem um salário por esta tarefa, ou ainda, são extrativistas que retiram da floresta a matéria- prima preservando o ecossistema da região.

Além destes, pode-se pensar nos territórios indígenas com seus jeitos próprios e culturas milenares e os territórios tradicionais quilombolas que utilizam os bens naturais, não tendo como objetivo fim, a busca incessante pelo mercado. É importante lembrar que mesmo numa dimensão em menor escala, há contradições, pois essas categorias vivem na sociedade capitalista e de alguma

⁵⁶Para aprofundar mais o conceito e seus desdobramentos no campo ver: CARVALHO, Horácio, Martins de. De produtor rural familiar a camponês: a catarse necessária. 2009. Disponível em: <http://acaoterra.org/IMG/pdf/3artigosdomes_2009.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

forma estabelecem relações e contradições deste modelo.

Outro território camponês é o dos artesãos que a partir da pedra, da terra, da areia, da madeira, das sementes, elaboram sua arte, constroem produtos de uso e de troca, contribuindo com a economia local regional e nacional.

Continuando o raciocínio pensando no território camponês, alguns atingidos têm o rio como território coletivo, são pescadores artesanais e/ou pescadores de peixes ornamentais, que pescam coletivamente ou individualmente tendo o uso compartilhado de alguns equipamentos de pesca. Sua rotina de trabalho acontece conforme a necessidade de sobrevivência das famílias. Muitos estão conveniados a Colônia de Pescadores e a comercialização em grande maioria acontece através de atravessadores. Dividem seu tempo também com a produção de pequenos cultivos para sua sobrevivência. Outros ainda, sobretudo as mulheres camponesas utilizam o rio para lavar roupas e sustentam as famílias a partir dessa relação.

No território camponês há outras várias possibilidades de se pensar. As obras atingem o território dos comércios informais como o dos barraqueiros que vendem comida e bebidas nas praias ou beiras dos rios formadas no verão ou ainda os barqueiros que levam os turistas até as ilhas formadas no meio do rio no verão.

O território urbano também abre uma possibilidade de pensar os outros atingidos. Um primeiro grupo seria aqueles que precisam ser realocados, que são desterritorializados. São territórios urbanos de pequenas e médias cidades onde as populações perdem seus locais de moradia, lhes restando as periferias das cidades com pouco ou nenhum equipamento de infra estrutura devido a realocação precária intencionalizada pelos consórcios porque o lago da usina vai se estabelecer naquele espaço.

Existem os atingidos não pela água, mas, pela consequência do estabelecimento da obra na região, que passam a sofrer com a especulação imobiliária, especulação alimentícia, fazendo com que muitas famílias não consigam manter o padrão de vida que tinham antes da chegada da obra.

Além desses, temos os atingidos com trabalho informal, pode-se pensar sobre as atividades que envolvem a comercialização de cosméticos, atividades alimentícias, (doceiras, quitandeiras), prestação de serviços (manicures, costureiras, diaristas, babás, etc.), que tem sua clientela fixa nas comunidades e

municípios, que tiram o sustento de suas famílias a partir dessa relação social e que ficam desamparadas porque se desfaz esse vínculo, essa relação social estabelecida.

Outros ainda perdem seus locais de trabalho, como os pequenos e médios comerciantes que precisam mudar de atividade econômica porque sendo realocados, os consórcios não lhe garantem uma indenização satisfatória, permanecendo no local de origem, sua clientela é quem é realocada ficando isolado sem possibilidade de continuar no ramo. Outros ainda, como os carroceiros perdem o espaço de transportar mercadorias com o aumento do fluxo de cargas e transportes, sendo proibidos de percorrer espaços que antes eram permitidos, ou, mesmo, os moto-taxistas, que transportam pessoas em distâncias pequenas de forma rápida, percebem a dificuldade de andar e mesmo de continuar seu trabalho.

O espaço de governança⁵⁷ de responsabilidade dos gestores municipais e estaduais também sentem o impacto da instalação da obra, pois geralmente não estão preparadas para receber tamanho empreendimento, dessa forma, com o inchaço populacional, com a superlotação dos equipamentos públicos de infraestrutura, serviços de comunicação e energia, as agências bancárias, os correios, o cartório, os supermercados, enfim, uma nova relação social é vivenciada. Os trabalhadores assalariados da cidade anfitriã percebem que sua rotina muda rapidamente, seja porque o custo de vida se eleva a proporções nunca pensadas antes, ou porque suas relações sociais também se modificam com a chegada de muitas pessoas em busca de empregos, no canteiro de obras e atividades fins que a obra instala, vivenciando o aumento da violência, a dificuldade de ter uma vaga na escola ou no atendimento de saúde entre outros.

O MAB vem considerando também como atingidos toda a classe trabalhadora que paga pela tarifa de energia um valor altíssimo. Outros autores como Cervinski, (2010) Fosqueira (2009) vão aprofundar essas questões e discutir sobre a complexidade dos impactos proporcionados pelos empreendimentos hidrelétricos, fato que exige essa mudança de entendimento sobre quem é o atingido.

Em síntese, a partir da análise feita da cadeia produtiva da eletricidade, por

⁵⁷ Para aprofundar o conceito ver Fernandes, (2009).

Gonçalves, (2007), Sauer, (2002) em documentos disponibilizados pela Aneel (2012, 2014, 2015) pelo TCU (2014), pode-se afirmar que: a) custa barato produzir energia de base hídrica no Brasil. A Eletrobrás com a lei 12.783/2013, afirmou que o custo para produzir eletricidade em usinas amortizadas é de R\$ 33,00 o MWh de energia. Inclusive o leilão da usina de Belo Monte que é a usina mais cara sendo construída no momento, chegando a 30 bilhões de reais, foi vendido a R\$ 78,00 MWh, corrigindo os índices da inflação ela está em torno de R\$ 105,00 o MW/h; B) a população brasileira paga uma das tarifas mais caras do mundo, porque mesmo sendo de fonte hídrica- 62% da energia (Aneel, 2015), a tarifa está internacionalizada, a energia produzida está sendo comercializada como se estivesse sendo produzida a base de petróleo. Além disso, para poder sustentar toda a cadeia da eletricidade, o consumidor tem que pagar além da geração, a transmissão, a distribuição, encargos setoriais e os tributos totalizando entre R\$ 622,00 a R\$ 991,00 o MWh.de energia.

Informações organizadas pelo MAB, 2015, baseadas na Aneel, 2015 e verificadas nas contas de energia elétrica das residências no mês de setembro e outubro de 2015 exemplificam esta afirmação.

Tabela 07 - Tarifas Residenciais em 2015

Tarifas residenciais – R\$ por 1.000 kWh				
Empresa	Estado	Tarifas Sem Impostos* (R\$/1.000 kWh)	Tarifa final verificada na conta de luz Residencial de famílias (R\$/1000 kWh)	
RGE	RS	502,00	759,00	8º
CELESC	SC	499,00	622,00	12º
COPEL	PR	547,00	895,00	2º
ELETROPAULO	SP	491,00	620,00	13º
ELEKTRO	SP	565,00	862,00	4º
CEMIG	MG	565,00	991,00	1º
LIGHT	RJ	523,00	718,00	10º
CELG	GO	521,00	810,00	6º
COELBA	BA	443,00	692,00	11º
CELPE	PE	450,00	725,00	9º
COLCE	CE	473,00	780,00	7º
CELPA	PA	580,00	890,00	3º
CERON	RO	492,00	845,00	5º

Fonte: Aneel 09-10-2015; E dados coletados de contas residenciais de famílias nos meses de agosto ou setembro de 2015.

A Aneel, conforme a nota técnica nº 038/2015⁵⁸ afirma que nos anos de 2012 e 2013 as principais geradoras de energia elétrica tiveram um lucro líquido de 11 bilhões de reais.

Com essa cadeia da eletricidade instalada no Brasil podemos afirmar que a

⁵⁸Nota técnica da Aneel disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2015/032/documento/nt_038_-_srg_srm_deslocamento_do_mre-srm_final-18-5-2015-r2.pdf. Acesso em: 01 out. 2015

classe trabalhadora é atingida por Barragem, quando paga uma tarifa dessa magnitude. Dessa forma os lucros aos capitalistas são extraordinários como já explicou Gonçalves (2002, 2007) sendo paga pela maioria da população brasileira.

Nesse sentido o território do atingido tem uma dimensão muito grande, podendo ser identificado em várias escalas e dimensões territoriais. Pode ser desde o nível local até a escala nacional. A partir dos autores acima citados e da vivência com as comunidades, tem-se a compreensão dessa dimensão do território atingido e o entendimento de que a classe trabalhadora é atingida por barragem e não só o camponês, ribeirinho, meeiro, quilombola, indígena, pequeno comerciante, reafirmado o que a CRAB/CUT em 1989 já afirmava - todos que de uma forma ou de outra tiveram seus modos de vida afetados.

3.3 Os processos de territorialização e desterritorialização

Pensando o setor elétrico, temos várias dimensões onde pode acontecer a territorialização. Vamos tratar aqui no processo de geração de energia, sobretudo com a instalação da usina hidrelétrica e como esta ação desencadeia a desterritorialização de outro grupo. O conceito de territorialização utilizado por Haesbaert (2004) é uma interação do território e dos processos de territorialização como afirma são o fruto “[...] relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2004, p.235).

A instalação da usina na região é um processo de espacialização e territorialização, porque ela estabelece uma série de relações, sobretudo, políticas e econômicas no local, na região, no estado, a nível nacional e internacional determinando relações de controle sobre o território.

O entendimento acima se assemelha com Andrade (1995 apud SAQUET 2013, p.133) que entende que o conceito de território “[...] é inerente a ideia de dominação e gestão de determinada área, seja pelo poder público ou pelas empresas capitalistas [...]”, que estendem seus tentáculos sobre grandes áreas territoriais ignorando as fronteiras políticas.

O consórcio após o leilão passa a ter o domínio sobre aquele espaço

geográfico, determinando o que pode e o que não pode ser feito. Um dos elementos que não podem mais estar ali são as pessoas que são vistas como empecilhos (VAINER, 2005) e precisam ser retiradas da área. Para isso ela utiliza diversas maneiras, utilizando inclusive a força militar para a retirada das pessoas, quando as mesmas discordam de sua desterritorialização.

O que acontece no caso no setor elétrico, especificamente na geração de energia, com a instalação de uma obra é simultâneo, conforme Haesbaert, (2004) é a territorialização de um grupo e desterritorialização de outro.

Nesse processo imediatamente se instala um conflito social inerente à instalação da usina e a reprodução do capital sob a perspectiva dos atingidos. Estes sujeitos passam a organizar ações que buscam elucidar seu domínio no território.

As populações que tem sua história de vida naquele local, que viviam naquele espaço, estabeleciam suas relações, precisam a partir de então, provar que são moradoras legítimas daquele território, precisam comprovar com títulos de terra que aquele espaço era delas.

Inverte-se as posições, os atingidos passam a ter que comprovar sua territorialização para o consórcio. A Comissão Mundial de Barragens (2000 apud Vainer, 2005) afirma que no Brasil de cada dez pessoas atingidas, sete pessoas não têm seus direitos reconhecidos devidamente.

É surpreendente que o espaço que historicamente foi das categorias acima mencionadas, agora não é mais. Um grupo capitalista se apropria e desterritorializa, e ele vai definir para onde as mesmas vão ser reterritorializadas.

Haesbaert (1995) também destaca o poder como elemento central do conceito de território, *como um domínio político e um controle do acesso*.

Os grupos sociais não tem mais acesso ao seu território, não só relacionado às dimensões materiais, mas, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais) lembra Vainer, (2005). Nesse sentido é necessário compreender que a desterritorialização dos sujeitos de seus territórios constrói a possibilidade da busca por um novo território, ou seja, surgem lutas e resistências oriundas por parte dessa população atingida na busca por sua reterritorialização.

Como não existe nenhuma regulamentação que trate dos atingidos por barragens, cada consórcio, estabelece a sua política e seu tratamento. Dessa

forma, os atingidos passam a serem considerados custos socioambientais nos Estudos de Impacto Ambiental e no Relatório Impacto Ambiental. A lógica capitalista passa a imperar, quanto menos atingidos forem reconhecidos mais lucro para os grupos capitalistas. Frequentemente, antes do início das obras as empresas divulgaram números subestimados de atingidos e no decorrer do processo, com a pressão popular, vai forçando um reconhecimento maior (MAB, 2015).

Na fase de instalação da obra os consórcios impõem aos órgãos responsáveis e fiscalizadores (MMA, IBAMA, ANA, MME, ANEEL, BNDES, TCU) que seus cronogramas físico-financeiros, ocorram independentemente da execução plena e prévia dos programas compensatórios e mitigatórios acertados no Plano Básico Ambiental conseguindo as licenças mesmo não tendo cumprido seus acordos (GARZON, 2010).

A passagem da desterritorialização para a reterritorialização exige dos atingidos um processo intenso de organização, formação e pressão popular que atualmente o Movimento dos Atingidos por Barragens consegue cumprir e é reconhecido pelas empresas como o interlocutor das famílias atingidas. São muitas as marchas, ocupações de escritório, distribuição de panfletos, estudos, reuniões para que os atingidos conquistem e sejam reterritoriizados (FOSQUEIRA, 2009).

Os autores Deleuze e Guattari (1976 apud SAQUET 2013, p.56) lembram que o processo de territorialização envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e a reterritorialização. Esse processo é permeado pelo movimento, o que está desterritorializado carrega em si o potencial da reterritorialização. É impossível distinguir um do outro.

Dessa forma a desterritorialização das pessoas cria o ambiente para a organização das populações e a busca pela sua reterritorialização. A história de organização dessa população vai se territorializando em 17 estados do Brasil em 24 anos de existência, já exposta no Capítulo 2.

Fruto desse entendimento que os atingidos percebendo essa realidade reafirmaram a importância de estar em todas as capitais brasileiras. (MAB 2013). Fernandes (2005) vai denominar esta decisão política como espacialização da luta. A territorialização da organização dos atingidos está atualmente nas capitais de RS, PR, SP, RJ, MG, CE, RO, PA, TO e PE para fazer o debate do modelo

energético brasileiro, a partir da experiência da cadeia da eletricidade de base hidráulica mostrando as contradições deste modelo.

É possível dizer que o MAB vai construindo o seu território onde se instala algumas obras, assim como, em cidades que considera importante para construir apoio de outros segmentos da sociedade para a causa que busca.

Mais a frente vai-se apresentar como os atingidos pela UHE Estreito foram desterritorializados e o impasse até hoje vivenciado por parte da população atingida para poder ter acesso ao novo território.

3.4 Território da água e energia e suas conflitualidades: território energético

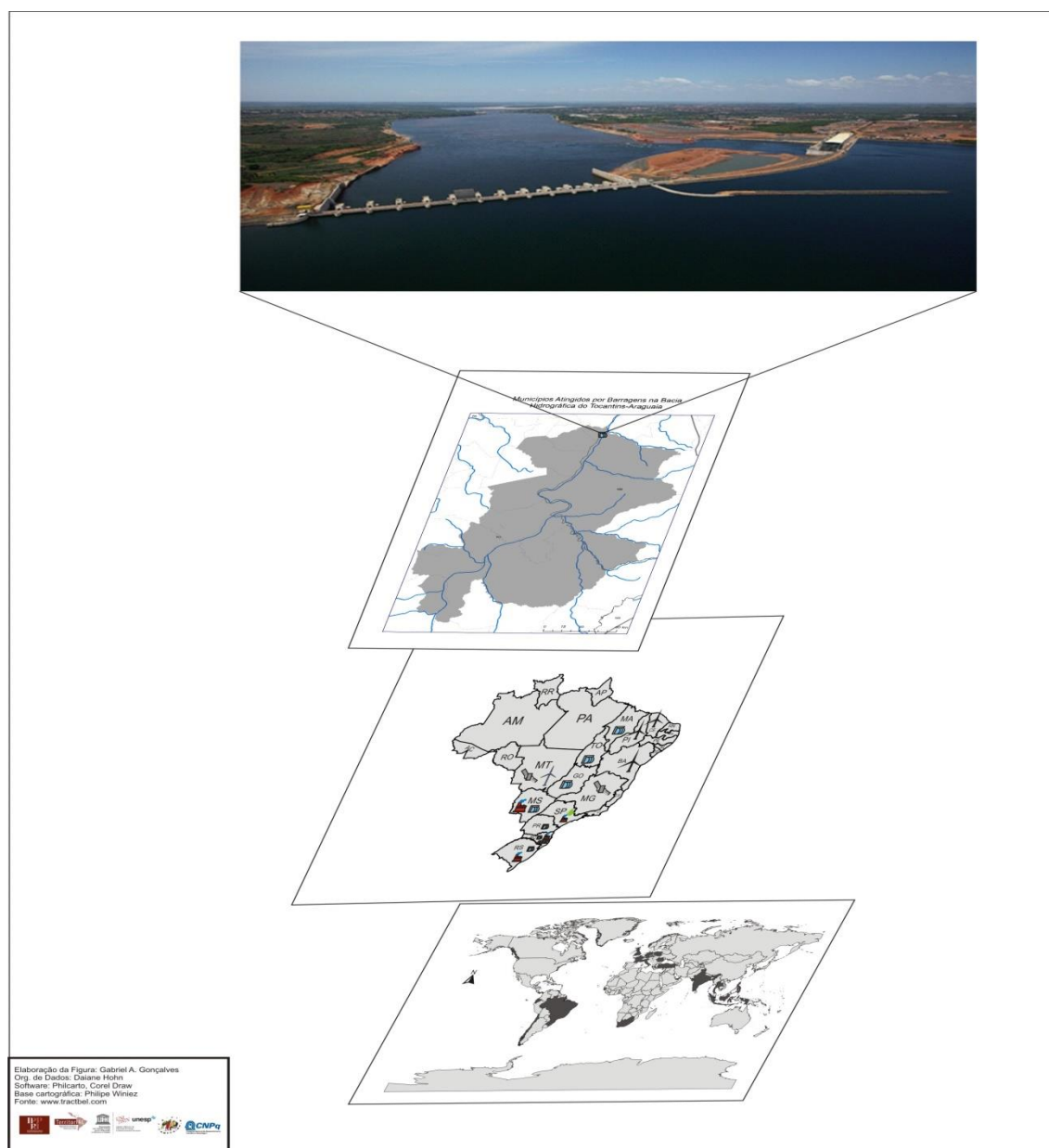
Á luz de Fernandes (2008), que observando a luta pela terra construiu o conceito de *território campesino*. Pode-se considerar que a luta pela energia, é a luta por um território: o território energético. Ou seja, a luta desencadeada pelos atingidos por barragens que tiverem seus modos de vida alterados com a implantação das obras, se expande quando compreende a cadeia produtiva da eletricidade brasileira e percebe a que a energia tornou-se uma mercadoria que move a atual sociedade e que, portanto, quem a detém, tem o poder e o controle sobre o território em suas múltiplas escalas. Essa ideia é fundamental para pensar que a luta travada pelas populações nos territórios atingidos por UHEs é uma parte da luta que deve ser travada dentro do território energético pelas demais categorias. Dessa forma, a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia cumpre a sua função de debater o tema da energia e apresentar propostas para este debate central na atualidade. Ou seja, pensar o território energético.

Fernandes (2008) nos lembra de que o território está organizado em diversas escalas geográficas desde a local até a internacional. A escala local pode ser considerada os municípios que a usina hidrelétrica atinge ao ser implantada. A escala regional se dá na bacia hidrográfica com as demais usinas já instaladas, que ganha em eficiência na geração de energia na escala nacional está organizada a integração eletro energética entre os empreendimentos situados nas bacias e regiões em todo o território nacional pelo Sistema Interligado Nacional. A escala internacional pode ser pensada a partir dos dividendos desta operação que vai abastecer outros ramos da empresa em outros

países ou para a acumulação privada de seus acionistas como mostrada na Tabela 5 do Capítulo 2.

Trazendo para uma usina hidrelétrica visualizamos essa dimensão, como pode ser vista da Figura 9 abaixo:

Figura 09 - Território Energético da Suez Tractebel



Fonte: Suez Tractebel Energia, 2015.
Organização dos dados: autora
Elaboração cartográfica: Gabriel Gonçalves

Para citar um exemplo, a Usina Hidrelétrica Estreito atingiu 12 municípios,

nos estados do Tocantins e do Maranhão, dentro do território brasileiro. A UHE Estreito compõe um território controlado pela Suez Tractebel, acionista do consórcio. A Suez Tractebel também se tornou uma das donas do rio Tocantins, porque é acionista em 3 usinas. Com isso, ela articula outros projetos sendo a maior geradora privada de energia do país, tendo 22 plantas em todo o Brasil. A companhia é sediada em Florianópolis, Santa Catarina, e suas usinas se encontram instaladas nas cinco regiões do país, mais precisamente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e Ceará. Logo, o território da UHE Estreito é um, dentro do território brasileiro. Continuando ainda o raciocínio, a Suez Tractebel tem plantas na Europa, Ásia, África, América Central e América do Sul, e nos países dos Emirados Árabes.⁵⁹

A Suez Tractebel ao se especializar vai construindo relações entre as partes, construindo um território dentro de outro território. Saquet (1995 apud CANDIOTTO; SANTOS, 2009,) afirma que “um país seria um receptáculo de diversos territórios e não simplesmente o território”, p.318.

Cada território deste é uma totalidade a depender da escala analisada e ao mesmo tempo uma parte no espaço geográfico. Dessa forma uma ação política tem desdobramentos em vários níveis e escalas (FERNANDES, 2008).

Pensando no caso da instalação de uma usina hidrelétrica em uma região, ou a instalação de outra matriz energética, eólica, solar, biodiesel, petróleo, etc, que tem em grande medida, interesses do capital de expansão de seus negócios, as comunidades tem reduzido poder político sobre o seu território. Desse modo, intensificam-se, as políticas de expropriação das comunidades rurais e urbanas, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios energéticos para se expandir.

Há uma disputa territorial, ou seja, uma relação de poder implantada nas diversas escalas: escala local: a geração de energia através da UHE; escala regional: o conjunto das usinas instaladas na bacia hidrográfica; escala nacional: o sistema elétrico brasileiro; escala internacional: a apropriação dos locais mais vantajosos pelos grupos capitalistas.

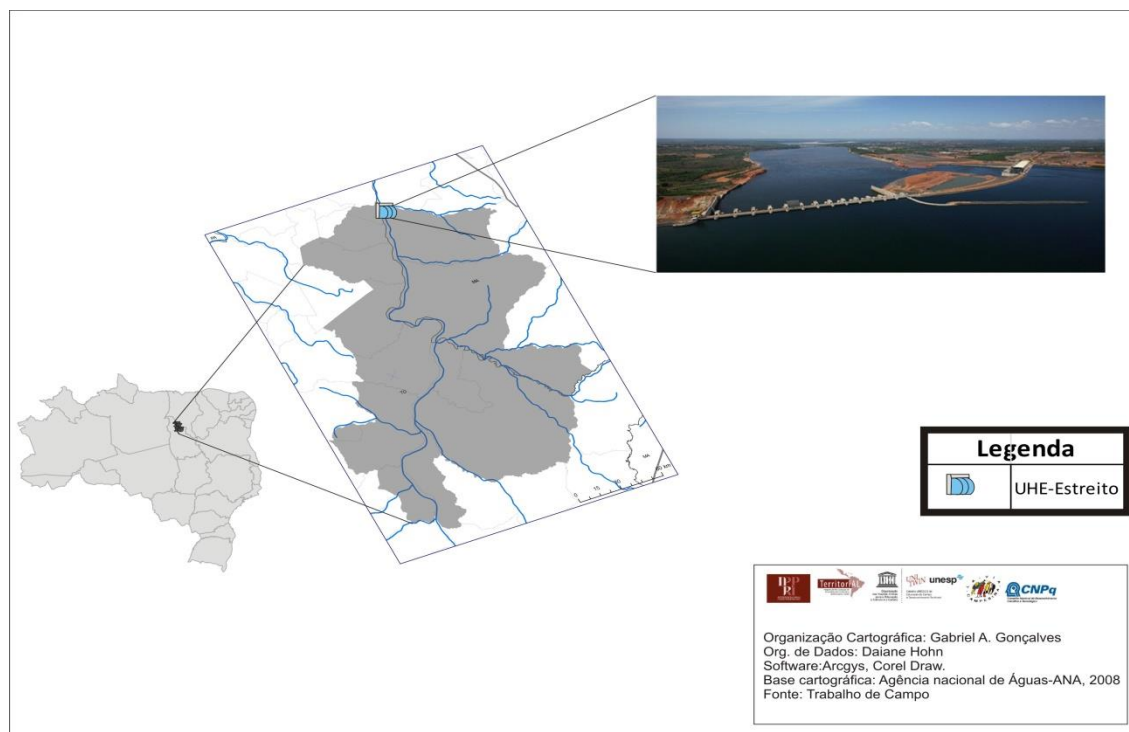
O setor elétrico brasileiro é composto da multiterritorialidade porque contém

⁵⁹Informações retiradas do Site da empresa. Disponível em <<http://www.tractebel-engineering-gdfsuez.com/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

o território da geração, o território da transmissão, o território da comercialização e o território da distribuição da energia, formando um grande território e este se liga ao território das demais fontes construindo o território energético.

A ANEEL disponibiliza uma informação de que são 203 UHEs construídas até fevereiro de 2016. Cataloga-se 196 usinas, na qual essas ocupam uma área de 40.553,02 km², quase área proporcional do Estado do Rio Janeiro que tem 43.777.954 km² (IBGE, 2015). Essa extensão vai além, quando se contabiliza o lago das pequenas centrais hidrelétricas, que são atualmente 467 conforme a ABRAPCH, (2015) mas sem as informações da área total. Mas o que significa esse território alagado?

Figura 10 - Imagem da Usina Hidrelétrica Estreito localizada ente o Estado do Tocantins e o Estado do Maranhão



Fonte: Ceste, 2012.

Organização dos dados: autora

Elaboração cartográfica: Gabriel Gonçalves

Seria evidente dizer que a área é utilizada pelas usinas hidrelétricas para a produção de energia. O central deste debate é perceber que a água é a matéria prima desse “sistema fabril”, onde se gera a mercadoria energia. O reservatório é a extensão da usina, sem lago não tem usina, mas é na usina que acontece a

produção de valor, realizada pelo trabalho dos trabalhadores. E mais, a usina faz parte da cadeia produtiva da indústria da eletricidade e vendo a partir desta totalidade é que entendemos a energia como uma mercadoria produzida pelo trabalho dos trabalhadores.

Sem esta análise sobre a formação dos 40.553,02 km² constroem –se uma interpretação parcial da realidade e ainda há o fortalecimento da concepção hegemônica, ou seja, preservacionista, no sentido da apreciação estética de um determinado espaço. Fica a área simplesmente pela área, ou ainda, uma melancolia ambiental de que foram submersos uma infinidade de hectares de área geográfica, transparecendo que não existem pessoas nesse ambiente e, por conseguinte, relações de poder entre classes antagônicas. O fato de se construir uma usina hidrelétrica, pressupõe uma apropriação deste território, antes pelo Estado (através de suas empresas do sistema Eletrobrás). Com a reestruturação do setor elétrico, esse fato se aprofunda porque agora são as empresas privadas que se apropriaram deste território porque veem ali um potencial de realização de valor. A concessão dada pela ANEEL aos consórcios por determinado tempo, credenciam as empresas a produzir a mercadoria energia, ou seja, valor, no momento que a água passa pelas turbinas, em virtude do trabalho dos trabalhadores e, assim, essa água, agora na forma de energia, é extensão do complexo fabril e passa a ser de propriedade privada do consórcio que tem a concessão.

Geralmente para conseguir se instalar o consórcio, que na maioria das vezes é formado por empresas estatais e privadas, trazem em seu bojo a promessa de uma série de benefícios, em diferentes escalas, à população local, aos municípios, aos estados e a federação. Ao finalizar a construção da obra, o prometido rol de beneficiários não se materializa, quando existem, não passam de cinco ou seis, ou seja, indiretamente reduzem a concessão de benefícios e aumentam seus lucros (SAUER, 2002; GONÇALVES, 2007).

A corrida dos capitalistas tem como fronteira a apropriação dos recursos naturais na região amazônica por ser uma região que tem um potencial muito grande ainda de exploração. Por ser uma região de planície, os impactos produzidos por essa implantação são ainda maiores, desde os solos até as populações que habitam esta região. Muitos povos indígenas, os nativos “beiradeiros”, pescadores, camponeses, entre outros.

No último período, 2012 -2013 há uma pressão por parte das empresas geradores de energia para que se volte a construir usinas com grandes reservatórios (chamadas de usinas de acumulação). Este tema foi amplamente discutido no último *Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico* (ENASE, 2015)⁶⁰, sob a justificativa de que dessa forma tem-se uma maior garantia estável de produção de energia, ao contrário da atualidade, em que os reservatórios das usinas, por serem a fio d'água, não garantem essa possibilidade e segundo as justificativas corre-se o risco de um novo apagão no país.

As empresas geradoras reforçam ainda em sua argumentação, que sem os reservatórios, há um prejuízo maior para toda a sociedade, em virtude do impacto ambiental, com o aumento das emissões de gases de efeito estufa pois, dessa forma, para garantir o abastecimento de energia precisa-se acionar as térmicas, muito mais poluidoras e além disso o custo da energia se torna mais caro. (FIRJAN, 2013).

É recorrente encontrar estudos que debatam o monocultivo da água, a citar Sieben; Cleps Junior (2012), em que a alternativa encontrada seria a produção de energia elétrica a partir de outras fontes de energia para combater este monocultivo. Pinto (2002 apud SIEBEN ; CLEPS JUNIOR, 2012), também alimenta esse viés. Pondera que os rios amazônicos tem um grande potencial hidráulico. “Esse desempenho realmente impressionante talvez esteja ofuscando a percepção de um fato: a especialização dos rios amazônicos na monocultura energética” (PINTO, 2002, p. 47).

O debate não pode se encerrar na substituição da fonte, ou na tecnologia a ser utilizada, pois pode se mudar a fonte, sem alterar a essência da acumulação capitalista. Por isso o debate central é sob qual base de sociedade está se construindo e utilizando o trabalho dos trabalhadores, e nesse caso, qual é o objetivo da energia produzida pelas hidrelétricas. O que se questiona é para que e para quem elas estão sendo utilizadas na atualidade?

Se for feita uma breve observação nos consórcios constituídos a partir da reestruturação do setor elétrico, é fácil identificar que a produção de energia

⁶⁰Para maiores informações sobre o assunto ver Canal Energia. Disponível em: <http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem_Especial.asp?id=106725#>. Acesso em: 29 maio 2015.
Ou ainda para obter mais informações do ENASE 2015. Disponível em: <<http://www.enase.com.br>>. Acesso em: 29 maio 2015.

elétrica de base hidráulica, no Brasil, se tornou uma fusão, uma aliança entre grandes bancos mundiais e fundos de pensão (Santander, Bradesco, Citigroup, Votorantim, Previ, Caixa Previdência, Sabesp, Petros), com grandes empresas energéticas mundiais (Suez, AES, Duke, Endesa, General Electric), com grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom), com grandes empreiteiras (Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão) e grandes empresas do agronegócio (Aracruz, Klabin, Amaggi, Bunge Fertilizantes, Stora Enso).

Essa aliança constituída com o objetivo de utilizar a energia em seus processos produtivos, e ou, porque a mercadoria energia se tornou um produto muito atrativo de investimento com retorno garantido, a partir da venda para os consumidores. Também há que se considerar que a energia é fundamental em qualquer atividade produtiva e, dessa maneira, quem possui sua própria fonte de energia não depende dos outros e tem energia a preço de custo, com possibilidade de deixar seu produto principal mais competitivo no mercado. Outro aspecto relevante é a velha máxima da Economia “nunca coloque todos os ovos na mesma cesta”, ou seja, os grandes conglomerados sempre diversificam suas atividades geradoras de lucro, mais ainda se essas atividades forem estratégicas e muito lucrativas.

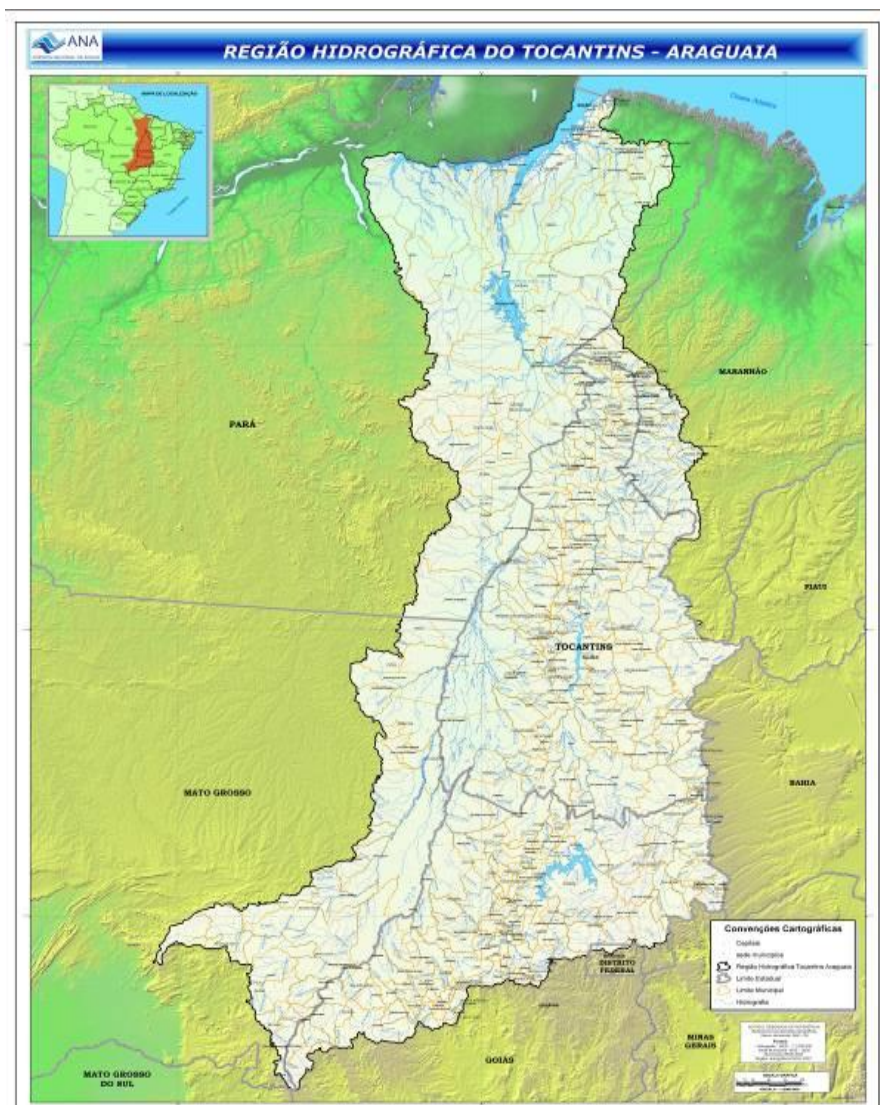
É necessário lembrar, mesmo que de modo sucinto, que nesse espaço geográfico há uma população que vivia e que após essas obras foram desterritorializadas, passando a reconstruir suas vidas longe de suas heranças afetivas, tendo que, na maioria das vezes, fazer muita pressão para ser reconhecida como atingida e receber alguma compensação. A organização de parte dessa população pode ser expressada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens.

3.5 O território da bacia do rio Tocantins

A região hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área de 918.822 km² (11% do território nacional) e abrange os estados de Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4%), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%). Sua configuração é alinhada, com sentido Sul-Norte, seguindo a direção

predominante dos cursos d'água principais, os rios Tocantins e Araguaia, que se unem na parte setentrional da região, a partir de onde é denominado rio Tocantins, que segue até desaguar na Baía da Ilha de Mar⁶¹.

Figura 11 - Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia



Fonte: ANA, 2013.

3.5.1 As usinas hidrelétricas na bacia hidrográfica do Tocantins

No rio Tocantins, podemos observar sete empreendimentos hidrelétricos já em operação: Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado,

⁶¹ Informações retiradas no site da ANA – Agência Nacional de Águas.

Estreito e Tucuruí, totalizando 12.991,45 MW⁶² de potência instalada. Além desses, estão previstos Ipueiras, Tupiratins, Serra Quebrada e Marabá que totalizam mais 4.588 MW⁶³.

O potencial energético dessa região é de 17.579,45 MW. Ou seja, representam uma significativa quantidade de energia para o sistema elétrico brasileiro.

A Tabela 8 apresenta as hidrelétricas construídas no rio Tocantins, seus atuais acionistas e respectivo controle acionário, assim como, o tamanho do reservatório e a data de construção de cada usina.

Tabela 08 - Atuais acionistas das hidrelétricas da bacia rio Tocantins (BRT)

UHE	Acionistas	%	Capacidade instalada	Energia Firme MW ⁶⁴	Reservatório Km ²	Data de construção
São Salvador ⁶⁵	Tractebel Energia S/A	100	243,20	217,90	99,66	2009
Peixe Angical ⁶⁶	EDP Energia do Brasil	60	498,75	280,50	318,45	2006
	Furnas Centrais elétricas S/A	40				
Luiz Eduardo Magalhães	Lajeado Energia EDP	72,27	902,50	526,60	703,95	2001

⁶²Informações retiradas no site da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/energiaassegurada.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

⁶³Idem

⁶⁴Para conseguir as informações de energia firme buscou-se as informações na ANEEL e também nos relatórios financeiros das empresas controladoras de cada usina.

⁶⁵Para as informações sobre a capacidade instalada das usinas controladas pela Tractebel Energia, ou seja, usinas de São Salvador, Estreito e Cana Brava, disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/22fd1ae2-4bc9-493f-9c1e-6c6573cfa3e8/137767.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=22fd1ae2-4bc9-493f-9c1e-6c6573cfa3e8>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

⁶⁶Para obter as informações sobre energia firme das usinas controladas pela EDP, ou seja, usinas de Peixe e Lajeado, disponível em: < http://edp.infoinvest.com.br/ptb/5586/EDP_RAS2013-na.pdf>. Acesso 05 mar. 2015.

UHE	Acionistas	%	Capacidade instalada	Energia Firme MW ⁶⁴	Reservatório Km ²	Data de construção
Lajeado	CEB Lajeado S/A	19,80				
	Investco S/C (EDP)	1				
	Paulista Lajeado Energia (CPFL)	6,93				
Serra da Mesa ⁶⁷	CPFL Furnas Centrais Elétricas	51,54 48,46	1275	671	1254,09	1998
Cana Brava	Tractebel Energia S/A	100	450,00	273,50	139,63	2002
Tucuruí	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronorte	100	8535	4140	3.513,29	1975-1985
Estreito	Tractebel, Vale, Alcoa Camargo Corrêa,	40 30 25,49 4,4	1087,00	641,08	635,85	2007 -2012
Total			12.991,45	6.750,58 MW médios		

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações da ANEEL⁶⁸, 2015.

As informações acima ilustradas são importantes para se avaliar a dimensão do todo na bacia, com essas informações visualiza-se os acionistas de

⁶⁷ Para as informações sobre a capacidade instalada das usinas controladas pela CPFL, ou seja, Serra da Mesa, disponível em: <<http://www.cpf.com.br/institucional/relatorio-anual/Documents/ra-cpfl-2012.pdf>>. Acesso: 18 abr. 2015.

⁶⁸ BIG Banco de Informações de Geração, disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/energiaassegurada.asp>> e disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

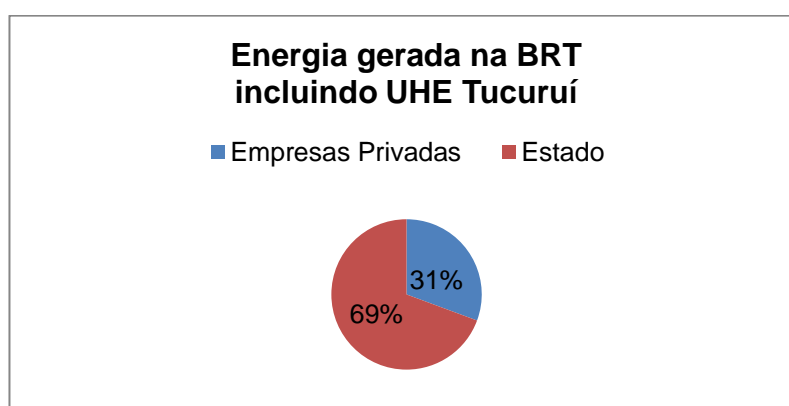
cada uma das usinas. Em uma análise mais detalhada da situação dos 6.750,58 MWh médios produzidos, podemos realizar algumas observações:

A) a soma de toda a energia firme produzida atualmente resulta que 69,3% da energia está sob comando do Estado e os 30,7% sob o comando da iniciativa privada.

B) Todavia, é importante ressaltar que a UHE Tucuruí foi construída nos anos 1975 -1984, portanto, antes da reestruturação setor elétrico nos anos 1990, o que nos leva a refletir sob outra perspectiva: sem considerar a usina hidrelétrica Tucuruí, temos 2.610,58 MW/m de produção de energia, onde todas as usinas foram construídas após a reestruturação do setor, sendo assim, os donos da bacia do rio Tocantins após a reestruturação do setor são 5 empresas (Suez Tractebel, EDP, CPFL, Alcoa, Vale) controlando 79,1% da energia produzida e o Estado⁶⁹ ficando com aproximadamente 20,8% da energia, ou seja, podemos afirmar que a energia produzida está sobre o controle privado transnacional.

As Figuras 12 e 13 ilustram o debate apresentado sobre os donos na bacia rio Tocantins

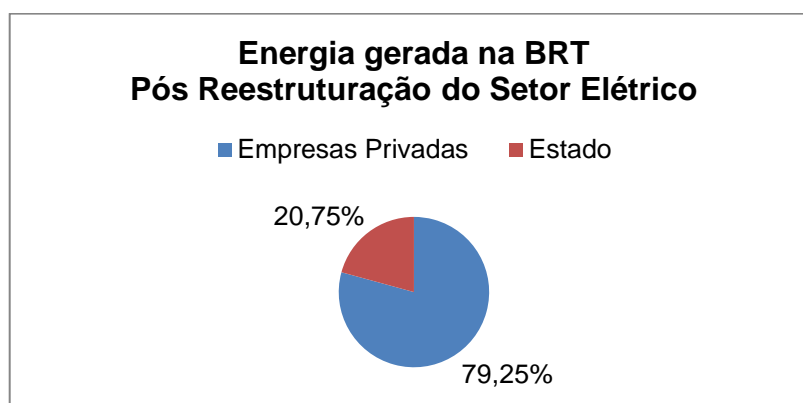
Figura 12 - Donos da bacia rio Tocantins



Fonte: ANEEL, 2015.
Produção: autora

Figura 13 - Donos da Bacia - Pós Reestruturação do Setor Elétrico, sem a UHE Tucuruí

⁶⁹ A parte da energia que fica sob o controle do Estado é aproximada, porque não é objeto desse estudo identificar a porcentagem real do Estado, mas sabe-se que a Eletrobrás holding de Furnas e Eletronorte hoje é controlada por 67,% da união e 32,8% dela já é de capital privado. Informação disponível em: <http://www.eletronorte.com/relatorio_sustentabilidade_2013/perfil-corporativo/composicao-acionaria/>. Acesso em: 30 de abr. 2015.



Fonte: ANEEL, 2015.
Produção: autora

A concessão da Usina de Tucuruí vence em 2019 e abre-se um novo processo licitatório podendo ficar com o Estado ou ir para o comando da iniciativa privada. Logo a totalidade da bacia do rio Tocantins pode ser toda controlada por empresas privadas assim como já acontece na bacia do rio Uruguai, estudado por Cervinski, (2010).

Os caminhos para a territorialização do consórcio dono de uma das usinas instaladas na bacia do rio Tocantins serão detalhados no próximo capítulo, com o estudo de caso da UHE Estreito.

4 UHE ESTREITO: TERRITÓRIO DA ENERGIA E SUAS CONFLITUALIDADES

A implantação da usina hidrelétrica Estreito é carregada de justificativas, sendo utilizadas diversas estratégias por parte do consórcio empreendedor para ganhar o apoio da sociedade nas diversas escalas. Sua inserção provocou a desterritorialização de uma parcela de famílias que anteriormente viviam na região e que até hoje buscam o direito de serem reconhecidas como portadora de direitos. Esse processo trouxe muitos conflitos entre as partes envolvidas e sua resolução vai depender da correlação de forças estabelecida no território.

4.1 Histórico do empreendimento e formação do Consórcio CESTE

Segundo Mello (1999), foi constituído, em 1963, um grande consórcio, formado pelas empresas de consultoria Montreal Engineering Consultant Limited e Crippen Engineering (ambas canadenses), associadas à norte-americana Gibbs & Hill. Organizou-se, assim, a Canambra Engineerig Consultant Limited que, apoiada pela ONU e pelo BIRD, iniciou um complexo estudo energético da Região Centro-Sul do Brasil, com vistas ao inventário dos seus aproveitamentos hidrelétricos. Equipes compostas por técnicos do Grupo ELETROBRÁS participaram do projeto, habilitando-se a complementá-lo com os estudos energéticos: da Região Sul (ENERSUL), concluídos em 1969; da Amazônia (ENERAM), finalizados em 1972; e da Região Nordeste (ENENORDE), terminados em 1973.

Coube às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, a partir de 1974, a coordenação dos trabalhos, que resultaram na seleção dos aproveitamentos para o trecho de sua concessão.

No período de 1983/1987, a ELETRONORTE fez uma revisão e complementação dos estudos já desenvolvidos para o aproveitamento do trecho do Médio Tocantins.

Em março de 2001, a THEMAG/INVESTCO encaminhou à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o estudo de Reavaliação da Divisão de Queda do Rio Tocantins: Trecho Lajeado/Estreito, referente à etapa de conclusão dos Estudos de Inventário.

Tabela 09 -Bacia do Médio Tocantins - características básicas do reservatório da UHE Estreito para as cotas selecionadas - 2000

CARACTERÍSTICAS	RESERVATÓRIO	
	Cota 158 m	Cota 156 m
Área (espelho d'água)[km ²] ⁷⁰	740	610
Comprimento [km]	270	265
Profundidade media [m]	8,1	7,2
Tempo de residência [dias]	16,0	11,7
Superfície inundada [km ²]	650	580

Fonte: Reavaliação da Divisão de Queda do Rio Tocantins – Trecho Lajeado/Estreito. Diagnóstico dos Aproveitamentos de Tupiratis e Estreito, THEMAG/INVESTIVO, Out/2000, apud CNEC EIA/ RIMA 2001 (Itens 1 a 5 INTROD.CARACT.EMPREEN.D.LEG.AMBIENTAL, p. 37).

Abaixo apresenta-se a Tabela 10 com os estudos feitos para a cota 158 e cota 156 sobre a amplitude dos impactos ambientais e sociais.

Tabela 10 - Bacia do Médio Tocantins - impactos ambientais do reservatório da UHE Estreito para as cotas selecionadas – 2000

Fator Ambiental	Reservatório	
	Cota 158 m	Cota 156 m
Cobertura Vegetal Atingida [km ²]	417 (64%)	388 (67%)
Formações Florestais [km ²]	59 (9%)	46 (8%)
Formações de Cerrado [km ²]	358 (55%)	342 (59%)
Fortemente Antropizadas (atividades econômicas) [km ²]	233 (36%)	192 (33%)
Municípios	12	12
População Atingida [hab]		
Urbana	6.850 (14,4%)	5.170 (10,8%)
Rural	1.383 (2,6%)	1.258 (2,4%)
Estradas		
BR 153 (Belém/Brasília), pavimentada [km]	0,08	-
BR 010, pavimentada [km]	2,80	2,40
BR 230, pavimentada [km]	0,25	0,20
TO 010, não pavimentada [km]	0,70	0,25
TO 460, não pavimentada [km]	1,50	0,09
Travessias de Balsas	02	02
Linhas de Transmissão (LT 34,5 kV)	4,0	1,2

Fonte: Reavaliação da Divisão de Queda do Rio Tocantins – Trecho Lajeado/Estreito. Diagnóstico dos Aproveitamentos de Tupiratis e Estreito, THEMAG/INVESTIVO, Out/2000, apud CNEC EIA/ RIMA 2001 (Itens 1 a 5 INTROD.CARACT.EMPREEN.D.LEG.AMBIENTAL, p. 37).

⁷⁰Área do espelho d'água corresponde à superfície do reservatório, ou seja, área de calha do rio mais área inundada.

Em 2001, a CNEC Engenharia S. A. desenvolveu para o Grupo Empreendedor, constituído pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce, Alcoa Alumínio S.A., Billiton Metais S.A. e Camargo Corrêa Energia Ltda., os estudos de engenharia referentes à etapa de viabilidade da UHE Estreito, além dos estudos ambientais (EIA/RIMA).

Em 28/10/2003 a CNEC entregou um estudo sobre a fauna ao IBAMA e este solicitou complementações. Em 12/03/2004 foram entregues os estudos complementares.

No EIA/RIMA há um levantamento detalhado do conjunto da região atingida pelo empreendimento, informações que vão desde:

a) a infraestrutura viária: contendo o sistema rodoviário; sistema hidroviário; sistema aeroviário; e sistema ferroviário;

b) a infraestrutura de energia elétrica, informado se a população tem energia ou não e em quais comunidades e municípios;

c) a infraestrutura de saneamento básico: contendo sistema de abastecimento de água; e sistema de esgoto;

d) a infraestrutura de telecomunicações contendo sistema fixo de telefonia; sistema móvel de telefonia; sistema de comunicação coletivo, quantificando quantas emissoras de rádio e televisão existe na região e quais e sistema de comunicação individual;

e) a infraestrutura de serviços públicos: serviços de educação, incluindo quantas escolas, em quais locais, qual nível educacional, serviços de saúde, identificando quantas unidades de saúde existem, quantos profissionais atuando.

Informações sobre as condições de vida população da região mensurando os salários e as condições de moradia, casa de alvenaria, madeira, palha ou barro, quanto tempo que a população vive naquele local, entre outras informações.

Para ter acesso a essas informações a equipe de consultoria coletou informações junto aos seguintes órgãos: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER; Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins S.A. - Grupo REDE/CELTINS; Companhia Energética do Maranhão S.A.

– CEMAR; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; Departamento de Aviação Civil – DAC; Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Maranhão - GEPLAN/MA; Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins - SEPLAN/TO; Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – EMBRATEL; Tele Centro Sul Participações S.A. - BRASIL TELECOM; Tele Leste Participações S.A. – TELEMAR; AMAZÔNIA CELULAR S.A.; AMERICEL CELULAR S.A.; NBT CELULAR S.A.; TOCANTINS CELULAR S.A, conforme CNEC EIA/ RIMA, 2001 (CNEC EIA/ RIMA 2001, 6.3.5 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, p. 64-108).

Para o levantamento de dados primários, visando à caracterização das sedes urbanas e da infraestrutura, foram primeiramente identificadas as sedes urbanas diretamente atingidas pelo futuro reservatório da UHE Estreito: Carolina (MA), Filadélfia e Povoado de Canabrava (TO), Barra do Ouro (TO) e Palmeirante (TO). A partir do pré-conhecimento da área com informações secundárias, extraídas do “Estudo do Médio Tocantins - Estudos Finais de Inventário - Apêndice “D”, do Volume I dos Estudos Socioeconômicos e Ambientais”, elaborado pela THEMAG Engenharia em 1985, foram realizadas entrevista com os prefeitos ou com informantes qualificados nas prefeituras das 5 sedes urbanas diretamente afetadas (equipamentos e infraestrutura urbana) e mapeamento do uso e ocupação das 17 sedes urbanas e observação dos trechos rodoviários, aplicado nas rodovias estaduais e federais.

4.1.1 Definição de local

Analisando todo o roteiro acima realizado pela empresa de consultoria, a definição do local ocorre a partir da análise dos estudos feitos da região, observando as características físicas, de relevo, solo, clima, temperatura, períodos de chuva, evaporação, ou seja, se o local tem a matéria prima, água disponível, para que a usina possa ser instalada.

Observa-se também, os impactos sobre o meio ambiente e as infraestruturas das cidades existentes, a economia e a organização social, pois este último é um fator determinante para a definição exata do local do empreendimento. Leva-se em consideração também a atuação e/ ou ausência do

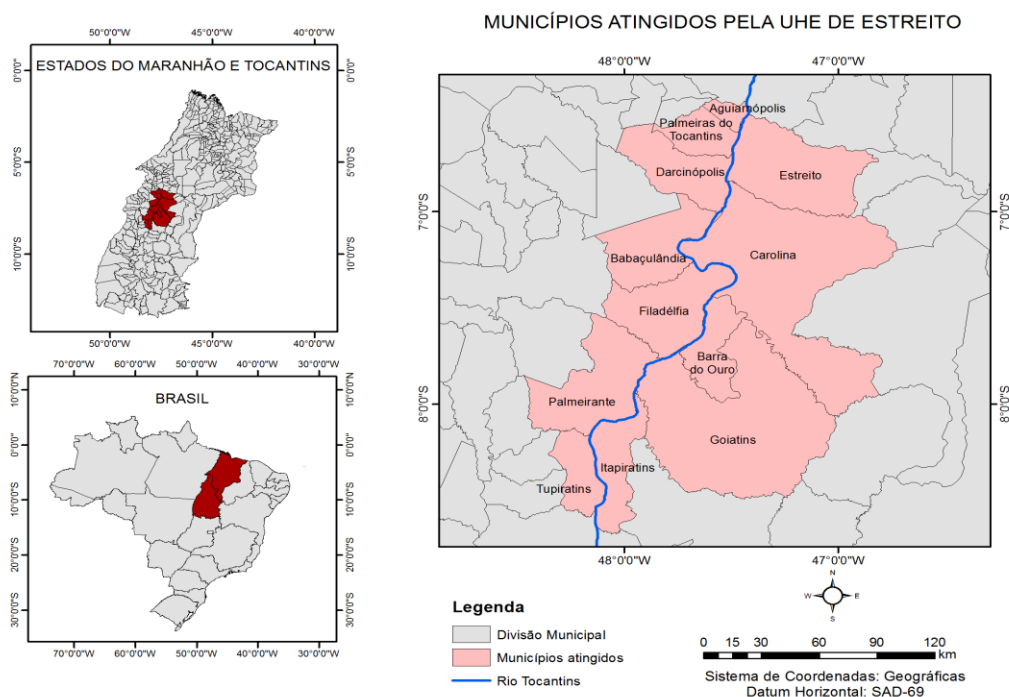
Estado nesse território, visto que, a ausência de políticas públicas é elemento que será muito bem aproveitado pelo consórcio e será mais bem detalhado na sequência.

Assim, a definição do aproveitamento ótimo - lei 9074 /1995 define os lugares apropriados a produção de energia elétrica, os demais dados ambientais, energéticos, econômicos e sociais, e isso vai determinar a estratégia de territorialização bem como, as táticas utilizadas.

4.1.2 Localização

A Usina Hidrelétrica Estreito está localizada na região Norte do Brasil, no rio Tocantins, na divisa dos Estados do Tocantins e Maranhão. A UHE Estreito fica a 130 km da cidade de Imperatriz (MA), a 766 km da capital do Estado do Maranhão, São Luís, e a 513 km da capital do Estado do Tocantins, Palmas.

Mapa 01 - Localização da Usina Hidrelétrica Estreito



Fonte: CESTE, 2014.
Org dos dados: autora
Elaboração: Lucas Pauli, 2015.

A Usina Hidrelétrica Estreito é formada exclusivamente por capital privado.

O consórcio, conforme a ANEEL, é considerado PIE (Produtores Independentes de Energia). Todavia, como o setor elétrico brasileiro não é muito claro na maneira de tornar públicas para a sociedade todas as informações, pode-se, num exercício de suposição, indicar que a maior parte da energia gerada em Estreito se destina para as auto-produtoras, donas do consórcio e o restante é vendido para o mercado regulado, como informado pela EPE (2007) no relatório do leilão.

Essa hidrelétrica foi construída pelo consórcio CESTE ENERGIA, formado pelas empresas Tractebel, Vale, Alcoa e Camargo Corrêa, distribuídas em ações de 40,07%, 30%, 25,49% e 4,44 % respectivamente. A usina tem potencial instalado de 1087 MW/h e produz 641,08 MW/h de energia firme.

A usina alagou doze municípios, sendo eles, Carolina e Estreito no estado do Maranhão, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Tupirantins, Aguiarnópolis no estado do Tocantins, desalojando aproximadamente 5 mil famílias (BATISTA, 2011).

A UHE Estreito caracteriza-se por operar a fio d'água, pois o reservatório não dispõe de volume que propicie a regularização das descargas, fazendo com que as vazões afluentes sejam praticamente idênticas às difluentes, conduzidas a jusante através das turbinas e dos extravasores, ou seja, a cota do reservatório deverá se manter constante. (normalmente oscila algo em torno de 2 m)

O leilão aconteceu em 12 de julho de 2002 e o contrato de concessão foi assinado no dia 27 de dezembro do mesmo ano, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica, tendo validade de 35 anos.

As audiências públicas ocorreram no período de 31 de janeiro a 04 de fevereiro de 2005, nos municípios Estreito e Carolina, estado do Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Filadélfia no Estado do Tocantins (IBAMA, 2004).

O órgão ambiental licenciador do empreendimento é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Em 14 de dezembro de 2006, o IBAMA concedeu a Licença de Instalação nº 414/06, com validade de quatro anos, para a implantação da Usina. Em 24 de novembro de 2010, o Consórcio obteve a Licença de Operação nº 974/10, com validade de quatro anos a partir daquela data.

4.1.3 Cronograma de construção e entrada em operação comercial

Conforme relatório financeiro da Alcoa 2012, em suas notas explicativas, a empresa vai informando os principais acontecimentos até a entrada em operação da usina. Deste modo, em março de 2004, em decorrência do atraso no processo de obtenção da Licença Prévia com o IBAMA, o CESTE encaminhou correspondência à ANEEL, requerendo que lhe fossem concedidos os direitos a seguir, a fim de permitir o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão: a) Revisão dos prazos de implantação da UHE Estreito; b) Adiamento da data inicial de pagamento pelo UBP; c) Adiamento da data inicial da contagem do prazo de concessão; d) Alteração dos prazos ou as datas constantes nas letras a), b) e c) com base na data em que o IBAMA emitir a Licença Prévia para o CESTE.

Em março de 2005, a ANEEL informou, por meio de Ofício, que os prazos estipulados no contrato de concessão seriam revistos quando do recebimento, pelo CESTE, da Licença de Instalação. Após o recebimento da Licença de Instalação, em 14 de dezembro de 2006, o Consórcio enviou Ofício à ANEEL, com o novo cronograma de implantação, e a ANEEL emitiu o Termo de Arquivamento de Notificação TA 304/2007 SFG, de 27 de agosto de 2007.

Em decorrência do longo prazo decorrido entre a outorga da concessão e a obtenção da Licença de Implantação do empreendimento, ocorrida somente em dezembro de 2006, o CESTE deu início às tratativas com a ANEEL, a fim de ajustar o cronograma de implantação da UHE Estreito. Na mesma ocasião, foi apresentado à ANEEL o pleito de postergação das duas últimas unidades para 2018, com o compromisso de antecipação para 2010, da entrada em operação das unidades 1 a 6.

O pleito foi aprovado, condicionado à revisão da energia assegurada pelo MME. A revisão da garantia física de energia da UHE Estreito, considerando a postergação das unidades 7 e 8 para 2018 e a antecipação das unidades 1 a 6, firmada por meio da Portaria nº 26 do MME, resultou na redução da energia assegurada acumulada. Por considerar que as reduções anteriormente mencionadas afetariam os fundamentos econômicos do projeto, o CESTE desistiu do pleito para alteração do cronograma de implantação das unidades geradoras. Em razão dessa desistência, o CESTE retomou o cronograma de implantação do empreendimento e solicitou à ANEEL nova revisão do Contrato de Concessão.

Dessa forma, o cronograma do início das operações definido naquela época era o seguinte: a primeira turbina entraria em operação em 1º de dezembro de 2010, a segunda prevista em 1º de março de 2011, a terceira em 1º de junho de 2011, a quarta em 1º de setembro de 2011, a quinta em 1º de dezembro de 2011, a sexta em 1º de março de 2012, a sétima em 1º de junho de 2012 e a oitava em 1º de janeiro de 2013, conforme 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão no 094/02 - ANEEL.

Em 28 de junho de 2010, o CESTE encaminhou à ANEEL nova proposta de cronograma para a entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Estreito, bem como o pagamento pela concessão que passaria a ser em bases anuais. Esse pleito se deu, principalmente, em virtude de paralisações totais e parciais das forças de trabalho dos empreiteiros do canteiro de obras. Segundo essa solicitação, a 1ª unidade geradora entraria em operação em 1º de abril de 2011. Em análise aos argumentos apresentados pelo CESTE, a Diretoria da ANEEL, no dia 1º de fevereiro de 2011, acatou nos autos do processo nº 48500.001288/2002-42, o pedido do CESTE de alteração do cronograma de implantação do UHE Estreito as seguintes datas para fins de entrada em operação comercial de suas 8 (oito) unidades geradoras:

Tabela 11 - Entrada em operação UHE Estreito

Entrada em operação comercial da unidade geradora	Cronograma aprovado pela ANEEL	Entrada em operação efetiva
1ª unidade	Até 01/04/2011	28/04/2011
2ª unidade	Até 01/07/2011	01/07/2011
3ª unidade	Até 01/10/2011	29/09/2011
4ª unidade	Até 01/01/2012	22/12/2011
5ª unidade	Até 01/04/2012	01/03/2012
6ª unidade	Até 01/07/2012	29/05/2012
7ª unidade	Até 01/10/2012	09/08/2012
8ª unidade	Até 01/01/2013	21/03/2013

Fonte: Relatório financeiro ESTREITO ENERGIA S.A. referente ao ano de 2013⁷¹ Produção: Autora

4.2 Objetivos da implantação e Estratégia de comercialização da energia

⁷¹Relatório financeiro 2013 Disponível em: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/117686/caderno2_2014-03-29%2030.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 mar.2015.

A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada pelas consorciadas na condição de produtores independentes de energia elétrica. Dessa forma, a parte da energia destinada é assim utilizada:

A Camargo Corrêa tem 4,4 % da energia gerada em Estreito. Isso representa 28 MW/h de energia firme. Conforme relatório anual de 2011⁷² a energia gerada é utilizada para a autoprodução, na qual é destinada para abastecer suas atividades na produção de cimento, visto que, a Intercement do Brasil S.A absorve a energia gerada.

A Alcoa alumínio tem 25,4% da energia gerada. Isso representa aproximadamente 163 MW de energia firme. No relatório financeiro da empresa em 2012⁷³ consta que a empresa ALUMAR provém de autogeração, e que conta a partir de março de 2011 com 200 MW de energia da UHE Estreito.

A Vale tem 30% da energia representando aproximadamente 192 MW de energia firme. Segundo relatório financeiro de 2012⁷⁴, a capacidade instalada no Brasil era de 1,1 GW, onde utiliza a eletricidade produzida por 09 UHE e 4 PCHs para suprir as necessidades internas de consumo⁷⁵.

E por último, a Tractebel⁷⁶, que tem 40%, sendo que a energia correspondente à parcela da companhia na usina (256 MW médios) é destinada ao Sistema Interligado Nacional, num contrato de 30 anos a partir de 2012. Essa energia foi vendida no leilão ocorrido em 16 de outubro de 2007 a um preço de R\$ 158,35/MWh referido a 30 de junho de 2012, corrigido pelo IPCA⁷⁷, até dezembro de 2015, essa mesma energia está sendo comercializada em R\$ 184,00/MW.

Para fazer uma estimativa do faturamento médio da UHE Estreito, deve-se

⁷²Informação disponível em: <<http://www.contadino.com.br/pdf/raintercement.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

⁷³Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/resources/pdf/balanco_anual_alcoa_2012.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2013

⁷⁴Conforme Relatório Anual 2012 da Vale - Eficiência na Gestão do Capital, as usinas hidrelétricas da Vale são: Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés, Capim Branco I, Capim Branco II e Machadinho estão localizados nas regiões Sul e Sudeste, e a de Estreito está localizada na região norte. (p. 57).

⁷⁵As informações do Relatório Anual 2012 da Vale - Eficiência na Gestão do Capital, está disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2012_p.pdf> Acesso em: 10 nov. 2013.

⁷⁶Tractebel disponível em: <http://www.enfoque.com.br/infocias/arq_infocias_Dados/345715.pdf> Acesso em: 10 nov. 2013.

⁷⁷Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Disponível em: <<http://www.calculador.com.br/tabela/indice/IPCA/2012>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

utilizar o valor de R\$ 184,00 MW/h como referência. A UHE Estreito gerou um faturamento de aproximadamente R\$ 1 bilhão, em 2015, e a tendência é superar os R\$ 30 bilhões nos 30 anos de concessão. A se levar em conta os atuais preços praticados pelo setor, é de se supor que esses valores estejam bem subestimados.

A energia produzida pode ser utilizada pelas próprias empresas do consórcio como a Vale, a Alcoa e a Intercement (Camargo Corrêa) que a utilizam como meios de produção nas suas plantas industriais, nos momentos que for mais vantajoso financeiramente. Quando não for, provavelmente diminuirão sua produção e venderão no mercado de curto prazo. Simples lógica para auferir lucros máximos.

4.2.1 Custos da obra

A CNEC, em 2001, na ficha resumo da usina afirmava que a obra de Estreito teria custos com meio ambiente, que envolveria relocações, compensação e programas ambientais, no valor de R\$ 160.068,04; com obras civis, no valor de R\$ 662.447,42; com equipamentos eletromecânicos no valor de R\$ 785.504,03; custos indiretos no valor de R\$ 282.931,04; juros durante a construção no valor de 420.358,31; totalizando R\$ 2.311.308,88.

O custo do MW/ h de energia foi orçado pela CNEC em novembro de 2001 em U\$\$ 22,7 dólares⁷⁸, ou seja, R\$ 57,7 o MW/ h de energia gerada. Atualizando para dezembro de 2015 onde o dólar está a R\$ 3,90, o mesmo MW estará tendo um custo de R\$ 88,5 MW/h. A Tractebel vai ter garantido o mesmo MW/h de energia por R\$ 184,00, ou seja, a garantia de um lucro líquido de mais de R\$ 95,00 reais em cada MW/ h.

Traduzindo esses números significa dizer que quando se planeja uma obra dessa envergadura, destinou-se 6,9 % do recurso com questões ambientais e sociais; 28,6 % com obras civis, 33,9% com equipamentos, 12,2% com custos indiretos e 18% com juros. Esses valores podem variar dependendo de uma série de fatores, entre eles, o grau de organização da população local atingida. Existem

⁷⁸A taxa de câmbio (R\$ /US\$) utilizada foi de 2,54 conforme a Ficha Resumo CNEC 2001

estudos⁷⁹ sobre os impactos produzidos pela usina e suas compensações. Invariavelmente, em todos esses estudos aparece a população atingida tendo que fazer pressão para conseguir seus direitos, porque o consórcio não cumpriu com os pactos inicialmente acordados.

4.2.2 Financiamento da obra

Recordando, os custos orçados em 2001 eram de R\$ 2.311.308,88. Em 2008 o consórcio conseguiu o financiamento pelo BNDES totalizando R\$ 2.660.836.400,00, estimando que o custo da obra estava agora em de 3.6 bilhões de reais⁸⁰. O BNDES financiou 73,9% do que a CNEC tinha orçado em 2001.

Em 2012 no site do Ceste eles atualizam o valor em R\$ 5 bilhões, o que pode ter alterado esses valores, foi a pressão dos atingidos locais por mais indenização, conforme as entrevistas realizadas, que relatavam que a pressão popular resultou em conquistas para os atingidos.

4.2.3 Justificativas utilizadas para a construção da obra

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental a construção da usina fez parte de uma carteira de investimentos associada a outros projetos como a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Em conjunto com a Estrada de Ferro Carajás e mais um conjunto de obras auxiliares em andamento ou programadas, este corredor é considerado no âmbito do planejamento estratégico nacional, como um eixo de desenvolvimento capaz de permitir o escoamento a baixo custo da crescente produção de grãos da região dos cerrados, além de criar melhores condições para o crescimento econômico do conjunto da macro-região. (EIA/RIMA, 2001, p.66).

A informação acima se confirma numa outra notícia publicada em 2011. Além da produção de energia, outro grande interesse de construir projetos hidrelétricos nessa região é a possibilidade de transformar os rios em hidrovias.

⁷⁹Para maiores aprofundamentos ver Hohn; Tommaselli, (2013); Bezerra (2010);

⁸⁰A variação inflacionária do período de 2001 a 2008 soma 48,62% medida pelo IPCA. Disponível em: <<http://www.calculador.com.br/tabela/indice/IPCA>> Acesso em: 29 out. 2015.

São mais de 212 bilhões de reais a serem investidos nas áreas de energia, minérios e transportes até 2020 na região Amazônica. Juntas elas darão origem a criação de um corredor de exportação pelo “Arco Norte”⁸¹- que vai de Porto Velho-Rondônia, passando por Amazonas, Pará até o Maranhão – estabelecendo as condições necessárias para a instalação de indústrias, hidrovias, construção e ampliação de portos, com o objetivo de reduzir os custos para a exportação de *commodities*⁸². A distância percorrida pela produção agrícola será reduzida em mil quilômetros para sair do Brasil, e o tempo de navegação entre o Brasil e Roterdã, o principal porto da Europa, será reduzido em quatro dias.

Além disso, segundo o EIA, a UHE Estreito passa a apresentar uma conotação diferenciada, especialmente para os municípios do entorno. Destacam-se aí, tanto a sinergia entre os diferentes empreendimentos no sentido de alavancar ganhos de densidade nas economias locais, “como a especialização da região como fornecedora de importantes magotes de trabalhadores especializados em grandes obras de infraestrutura” (2001, p.67).

Segundo as entrevistas realizadas, o argumento do emprego foi utilizado com muita ênfase desde 2001, ainda na fase de levantamento de informações pelo grupo de consultoria, como forma da população da região aderir ao projeto.

Na inauguração da obra em outubro de 2010, o governador do estado do Tocantins, Siqueira Campos, ressaltou que “para construir o Brasil dos nossos sonhos, o Brasil que queremos, o caminho é esse: parceria, concessão e livre iniciativa”⁸³.

A ANEEL em 1999 estabeleceu a resolução 233, de 29 de julho, onde

⁸¹ Jornal Folha de S. Paulo, 16 de outubro de 2011. Matéria: **Obras na Amazônia atraem 7 trens –bala**. O volume de grãos (milho e soja) exportados pelos portos da região deve dobrar até a safra 2012-2013, passando de 5,2 milhões de toneladas para 11,8 milhões. Isso será possível com a ampliação dos portos de Santarém e Belém (PA) e Itaqui (MA).

⁸² Commodities é mercadoria (produtos e subprodutos), de origem agrícola, pecuária, florestal, a agro-extrativista, que é comercializada com maior ou menor grau de beneficiamento, predominantemente pela bolsa de mercadorias e de futuros. Elas são cotadas em dólares, em função se serem produtos preferenciais para exportação, cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior. Exemplos: café em grão, cacau, tabaco em folhas ou beneficiado, soja e óleo de soja, milho e óleo de milho, algodão e óleo de algodão, laranjas in natura, sucos, concentrados de laranja e outros citrus, álcool de cana de açúcar, açúcar e couro, aves abatidas e congeladas, suínos abatidos e congelados, carne bovina congelada, madeira em tábua ou beneficiada, madeira em tora e pasta de celuloses (Carvalho, 2005, p.198)

⁸³ Vídeo sobre a solenidade de inauguração da Usina hidrelétrica de Estreito. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kPFJpFthjyI&spfreload=10>>. Acesso em: 09 de fev. 2015.

fixava valores normativos para algumas alternativas de geração pela viabilidade da sua implantação, o que reforçaria a importância da construção de usinas hidrelétricas e que garantia viabilidade da UHE Estreito. Em comparação com as diversas fontes alternativas, a construção da hidrelétrica era economicamente mais viável como pode ser observada na Tabela 12.

Tabela 12 - Valores normativos para energia elétrica

Fonte	Valor normativo- R\$ /MWh
Hidrelétrica e Termelétrica a gás natural	57.20
Termelétrica a carvão nacional	61.80
Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCH	71.30
Termelétrica Biomassa	80.80
Usina Eólica	100.90
Usina Solar Foto-Voltaica	237.50

Fonte: (Res. ANEEL 233/99) IN: CNEC EIA/ RIMA 2001 (Itens 1 a 5 INTROD.CARACT.EMPREEND.LEG.AMBIENTAL, p. 32).

Este conjunto de informações demonstradas reforça que a partir da análise do potencial de mais valia que a usina poderá trazer ao grupo empreendedor e tendo a garantia de que isso pode ser concretizado, está tomada a decisão de construir, produzir energia elétrica a um custo baixo, com financiamento público da obra, potencializar o escoamento de commodities, ou seja, tem - se todas as condições para se territorializar. A estratégia da territorialização foi definida a partir de elementos geopolíticos e econômicos.

4.3 As estratégias do consórcio hidrelétrico

O caminho percorrido pelo consórcio para se tornar dona dos 635,85km² - área de produção da usina - pode ser dividido em grandes eixos, um denota características de macro estratégia e o outro das táticas de territorialização.

Pode-se considerar como macro estratégia, as formas empregadas para utilizar os aparelhos do Estado, para conseguir, através dele, todas as condições para que o empreendimento pudesse ser executado. Para isso foram cooptando os agentes e atores do Estado em prol de seus interesses.

Considera-se como tática, o processo de levantamento de informação junto à população local e também junto aos municípios, sindicatos, associações e

igrejas, desde 2001.

Para obter tal êxito o consórcio utilizou de várias táticas, que serão tratadas a seguir:

a) Informação Privilegiada;

O grupo privado se antecipou, reuniu o máximo de informações possíveis sobre o empreendimento. Isso pode ser visualizado com os estudos de viabilidade da bacia do rio Tocantins nos anos 2000, quando o consórcio, através da CNEC, que na época era da Camargo Corrêa, também participou do processo de levantamento das informações junto a Eletrobrás.

b) Cumprimento de exigências legais;

Para que o consórcio pudesse se instalar, o mesmo “cumpriu” com várias obrigações para obter as licenças. Todos os procedimentos foram realizados por etapa e aprovados pelos órgãos competentes. Na UHE Estreito, há uma observação importante quanto ao período histórico que ela foi leiloada e depois executada. Esse tema será tratado na sequência.

A empresa realizadora de projeto de comunicação social Diálogo, em 2010, ligada à empresa Camargo Corrêa, construiu um informativo discorrendo sobre as etapas. De forma bem breve, resgata-se abaixo os pontos mais essenciais.

A primeira fase, denominada *inventário*, quando se realizam os estudos fundamentais de caracterização da Bacia. É levantado o potencial hidrelétrico, ou seja, quanta energia pode ser gerada. A segunda etapa, denominada de *estudos de viabilidade*, compreende o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, os estudos etno-ecológicos e o estudo de Engenharia. No EIA são identificados os problemas que podem ser causados com a construção e operação da usina, assim como as soluções de mitigação dos problemas gerados.

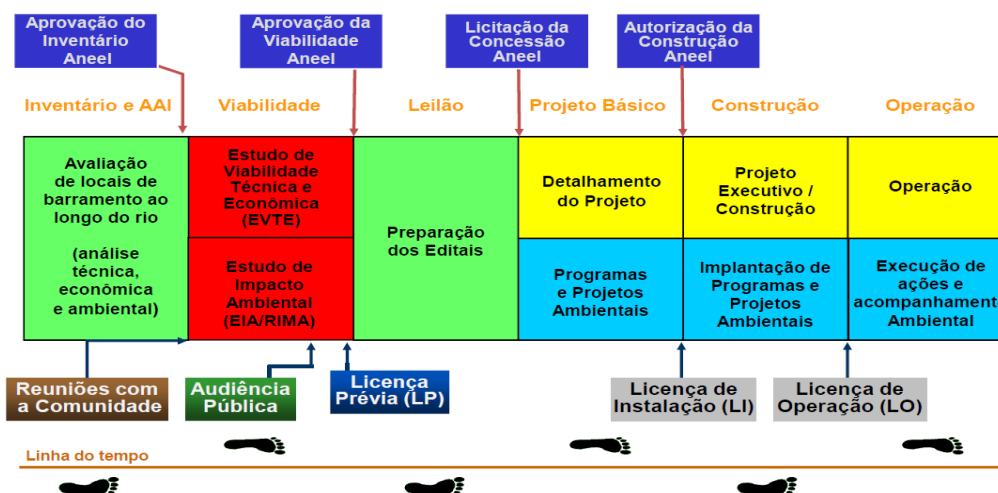
Depois de terminados os estudos, as informações são divulgadas através do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Após a publicação do EIA e distribuição do RIMA são convocadas as audiências públicas. Depois de realizadas as audiências, o IBAMA avalia se os estudos realizados estão completos e se os programas ambientais propostos são adequados. O IBAMA concede a Licença Prévia (LP) quando essas condições estiverem cumpridas. Ao mesmo tempo, a ANEEL analisa e aprova os estudos de viabilidade técnica e econômica.

A terceira fase, com a licença prévia, a ANEEL promove o leilão, para o

qual se candidatam as empresas interessadas em construir e operar a usina. A quarta etapa é onde a empresa ou consórcio vencedor fará o detalhamento dos programas ambientais e também do projeto básico de engenharia, que deverá ser aprovado pela ANEEL. Se tudo tiver de acordo com o que o IBAMA exige, é concedida a Licença de Instalação (LI), A quinta etapa, após a concessão da LI, dá-se início à construção da obra e execução dos programas ambientais. O projeto executivo de engenharia é elaborado nessa fase e deverá ser aprovado pela ANEEL. Se o IBAMA verificar que as exigências foram cumpridas, a usina recebe a Licença de Operação (LO) e, a partir desse momento, o reservatório começa a se formar e a usina passa a gerar energia (DIÁLOGO, 2010).

Para ilustrar o relato acima a Figura 14 ilustra os passos dados.

Figura 14 - Etapas para a operação de uma usina hidrelétrica



Fonte: ELETRONORTE, 2013

No caso analisado, a UHE Estreito, os trâmites não seguiram esse roteiro, visto que a usina foi leiloada em 2002 e as audiências públicas vieram acontecer em 2005. A energia foi licitada ainda quando vigorava o antigo modelo, mas começou a ser construída após o novo marco regulatório do setor. Por ter passado pela transição entre os dois regimes, a geração de Estreito é apelidada

de "energia botox"⁸⁴, conceito utilizado pela presidente Dilma, por não ser nem energia "velha", das antigas hidrelétricas, nem energia "nova", das novas usinas, licitadas após 2003, conforme (FACCHINI, 2012), no Jornal Valor⁸⁵.

Além disso, é importante lembrar que as mudanças do modelo permitiram que as UHEs, só vão para o leilão depois que a EPE realiza todas as etapas de grande conflito para a realização do empreendimento, a exemplo da obtenção da Licença Prévia;

- c) Convencimento da população local, autoridades regionais, estaduais e federais.

Na região onde a obra se instalou, os atores interessados no empreendimento construíram um consenso para a aceitação do empreendimento. De acordo com Gramsci (1971, apud GARCIA, 2009, p. 18) esse consenso “é ativamente construído e produzido pelas instituições da sociedade civil (mídia, universidades, marketing, nas associações, escolas, igrejas, etc.), de forma coerente com a ideologia do grupo que busca exercer liderança”.

Para corroborar essa estratégia, Garcia também nos ajuda na reflexão sobre a ideia da construção do consenso:

[...] faz com que os interesses das classes dominantes aparentem e sejam representados como interesses de todos. O consenso é propagado e mantido nas instituições da sociedade civil, penetrando e se consolidando no imaginário popular das massas. (GARCIA, 2009, p.18).

Isso pode ser percebido na fase de implantação da obra, quando instituições do Estado, como o IBAMA e o MME, afirmavam, publicamente em

⁸⁴ Este jargão do setor elétrico foi usado para definir as usinas hidrelétricas que foram leiloadas no modelo vigente até março de 2004, cuja regra determinante era de quem ganhava o leilão o consórcio que pagasse o maior ágio para a sua construção. Assim as usinas hidrelétricas que tiveram a sua conclusão e entrada em operação depois da lei 10848- março de 2004 - foram assim denominadas (botox) pois, eram usinas concedidas no modelo anterior o que fazia delas “usinas velhas”, porém como foram construídas e/ou concluídas sob a égide de nova legislação, quando entraram em operação, ofertavam energia elétrica nova

⁸⁵ A reportagem é de Cláudia Facchini e publicada pelo jornal Valor, 18-10-2012. Em seu discurso, a presidente Dilma afirmou que a construção da hidrelétrica foi fruto de "determinação, empenho e teimosia". Conforme ela mesma lembrou, Estreito foi licitada em 2002, quando ainda vigorava o antigo regime do setor elétrico, e começou a ser construída um ano após a implementação do novo marco regulatório, em 2003, que foi criado durante a gestão de Dilma à frente do Ministério de Minas e Energia. Por ter passado pela transição entre os dois regimes, a geração de Estreito foi apelidada de "energia botox", por não ser nem energia "velha", das antigas hidrelétricas, nem energia "nova", das novas usinas, licitadas após 2003. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514648-dilma-diz-que-obra-de-estreiro-e-fruto-de-qteimosiag>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

reuniões e na região (conforme testemunho do entrevistado número 1), “*que a obra era do governo federal*”, como forma da população local aceitar o empreendimento;

c) Subsídios

Uma tática utilizada foi garantir mudanças que pudessem obter vantagens competitivas, sobre outros grupos capitalistas. Em 2009, o Estado concedeu subsídios, através do Ministério de Minas e Energia, por meio da portaria nº 283⁸⁶, à UHE Estreito, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) com a suspensão da exigência do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada, ou seja, o estabelecimento de regulações e esquemas de estímulo são percebidos nessa relação.

Há uma competição intercapitalista entre os consórcios de outras obras. A imagem que transparece publicamente é que a concorrência é pacífica entre os grupos capitalistas, mas internamente há uma disputa acirrada entre eles. É por isso que receber alguma vantagem, como o REIDI, pode significar algum benefício na execução desta e de uma nova obra, no sentido de exercer pressão sobre o Estado para que esse benefício seja concedido de novo a essas empresas porque já foi concedido na obra da UHE Estreito;

d) Repassar algum benefício ao Estado, para continuar sendo bem visto pelas instituições e pela sociedade.

A região tem uma carência muito grande de equipamentos de infraestrutura, como postos de saúde, hospitais, tratores agrícolas, veículos para as secretarias municipais, abatedouros municipais, estradas, local para conselho tutelar, entre outros. O consórcio, observando essa ausência do Estado, logo os identificou e constituiu o “Termo de Compromisso Mútuo” entre o consórcio e as prefeituras locais e colocou à disposição dos gestores em troca do apoio à chegada do empreendimento. As ações desenvolvidas foram na área da saúde, educação, segurança, produção, infraestrutura e lazer (CESTE, 2011).

No mesmo sentido, estabeleceu parcerias através de programas governamentais disponibilizando recursos em 2010, para a execução de

⁸⁶Informação disponível em: < <http://www.mme.gov.br/uhe-estreito-e-enguadrada-no-reidi>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

construção e/ou ampliação, pelo consórcio, das escolas públicas estaduais ou ainda a aquisição de cinco mil bicicletas a Secretaria Estadual de Educação no Estado do Tocantins e o estabelecimento de um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para a construção de dois Fóruns, como forma de receber apoio para o empreendimento.

A anuência e o entusiasmo das prefeituras locais, governos do estado do TO e MA e governo federal, visto, por exemplo, no ato de inauguração da obra em 2012⁸⁷ reforçam como o Estado tem deficiências em garantir as condições mínimas de desenvolvimento local e esses ganhos que são pontuais se tornam benefícios que no seu nível, são significativos à população local.

Relatos das entrevistas contam que as associações comunitárias de bairros, também receberam muitos equipamentos para que seus representantes pudessem aderir à obra. Ornelas (2008) cita que a tendência é criar uma imagem de que a empresa beneficia a comunidade e que é receptiva as necessidades e clamores deste segmento.

Dentro da perspectiva de interesse empresarial, que motiva suas iniciativas, o consórcio promovia nas comunidades rurais almoço ou jantares para explicar os benefícios do empreendimento na região a fim de cooptar a população a favor do empreendimento, conforme relato nas entrevistas realizadas.

A responsabilidade social e a realização de obras sociais são estratégias utilizadas com frequência como meio de conseguir a adesão da comunidade, especialmente nos territórios onde o Estado está ausente. Essas obras são uma inversão de impostos que a iniciativa privada executa para poder receber as autorizações de instalação e funcionamento e também, como lembra Ornelas (2008), é uma iniciativa para sustentar sua posição frente à comunidade. Em síntese, as empresas executam o papel do Estado para compensar sua ausência e deduzem esse custo de seus impostos.

Mas essas parcerias não permaneceram sempre estáveis, pois logo muitos gestores municipais perceberam que os problemas aumentaram significativamente, com o número de pessoas excedente que permaneceram nos municípios após a finalização da obra. Por esse motivo, muitos acordos com as prefeituras foram quebrados.

⁸⁷ Site de exibição do ato de inauguração da usina disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPFJpFthijl&spfreload=10> >. Acesso em: 09 fev. 2015.

Ainda, segundo relatório anual de sustentabilidade (2008)⁸⁸, da empresa Tractebel Energia, a partir de 1999 a empresa, na condição de empresa geradora de energia elétrica está obrigada por uma determinação da ANEEL a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Na Tabela 13 abaixo, podemos observar a quantia repassada para as instituições do Estado nos anos de 2010, 2011 e 2013.

Tabela 13 - Investimento da Suez Tractebel em P&D (em milhões de reais)

	Ano 2010 ⁸⁹	Ano 2011 ⁹⁰	Ano 2013 ⁹¹
MME	6,4	6,4	6,2
FNDCT ⁹²	12	12,7	12,8

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da empresa Tractebel Suez nos anos de 2010, 2011 e 2013. Produção: autora

O quadro acima demonstra que o Estado garante a concessão para as empresas privadas e essas, como forma de recompensa, lhe devolve 1%. Para isso, elas financiam os estudos, que num segundo momento, elas mesmas vão ter certeza de retorno dos investimentos, porque irá administrá-los futuramente num contrato de 30 anos ou mais em uma nova obra.

⁸⁸ Informação disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/aafadd84-df38-4e89-baf0-a593bd22de30/95092.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

⁸⁹ Informação retirada do Relatório de sustentabilidade 2010 Tractebel Suez Disponível em: <http://www.enfoque.com.br/infocias/arg_infocias_dados/295701.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2015.

⁹⁰ Informação retirada do Relatório de sustentabilidade 2011 Tractebel Suez Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/b794dfed->> Acesso em: 28 jan. 2015.

⁹¹ Informação retirada do Relatório da Administração – 2013 Tractebel-Suez Disponível em: <http://www.pefran.com.br/empresas2012/tractebel_energia%5Clegal%5C%5B26325%5D-tractebel_energia_legal_bal_anual_31-12-13_dcsc_doesc%5Cinternet%5Ccarte%5C26325.pdf> Acesso em: 28 jan. 2015.

⁹² O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

e) O consórcio usa o Estado para assumir financiamentos e passivos.

Essa estratégia, normalmente, acontece em três frentes:

1) O financiamento da obra, pois como é um investimento intenso em capital e de longo prazo de retorno, como afirma Gonçalves (2007), as empresas não estão dispostas a dispor de um montante tão grande de recursos. Por isso, para a construção da obra, as empresas que constituíram o consórcio buscaram financiamento junto ao BNDES. Conforme o Jornal Folha de São Paulo⁹³, a Alcoa, no dia 20 de março de 2008, contratou R\$ 687.286.400,00; a Camargo Corrêa, no dia 20 de março de 2008, contratou R\$ 116.232.000,00; a Suez, no dia 11 de março de 2008, contratou R\$ 524.483.600,00 e contratou mais R\$ 524.483.600,00, no dia 11 de março⁹⁴ e a Vale, no dia 11 de março de 2008, contratou R\$ 808.350.800,00. O montante total foi de R\$ 2.660.836.400,00.

Os custos de Estreito, conforme o BNDES foi de 3,6 bilhões reais e o banco participou com 73,9%. A contradição existente nesse tipo de financiamento é que o agente financiador contraria as próprias regras de apoio financeiro que são de 70%⁹⁵.

Miliband (1972) lembra que “a empresa capitalista, depende em grau cada vez maior das concessões e do apoio direto do Estado, e só pode preservar seu caráter privado à base desse apoio público” (p.100). Para reafirmar a atualidade da afirmação desse autor, no portfólio da empresa Tractebel Suez está mencionado que o principal financiador de suas obras de infraestrutura no Brasil é o BNDES.

2) No momento da instalação da obra, o Estado garantiu a desapropriação da área como sendo de utilidade pública, fazendo com que todos os “empecilhos” tivessem que ser removidos para a instalação da obra e,

3) As empresas privadas necessitam do Estado para que o mesmo resolva

⁹³ Jornal Folha de São Paulo disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2010/08/779517-veja-quanto-receberam-os-grupos-mais-favorecidos-pelo-bndes.shtml>> Acesso em: 29 jan. 2015.

⁹⁴ Operações indiretas contratadas por comerciais e com recursos repassadas pelo BNDES. Para poder executar esse apoio financiamento o BNDES repassou para a agências financeiras via Unibanco, Itaú-BBA, Bradesco e Banco Votorantim no caso da Suez Tractebel. Informação retirada do site do BNDES de 20/07/2007 Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/20_07/20071220_not284_07.html>. Acesso em: 1 abr. 2015.

⁹⁵ BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/20_07/20071220_not284_07.html> Acesso em: 24 abr. 2015

sobretudo, os passivos sociais e ambientais deixados pelo empreendimento;.

g) As Instituições do Estado são porta-vozes do empreendimento

As instituições do Estado, a citar: Casa Civil, MME, Ministério da Pesca e Aquicultura, INCRA, FUNAI, MPF, IBAMA e BNDES, participaram ativamente do processo de instalação e implantação da usina. São dadas, a cada uma delas, atribuições muito claras durante o processo. O IBAMA é responsável pelas licenças ambientais (LP, LI e LO); a Casa Civil e o MME irão acompanhar os desdobramentos e garantir a execução da obra; o Ministério da Pesca e Aquicultura⁹⁶ irá tratar com a categoria dos pescadores; o INCRA, que é responsável pelas 9 áreas rurais atingidas, deve ser o responsável a resolver assuntos relacionados aos assentados; A FUNAI é responsável pelos indígenas; o BNDES é responsável pelo financiamento da obra, visto que ela está na carteira de investimentos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e por isso foi uma prioridade na liberação e, por fim, o MPF⁹⁷ é responsável para que os trâmites legais acordados sejam seguidos por todas as partes envolvidas.

Dessa forma, quem publicamente passa a existir nessa relação são as instituições do Estado e não as empresas privadas, passando a imagem de que a obra é do “governo”, como disse o entrevistado número 1:

[...] teve um momento que o IBAMA negou a licença, não me lembro se foi o Ministro de Minas e Energia ou Ministro da Casa Civil chegou a dar depoimento de que a obra era estratégica para o desenvolvimento nacional. Que era uma obra do governo. O outro discurso utilizado principalmente com as famílias atingidas que tinha uma resistência e eles utilizaram um discurso que eu acho muito complicado assim, que era uma obra do governo Lula e todo mundo até hoje, o povo ribeirinho, o povo mais de idade, aposentado, o Lula foi aquele quem trouxe a valorização do salário mínimo para eles, trouxe a bolsa família e isso é muito forte e essas coisas

⁹⁶MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura, foi chamado a acompanhar as negociações após se reconhecido a categoria de pescadores como atingidos na usina, somente em 2009 o órgão começa a participar das reuniões.

⁹⁷Atribuições do MPF: Os procuradores e promotores podem tanto defender os cidadãos contra eventuais abusos e omissões do Poder Público quanto defender o patrimônio público contra ataques de particulares de má-fé. Cabe ao Ministério Público Federal defender os direitos sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais regionais federais, os juízes federais e juízes eleitorais. O MPF atua nos casos federais, regulamentados pela Constituição e pelas leis federais, sempre que a questão envolver interesse público, seja em virtude das partes ou do assunto tratado. Também cabe ao MPF fiscalizar o cumprimento das leis editadas no país e daquelas decorrentes de tratados internacionais assinados pelo Brasil. Disponível em: <http://www.prr4.mpf.mp.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=19>. Acesso em: 05 abr. 2015.

pesam e se o Lula disse que é pro desenvolvimento do povo brasileiro eu não posso ser contra. Tinha muito essa discussão lá.

Parlamentares da Câmara de Deputados, que em tese, são os representantes do povo e deveriam ser pessoas esclarecidas sobre os assuntos que afetam diretamente a sociedade brasileira, expressam desconhecimento que a usina é privada e repercutiam a mensagem de que a obra é do governo e assim reforçam a ideia de que o Estado deve tomar uma postura quanto aos passivos deixados.

O parlamentar, no dia 19 de abril de 2011⁹⁸, fez a seguinte observação:

[...] No que se refere às imensas dívidas sociais reprimidas que existem com as populações ribeirinhas, deve haver também a participação do Governo para que se possa recompor essa situação. Situações de dificuldades existem, mas o Governo também não pode se omitir e transferir isso para quem está executando um projeto do próprio Governo. É projeto do Governo a construção da hidrelétrica. Eu gostaria de fazer esse esclarecimento e de dizer que temos de cobrar do Governo, para que ele possa atender a essas populações ribeirinhas que ainda têm dificuldades. (HALUM, 2011).

O representante do INCRA, numa reunião que aconteceu em 29 de janeiro de 2010, no Projeto de Assentamento Formosa⁹⁹, afirmou “que o posicionamento da instituição quanto aos grandes empreendimentos, como usinas e a ferrovia Norte Sul, é que devem ter continuidade, mas os direitos dos assentados e demais pessoas impactadas pelas obras devem ser respeitados”.

O representante do MPF afirmou, no dia 09 de outubro de 2009, na Câmara de Vereadores de Estreito, que “Não queremos paralisar as obras nem somos contra o desenvolvimento do país, apenas buscamos compensações justas aos impactados”¹⁰⁰.

⁹⁸Parlamentar César Halum/PPS-TO Câmara dos deputados, dia 19/04/2011. Informação disponível em: [http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=077.1.54.O%20%20%20%20%20&nuQuarto=31&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:.](http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=077.1.54.O%20%20%20%20%20&nuQuarto=31&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:) Acesso em: 01 mar. 2015

⁹⁹Notícia vinculada no site do MPF. Disponível em: [http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-carta-de-credito-como-compensacao/?searchterm=uhe%20estreito](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/estreito-assentados-do-incra-nao-aceitam-carta-de-credito-como-compensacao/?searchterm=uhe%20estreito). Acesso em: 05 abr. 2015.

¹⁰⁰Notícia vinculada no site do MPF. Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-

A maneira como tem se comportado os governos e as empresas, parece haver uma complementaridade em que ambos se beneficiam e, por isso mesmo, ambos defendem o projeto como próprios. Com a entrada de capital estrangeiro em empresas nacionais, essas se potencializam, acumulam sua produção e, evidentemente, sua importação se vincula ao mercado mundial e seguem aparecendo como nacionais, embora, em vários casos, seu capital seja majoritariamente estrangeiro (CECENÁ, 200?).

Hoje é difícil falar de nacionalidade do capital. De fato, há um enorme peso do capital estadunidense, capital chinês, capital europeu (mesmo depois da crise de 2008) em todas as atividades mais importantes e naquelas com maior futuro do mundo, incorporadas organicamente nessa estrutura de poder.

h) Se houver resistências são utilizados casuísmos e arbitrariedades.

Em 2001, ao fazer o levantamento no meio rural e perceber a resistência da população em aceitar o projeto, a empresa manipulou a população estimulando que assinassem um cadastro informando que eram contrárias a obra. A entrevistada nº 3 afirma que, em 2004, quando o consórcio já estava definido, os mesmos documentos foram apresentados a eles, como se a comunidade inteira tivesse aderido ao projeto;

i) As empresas auxiliam nas definições políticas do Estado.

É muito corriqueiro observar a carreira profissional dos atuais diretores das empresas privadas e concordar com o que Miliband (1972) adverte “(...) Não é raro ver dirigentes do setor público, que ocupam postos nos comitês de companhia mistas ou órgãos técnicos, serem indicados para postos de direção de empresas privadas” (p.155). Essa tendência pode ser aplicada para o diretor presidente da Tractebel, para o Diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, para o presidente do conselho de administração da Camargo Corrêa e outros. Uma busca mais detalhada demonstrará que a esmagadora maioria desses funcionários antes de fazer parte de uma empresa privada, fez parte dos quadros de instituições públicas.

Continua Miliband (1972): “Em troca, os dirigentes do setor privado são chamados, com frequência cada vez maior, a participar na elaboração da política econômica do Estado” (p.155).

Essa afirmação do autor se exemplifica em um fato acontecido em 2005, quando os diretores da Tractebel foram convidados pela ANEEL para formatação da Minuta do Leilão de Energia e a empresa dá sua opinião.

[...] diante disso, gostaríamos de expressar nossa satisfação em poder colaborar com essa ANEEL no processo de formatação do leilão de Energia Nova. Nosso desejo é de que o Leilão de Energia Nova, seja bem sucedido, atraia os investimentos necessários e, com isso permita a efetiva expansão da capacidade de geração de energia elétrica do país, ao menor custo possível para o setor, visando ao atendimento do princípio da modicidade tarifária. Com esse espírito é que as Concessionárias apresentam comentários à minuta de CCEAR, na modalidade quantidade, e à minuta de CCG[...]. (Minuta, 04 de outubro de 2005).¹⁰¹

Enfim, são vários os caminhos percorridos para garantir sua estratégia de implantação. Apresentou - se, alguns, entretanto, nesse processo houve alguns obstáculos a serem superados pelo consórcio. As entrevistas confirmam que houve a fiscalização por parte do MPF do Tocantins para que as condicionantes fossem sistematicamente desenvolvidas.

Só para citar um exemplo, em outubro de 2010, o procurador do MPF do Tocantins afirmou “que ia fazer uma recomendação ao IBAMA que não conceda a licença de operação¹⁰² enquanto não forem sanadas todas as pendências relativas à mitigação de impactos gerados pelo lago”. Ele se referia às pendências que existiam com relação ao município de Babaçulândia e ao município de Filadélfia.

Ou ainda, quando ocorreu a mortandade de peixes, no início de 2011, e a Associação dos Indígenas enviou uma solicitação de investigação e paralização das obras ao MPF e à FUNAI, onde comprovavam, através de imagens¹⁰³, uma grande quantidade de peixes sendo retirados mortos do lago na frente do barramento e também se comprovava o trabalho dos funcionários da empresa retirando e enterrando os peixes mortos. O MPF cobrou uma explicação do

¹⁰¹ Documento na íntegra disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2005/025/contribuicao/marco_ant%C3%B4nio_amaral_sureck_-_ccear.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

¹⁰² Notícia vinculada no site do MPF disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/reuniao-em-babaculandia-aponta-pendencias-do-cesto-em-relacao-a-impactados-por-estreiro/?searchterm=uhe%20estreiro>. Acesso em: 05 abr.2015.

¹⁰³ Ver Anexo 1.

consórcio e queria exigir medidas compensadoras. No entanto, segundo a entrevista nº 2, “o IBAMA disse numa reunião que a mortandade dos peixes era algo normal nos processos de construção de barragens”.

Mas o órgão ambiental teve que, publicamente, se expressar em virtude da cobrança da sociedade e aplicou uma multa de R\$ 4,5 milhões¹⁰⁴ ao Consórcio CESTE.

Publicamente o IBAMA registrou:

Dentre as irregularidades que motivaram as autuações estão a entrega de relatórios falsos, coleta de fauna sem autorização, descumprimento de notificação do órgão ambiental e a grande mortandade de peixes causada pelos testes de funcionamento das turbinas. Após análise técnica criteriosa do processo e das denúncias encaminhadas pela população, os servidores da Superintendência do IBAMA em Tocantins puderam elaborar os pareceres que embasaram as multas.

Em outros momentos, o MPF amenizava os conflitos entre atingidos e consórcio, num campo altamente carregado de interesses opostos, intermediando uma série de reuniões e audiências entre consórcio e atingidos¹⁰⁵.

De forma geral, há um limite dentro dessas instituições e elas estão ali para cumprir uma determinação política já instituída. A função delas é fazer com que todos os pré-requisitos para implantação sejam cumpridos adequadamente. Neste caso, houve a sensibilidade dos servidores públicos em fazer cumprir o que está escrito nas regras estabelecidas. Todavia, isso é quase uma exceção na construção de obras dessa magnitude e são poucos os aliados que a população pode contar dentro das instituições, porque são, geralmente, cargos técnicos que detectam os problemas, mas não tem força política, ou de decisão e execução, para levar adiante e se veem obrigados a assinar as licenças.

Miliband (1972), em diversas passagens de sua obra “O Estado na Sociedade Capitalista”, alerta que “os funcionários públicos são dentro da esfera

¹⁰⁴Notícia vinculada no site do IBAMA. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/consorcio-responsavel-pela-usina-hidreletrica-de-estreiro-e-multado>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

¹⁰⁵Para ter um exemplo no dia 06/12/2008 o MPF do TO intermediou uma reunião entre o consórcio e atingidos. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/ministerio-publico-federal-intermedia-reuniao-entre-impactados-pela-uhe-estreiro-e-empendedor/?searchterm=uhe%20estreiro>. Acesso em: 05 abr. 2015.

que lhes compete, os aliados conscientes ou inconscientes das elites econômicas e sociais existentes” (p.152). Ou ainda em outra passagem “[...] Diante de classes e interesses competitivos nas sociedades capitalistas avançadas, os funcionários civis não são neutros: eles são aliados, quer o percebam ou não, do capital contra o trabalho” (p.158).

A forma como os servidores do MME e Casa Civil, durante o processo de construção, conduziam a relação numa posição amortecedora dos conflitos entre a população e o consórcio, reforça outra passagem de Miliband (1972) “[...] Mas os altos funcionários civis também caminham com regularidade cada vez maior para a empresa corporativa. [...] A administração não é hoje mais do que a antecâmara para uma posição empresarial” (p. 154).

Harvey (2005) afirma que o Estado cumpre diversas outras funções: eliminado as barreiras para mobilidade do capital, o cumprimento de contrato e proteção de mecanismo de acumulação, a estabilização do sistema monetário e a garantia ao direito da propriedade privada dos meios de produção.

Portanto, diante do exposto é fundamental compreender essa relação intrínseca entre Estado e capital e perceber que este último se articula no mundo, na América Latina, no setor elétrico brasileiro, na bacia hidrográfica do rio Tocantins e, logicamente, na UHE Estreito.

Essa rede mundial em que as empresas estão envolvidas também englobam o atual setor elétrico brasileiro. Elas também estão neste ambiente mundial pela corrida dos locais mais vantajosos e, assim, fazem do setor elétrico uma grande rede interconectada nas diversas cadeias da geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Na geração, foco deste estudo, e verificado no exemplo da UHE Estreito, essa rede se materializa no local, mas as mesmas empresas estão em outras obras, no espaço territorial da bacia do rio Tocantins, que se ligam nesta rede nacional de outras tantas usinas espalhadas pelo Brasil e essas se conectam, em última instância, às *redes financeiras*, como afirma Capra (2002).

Essas redes financeiras globais alcançam certo grau de complexidade, suas interconexões não lineares geram anéis de realimentação muito rápidos, o que torna extremamente complexo identificar seus elos. Entretanto, o objetivo central parece ser unir as economias locais ao mercado mundial. O que é certo é que há uma ligação entre as empresas multinacionais dentro de divisão

internacional do trabalho destinando a América Latina como o local de grandes reservas de extração de riquezas. Os indicadores provam que as empresas multinacionais estão numa corrida para a apropriação dessas fontes, a exemplificar a corrida pelas fontes energéticas com o objetivo garantir sua hegemonia. Logo, essa apropriação do território não é só econômica, mas, sobretudo política, ambas comandadas de muito distante de onde elas são aplicadas e por uma entidade não muito palpável: o capital.

4.4 As comunidades atingidas: conflitualidade, desterritorialização e resistência

A UHE Estreito repete o que segmentos da sociedade como o Movimento dos Atingidos por Barragens vêm denunciando há muitos anos sobre os passivos que as usinas deixam nos territórios. O consórcio afirma que a usina atingiu 12 municípios na região, já citados anteriormente, mas as lideranças desta organização no Tocantins, afirmam que foram atingidos além dos municípios citados, os pescadores dos municípios de Ribamar Fiquene e Porto Franco no Estado do Maranhão, em virtude da diminuição do pescado. Dessa forma, parte deles vem se organizando para buscar seus direitos juntos aos demais atingidos. Reforçando assim a tese de que são mais atingidos do que o consórcio apresenta como números oficiais.

Alguns autores como Foschiera, A. A; Batista, S. L; Junior, T.A. (2009), Batista, (2011), Lima (2013) e o Observatório Sócio - Ambiental de Barragens¹⁰⁶ ligado a UFRJ, fazem o levantamento sobre o número de famílias atingidas nas hidrelétricas do rio Tocantins e os números apresentados são superiores do número oficial apresentado pelos consórcios como pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14 - Número de famílias atingidas nas Usinas Hidrelétricas no rio

¹⁰⁶O Observatório Sócio-Ambiental de Barragens integra a linha de pesquisa Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social (SETMACS), desenvolvida pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>>.

Tocantins¹⁰⁷

UHE	Famílias empresas	Famílias MAB
Lajeado	997 ¹⁰⁸ 1526 ¹⁰⁹	4969
São Salvador	211 ¹¹⁰	700
Serra da Mesa		3000 ¹¹¹
Cana Brava	258 ¹¹²	1400
Tucuruí	4407 ¹¹³	10.000
Estreito	1.020 ¹¹⁴ 1.287 ¹¹⁵	5000
Peixe Angical	279 ¹¹⁶	1000

Fonte: Observatório Sócio-Ambiental de Barragens, CNEC (2002) e Batista, (2011), Parente; Miranda (2014). Organização: autora.

Um dos impactos sociais marcantes na implantação de uma usina hidrelétrica se refere ao deslocamento das famílias atingidas, na geografia tratada

¹⁰⁷ Sobre o número de famílias atingidas, conforme as empresas buscou se em Observatório de Barragens. e CNEC (2002). Sobre o número de famílias conforme o MAB buscou em Batista, (2011).

¹⁰⁸ Informação retirada do Observatório de Barragens Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/73/luis-eduardo-magalhães-ex-lajeado>> Acesso em: 08 nov. 2015.

¹⁰⁹ PARENTE, T. G; MIRANDA, C.M. Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luis Eduardo Magalhães – TO. Varia hist.vol.30 nº.53.Belo Horizonte May/Aug2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000200011>> Acesso em: 30 out.2015. As autoras tratam em 1526 famílias atingidas.

¹¹⁰ Informação retirada do Observatório de Barragens Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/30/sao-salvador>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

¹¹¹ Informação retirada do Observatório de Barragens Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/14/serra-da-mesa>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

¹¹² Informação retirada do Observatório de Barragens. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/7/cana-brava>> Acesso em: 08 nov. 2015.

¹¹³ Informação retirada ROVERE, E. Lebre La; MENDES, F. E. Relatório Final Estudo de Caso da Comissão Mundial de Barragens, Usina Hidrelétrica de Tucuruí Brasil, COOPE /UFRJ, nov. 2000. Referente 1ª etapa da construção. Sobre a 2ª etapa que foi construída entre os anos de 1998 e 2006 não foram encontrados números.

¹¹⁴ Informação retirada do Observatório de Barragens Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/21/estreito>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

¹¹⁵ CNEC. EIA - **Estudo de Impacto Ambiental da UHE Estreito**. In: IBAMA (Ed.). EIA - UHE Estreito. Brasília: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2002.

¹¹⁶ Informação retirada do Observatório de Barragens Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/72/peixe-angical>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

como desterritorialização da população, pela necessidade de inundação da área para a formação do reservatório.

Para tentar amenizar o conflito estabelecido entre atingidos e o consórcio, no caso da UHE Estreito, inicialmente houve a formação dos Comitês de Co - Gestão organizado pelo CESTE, em cada município, envolvendo consórcio, representantes políticos, lideranças municipais, representantes de atingidos e instituições do Estado como IBAMA e MME¹¹⁷.

Todavia, os atingidos organizados no MAB não se sentiam representados nestes Comitês Municipais de Co – Gestão, porque neste espaço não se estabeleciam diálogos propositivos sobre os direitos das famílias, era um espaço que o empreendedor utilizava para propagandear as ações que o consórcio estava fazendo na região, além do mais, o utilizava para trazer vários “representantes” como afirma entrevista número 1 “[...] um Comitê de Gestão por município e daí convidava o padre, o prefeito, o pastor, o diretor da escola de cada município, criava uma coisa tão ampla, cada um tinha seu interesse próprio, não conseguia avançar, não avançava”. Fica claro que a intencionalidade de trazer diversas opiniões por parte do empreendedor tinha como objetivo não trazer resultados concretos, mas, onde cada participante pudesse dar a sua opinião em cada município atingido, se tornando reuniões vazias de conteúdo.

As populações organizadas no MAB buscavam a criação de um Fórum Permanente de discussão e negociação com as famílias atingidas e acompanhamento dos programas ambientais, a exemplo de outras barragens (UHE – São Salvador e Peixe Angical), onde essa metodologia teve efeitos positivos¹¹⁸.

No embate político da criação ou não deste espaço, o consórcio, sustentado pelas instituições do Estado (MME, IBAMA e Casa Civil) não reconhecia os atingidos no espaço sugerido, e desautorizava suas autarquias estaduais (IBAMA MA e TO) e o MPF a legitimar o espaço proposto. Dessa forma, se manteve irredutível na metodologia dos Comitês-de-Gestão, transformando em espaços para legitimar suas ações e de comunicação de seus atos.

Para conseguir destravar as negociações entre empreendedor e a organização dos atingidos, essa última teve que realizar muita pressão popular,

¹¹⁷Para compreender mais sobre o Comitê de Co - Gestão ver Melo; Chaves (2012).

¹¹⁸Para maior aprofundamento sobre esse processo ver Lima (2013).

com reuniões, assembleias, marchas, acampamentos, denúncias no âmbito local, regional, estadual e nacional, pois o consórcio a ignorava¹¹⁹ como porta voz dos atingidos e não reconhecia as famílias como portadora de direitos.

Abaixo se apresenta dois exemplos com duas imagens de atividades que foram realizadas na região como forma de pressionar para que os atingidos fossem reparados.

Figura 15 - Fotografia da Marcha entre Araguaína e Estreito em 2010



Fonte: Arquivo MAB- TO.

Figura 16 - Fotografia do trancamento da BR Belém - Brasília em 2009



Fonte: Arquivo MAB- TO

¹¹⁹As lideranças afirmavam naquele período, como pode ser observado na matéria divulgada sobre a Marcha. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-uhe-estreiro-continuam-marcha-por-direitos>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

Pode-se afirmar que essa invisibilidade que o consórcio tentou transmitir significava na prática, a negação dos direitos a um conjunto de famílias que por outro lado só aumentava ainda mais os conflitos existentes entre o agente investidor e as populações locais.

Bermann, (2007) sobre a invisibilidade vai afirmar que:

[...] Fazer uso da invisibilidade como ferramenta para contenção dos custos de investimentos e não reconhecimento dos grupos sociais constituídos historicamente em dada região diminui o campo da política como campo das negociações e possibilidades, porém não significa a não-existência de problemas, cuja natureza é social e ambiental. (BERMANN, 2007, p.144).

O tratamento as questões sociais e a pauta da organização dos atingidos só avançaram quando a construção civil da obra estava em fase adiantada e o consórcio precisava da licença de operação, conforme relata o entrevistado número 1 e para isso precisava cumprir as metas de realocação da população atingida. Para isso, modificaram toda a equipe que tratava das questões sociais e ambientais dentro do consórcio, inclusive trouxeram a mesma que já havia implementado as ações na usina de São Salvador, no rio Tocantins, que carregava longa experiência no tratamento aos atingidos.

Ferreira (2013) ao analisar a implantação da UHE Estreito reforça que:

[...] são acionistas que vêm realizando várias obras hidrelétricas e com isso adquirindo experiência, por meio, da análise dos problemas enfrentados. A experiência adquirida pelo empreendedor faz com que ele tenha uma visão mais acurada dos possíveis problemas do empreendimento. (FERREIRA, 2013, p. 64).

Além disso, conheciam bem o perfil da população que seria atingida, porque na elaboração do EIA da UHE – Estreito, a CNEC descreve no Capítulo 7, item 7.3.7.1, as seguintes características socioeconômicas das famílias:

A população rural vive com grandes dificuldades produzindo, na maioria das vezes, apenas para sobrevivência e na maior parte utilizando a vazante do rio para o cultivo. A renda média familiar está concentrada em até 2 salários mínimos mensais, advindo, principalmente, do chefe da família. As moradias são, na sua maioria, de taipa e palha, tradicional da região, sem qualquer

infraestrutura. [...] Tais condições, bastante insatisfatórias, não dizem respeito apenas às populações aqui referidas, mas na verdade, trata-se do reflexo do que é encontrado para a região e os Estados do Tocantins e do Maranhão. (2001, p.144).

Partindo desse conhecimento prévio da população, da experiência acumulada em outras obras, Ferreira (2013) reforça:

Assim, a experiência adquirida, somada ao mapeamento dos indivíduos a serem impactados, aliada à visão mercadológica do empreendedor, traz para este, elementos importantes para subsidiar as negociações com os impactados. (FERREIRA, 2013, p 65).

Nas proximidades do rio Tocantins antes da formação do lago da aludida barragem implementou-se diversos assentamentos sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Com o enchimento do lago, 13 deles foram atingidos conforme entrevista numero 6, alguns totalmente inundados, onde as famílias foram reterritorializadas para outras áreas como os reassentamentos ou receberam cartas de crédito. Outros assentamentos foram atingidos parcialmente e parte das famílias foi para outras áreas e parte ficou no assentamento, necessitando assim uma readequação de suas atividades e uma nova reorganização.

Essa transformação ocorrida nestes territórios demonstra que a obtenção das terras que antes era das populações por parte do empreendedor gerou um processo de deslocamento populacional involuntário e dessa forma houve uma ruptura na dinâmica comunitária dessas populações.

Esse processo pode ser denominado de desterritorialização. Sobre isso, Fernandes, (2013) faz uma observação:

Sob o ponto de vista geográfico, a desterritorialização será então um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de privação de espaço. Esta corresponde a um condicionamento territorial; a uma perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas; à redução evidente das acessibilidades aos lugares económicos e simbólicos, aos recursos, à habitação, a outros locais que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo (FERNANDES, 2013, p. 635).

Segundo a entrevista número 5, realizada com liderança do MAB, o artifício

mais utilizado pelo consórcio foi oferecer a carta de crédito como alternativa às famílias atingidas. As cartas de crédito tinham valores entre R\$ 5 mil a R\$ 45 mil reais. Dessa forma, a população que morava nesses assentamentos, acabou de forma intencionalizada sendo espalhada pelos municípios da região e de outros estados da federação, evitando a organização dessas famílias.

A entrevista número 5 afirma: “tem pessoas desses assentamentos em Goiânia, em outros municípios do estado do Tocantins, do estado do Maranhão e no estado do Pará”¹²⁰.

Do ponto de vista da reterritorialização a UHE Estreito vai ficar na história das usinas no Tocantins, como sendo a usina que possibilitou a menor condição de vida da população rural se comparado às outras obras no rio até então construídas.

A Agência Repórter Brasil através de seus jornalistas CAMARGO; HASHIZUME (2008) realizaram um levantamento sobre como estava acontecendo as reparações para a população atingida. A Tabela 15 abaixo demonstra as compensações recebidas em três usinas no rio Tocantins.

Tabela 15 - Compensações recebidas nas Usinas Hidrelétricas de Peixe Angical, São Salvador e Estreito

Usinas Hidrelétricas	Licença de Instalação	Proposta para proprietários (hectare=ha)	Proposta para ocupantes (hectare=ha)
Peixe Angical	abril 2002	Carta de crédito de R\$ 53 mil + indenização das benfeitorias, ou reassentamento: de 1 a 80 ha, recebe 80 há	Carta de crédito de R\$ 53 mil, ou 27,3 ha em reassentamento
São Salvador	julho 2005	Carta de crédito de R\$ 70 mil (atualização monetária de Peixe Angelical) + indenização das benfeitorias, ou reassentamento: de 1 a 80 ha, recebe 80 há	Carta de crédito de R\$ 70 mil, ou 27,3 ha em reassentamento
Estreito	dezembro 2006	Carta de crédito de R\$ 57 mil ou 40 ha em reassentamento	Carta de crédito de R\$ 37 mil ou 12 ha em reassentamento (40 ha para pecuaristas)

Fonte: Repórter Brasil, 2008.

¹²⁰Inclusive tem uma família que a pesquisadora conheceu que mora numa comunidade no estado do Pará, que está sendo ameaçada pelo Projeto da UHE Marabá.

Segundo o ofício 10/12¹²¹ organizado pelo MAB – TO, dirigido ao Ministro Gilberto Carvalho, o lago da usina inundou 15 mil hectares de terras públicas e o consórcio deveria repor a União destinando a compra de terras às populações atingidas, visto que o INCRA cadastrou em 2010, 1.250 famílias atingidas pela UHE Estreito.

Muitas famílias não foram reconhecidas, por diversos motivos, entre eles: por ser agregado na terra, trabalhador assalariado, filho ou filha do proprietário da terra, ou porque não conseguiram comprovar que morava naquele espaço antes da obra se instalar. Aproximadamente 380 famílias até hoje ainda não receberam nenhum tipo de indenização e continuam acampadas em três municípios da região, buscando o seu direito de se reterritorializar. Essas famílias se reorganizaram pelos municípios atingidos. Dessa forma formaram-se três acampamentos no município de Filadélfia- TO, dois acampamentos no município de Babaçulândia TO, um acampamento no município de Carolina - MA.

Estes acampamentos são uma expressão da resistência das famílias que ainda não foram devidamente reparadas. Haesbaert (2004) usa a terminologia de territorialização precária, porque este grupo foi desterritorializado e está numa condição de vulnerabilidade. Um dos acampamentos de Babaçulândia está produzindo, na terra ocupada, alimentos e vendendo nas feiras locais, gerando renda as famílias que antes ficaram desamparadas com a desterritorialização pela obra.

Há ainda mais 300 famílias acampadas ao lado da obra em Estreito que o Consórcio reconheceu como atingidas. Em negociação com as mesmas, no último período, elas resolveram sair temporariamente do local para agilizar a entrega no novo local definitivo desse grupo. As famílias em 22 outubro de 2015, ainda aguardavam a resposta do consórcio.

Outra metodologia adotada pelo consórcio para tratar das questões sociais foi a implantação do auto- reassentamento que consistia em: a empresa pagava a terra e as famílias recebiam até 25 mil reais para construir a casa, os galpões e toda a infraestrutura de estradas, energia, poço de água. Essa política foi implantada segundo a entrevista número 5, com 34 famílias em Palmeira do Tocantins - TO.

121MAB Ofício 010/2012, Palmas - TO, 25 de Setembro de 2012.

Em função da pressão estabelecida pelos atingidos da região, o consórcio disponibilizou uma área para três reassentamentos como indenização para as famílias em Babaçulândia - TO. Todavia, as mesmas não puderam escolher a área, o consórcio definiu-as e as famílias tiveram que aceitar. Como já estavam psicologicamente abaladas, muitas acabaram aceitando a proposta com receio de ficar sem nenhum tipo de indenização. Essa foi uma das táticas utilizadas pelo consórcio, conforme entrevista número 5, ameaçar as famílias a receber a oferta disponibilizada. Outro fator que as entrevistas apontam é o indício de que as lideranças locais na época dessas comunidades foram cooptadas e tinham a tarefa de convencer os demais membros a aceitar a área.

Estes três reassentamentos em Babaçulândia construídos para os atingidos não atenderam as necessidades da população e deixaram as famílias em condições piores do que estavam originalmente, conforme a reassentada afirma na entrevista número 6:

[...] são de péssimas condições numa terra improdutiva, muito desgastada, com água saloba, e as famílias tem que ir buscar água a 4 km de distância de casa ou serem abastecidas por carro pipa do consórcio que não tem uma periodicidade e também muitas vezes abastece as famílias com água visivelmente suja ou contaminada de óleo ou seja, água não tratada.

Bermann (2007) no texto “Impasses e controvérsias da hidreletricidade” aponta que as barragens promovem o deslocamento forçada dos atingidos, “acompanhando de compensações financeiras irrisórias ou inexistentes e o processo de reassentamento, quando houve, não assegurou a manutenção das condições de vida anteriormente existentes” (p 142).

A mesma entrevista afirma ainda que a terra destinada aos três reassentamentos foi comprada pelo consórcio do prefeito municipal da época e que o mesmo ganhou esse benefício porque era a favor da instalação da obra. Com todas essas dificuldades apresentadas no novo local, muitas famílias abandonaram o reassentamento e estão morando na periferia de Araguaína - TO.

Ainda com relação a tática de cooptação outras categorias também sofreram este mesmo ataque. Na avaliação da entrevistada número 5 “[...] possivelmente os indígenas também receberam, porque até a marcha de 2010 eles estavam participando conosco, depois disso não participaram mais das

atividades e se calaram, depois da marcha eles foram recebidos pelo consórcio”. Os impactos da obra sobre as populações indígenas e quilombolas na região podem ser aprofundados em Chaves; Lira (2008).

Algumas famílias não se sentindo contempladas com o que vinha sendo oferecido como indenização, continuou pressionando o consórcio e conquistaram dessa forma, dois reassentamentos com melhor qualidade: um reassentamento em Darcinópolis para 30 famílias oriundas do PA Formosa de Babaçulândia e um reassentamento em Araguaína a 20 km da sede do município com 23 famílias oriundas da Ilha de São José – Babaçulândia.

Os pescadores também vivenciaram o mesmo conflito, no início, o consórcio não os reconhecia como portadores de direitos. Até hoje ainda existem Colônias de Pescadores que buscam seu reconhecimento e a devida reparação. A UHE Estreito foi um marco histórico porque foi a primeira barragem que reconheceu a categoria como atingidos. Dessa forma, são nove colônias de pescadores que buscam ser compensados, aproximadamente 2100 pescadores com carteira profissional de pesca sem contabilizar os demais que também exercem a pesca, mas não estão organizados.

A pressão popular realizada pelo conjunto desses pescadores fez a empresa constituir uma cooperativa regional de pescadao com uma infraestrutura para garantir a continuidade da profissão (HOHN, TOMMASELLI, 2013). A cooperativa tem 600 cooperados destes, 50% são remanescentes atingidos pela UHE, a outra metade são de piscicultores da região que viram na cooperativa uma possibilidade de conseguir coletivamente mercado para a sua produção.

Não há informações sobre as demais categorias atingidas como os barraqueiros, barqueiros, pequenos comerciantes. As informações levantadas dão conta de dizer que eles receberam carta de crédito e que foram para outros locais, muitos provavelmente vivendo nas periferias das cidades.

As entrevistas realizadas e um documento analisado¹²² demonstram claramente que essa foi a opção que teve muitas famílias, pois o tratamento dado aos atingidos sobretudo, na área rural, foi muito truculento, com despejos violentos, violando vários direitos, como assinalou a (CDDPH, 2010). Muitas famílias foram desterritorializadas e literalmente jogadas na periferia de algumas

¹²²ROCHA, C. Relatório UHE Estreito, s/a.

das cidades como Estreito e Carolina.

Trechos de uma entrevista que foi organizada no documento por ROCHA (s/a) no Relatório UHE Estreito demonstram:

[...] Trabalhador rural expropriado pede que sua mulher, que presenciou a destruição das casas, fale para a filmagem. “Aqui é tudo a mesma história.”

- Mulher: Foi, aqui eles chegou destruindo as casas, tudo, tirando todo mundo de dentro de casa, crianças no desespero maior do mundo, coisa que deixou todo mundo traumatizado aqui, chegaram, pedindo pra tirar as coisas de dentro, foram logo metendo a máquina em cima, derrubando tudo, acabando com tudo.

- Pedro: Quantas casas?

- Mulher: Cinco casas. Tinha cinco, seis crianças no meio, vendo tudo, nem tiraram as crianças de perto, ficaram tudo traumatizada, chorando, naquele maior desespero aqui.

- Jornalista alemã: E vieram com que pra fazer essa confusão aqui?

- Trabalhador rural: Eles vieram com três camionetes, tudo com placa da empresa, do CESTE, com três caminhão fretados pra levar a mudança e uma máquina retro-escavadeira pra fazer a estrada e derrubar as casas.

- Pedro: Aí destruíram as cinco casas e o que mais?

- Trabalhador rural: Destruíram as cinco casas, os dois fornos que vocês tá vendo, os plantios de mandioca, que já ta passado por um mês, vocês já não ta vendo aqui e as cercas que a gente tinha de divisa aqui, tá a prova que a gente vê rastro de animal aqui dentro. Antes, quando você veio aqui você mesmo viu que não tinha rastro de animal aqui. E agora aqui, dizem que a gente pode tirar alguma coisa, pode tirar, mas tirar o que, se já destruíram as coisas! Tudo que a gente tinha aqui era a casa da gente, o sossego da gente. Eu nasci e me criei aqui, ta com 26 anos. Meu pai comprou essa terra aqui em '74, eu nasci em 83. Eu nasci e me criei aqui, pra hoje, a gente ver uma cena dessas aqui, não é fácil! Não é fácil de jeito nenhum! E sem saber nenhuma explicação, sem saber como nem por que, sem nenhum tipo de proposta. Nós nunca se negou essa área pra eles aqui, nunca se negou. Toda a vida a gente sabia que era pra desocupar essa área, que era pra empresa. mas toda vida esperando a empresa negociar, pra poder a gente negociar, pra poder a gente receber o valor da gente e tocar a gente n'outro lugar, como a gente tocava aqui, mas sair com uma mão na frente e outra atrás desse jeito, sem ter pra onde ir, colocar os trens da gente no meio de uma casa de parente, jogado no fundo do quintal lá. Tamos vivendo de favor, tamos parecendo cigano lá. Três famílias, vivendo na casa de outra família, que a casa é pequena, você viu lá. Quando é pra dormir, derrama os colchão aí que parece um carpete aí!. Derrama as mulher com os meninos e os homens, pra poder não ficar na chuva e no sol. E as coisas jogadas no meio do quintal, pegando chuva e sol. Eu acho que pra isso aí tem que ter justiça. Já que há justiça, vamos começar por aí. (ROCHA, p. 27, 28).

As informações que as lideranças repassaram é que existe um

acampamento urbano em Araguaína composto por remanescentes das famílias atingidas pela UHE Estreito, mas os mesmos não vêm acompanhando.

Como pode ser visualizado são vários os acampamentos que permanecem até hoje na busca pela sua reterritorialização demonstrando que existem passivos não resolvidos com a implantação de mais uma usina hidrelétrica no país.

Para uma parcela da população atingida, por enquanto permanecem as perdas de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e uma conseqüente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e econômica (FERNANDES, 2013).

Se de um lado os empreendedores buscam esconder ou amortecer os conflitos, tentando passar a imagem de que a obra respeitou as populações e cumpriu com todos os preceitos estabelecidos. De outro, as populações atingidas procuram evidenciar os conflitos, mostrando que há direitos que não foram considerados e o futuro continua incerto pelo menos para um grupo e que vai dando exemplos cotidianos de que resistir e propor ações se faz necessário.

Nesse sentido, o próximo capítulo abordará contribuições dos atingidos por barragens a partir de sua experiência acumulada no MAB.

5 PROJETO ENERGÉTICO A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

A construção de uma alternativa ao que em sendo vivenciado na atual sociedade vem sendo gestada a muitos anos pela classe que percebe que está sendo explorada e deseja uma mudança. Alguns nesse caminho acreditam que algumas reformas podem garantir essa alteração, outros vão além e creem que ela se dará a partir ruptura deste modelo e na construção de algo novo, sem receita, a partir de um acúmulo histórico já vivenciado que dará a sustentação para esse nascimento.

A construção dessa alternativa para o setor energético tem propiciado diferentes acúmulos, uns na perspectiva da matriz como alguns pesquisadores, outros nas relações de trabalho como os sindicatos, outros ainda numa perspectiva política sobre as instituições como os movimentos sociais.

O conjunto de organizações que formam a Plataforma Operária e Camponesa para Energia formulara uma proposta do que seriam os elementos centrais de uma política energética, construindo o que denominam de Projeto Energético Popular (PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA DA ENERGIA, 2014).

Para tal, elaboraram treze pontos para melhorar a política energética nacional, disponibilizados em uma cartilha editada em setembro de 2014 – “Propostas para um projeto energético popular com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”. Neste documento o conjunto de organizações sistematizou as seguintes questões:

1º Avançar na transformação e construção de instâncias institucionais no Estado Brasileiro para a ampliação da democracia, participação e controle popular nas decisões sobre a política energética nacional;

2º Realizar mudanças políticas e institucionais para superar o modelo energético de mercado;

3º Fortalecer as empresas estatais;

4º Desenvolver a industrialização de toda a cadeia energética;

5º Financiamento Público;

6º Melhorar as condições de trabalho e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras;

- 7º Garantir os direitos das populações atingidas;
- 8º Pela integração energética solidária na América Latina;
- 9º Respeito ao meio ambiente e minimização dos impactos sociais e ambientais;
- 10º Adotar medidas de grande alcance popular;
- 11º Fortalecer a soberania alimentar e produção de alimentos saudáveis pelo campesinato;
- 12º Universalizar o acesso gratuito à banda larga via rede elétrica;
- 13º Estímulo à economia e novas fontes de energia.

A construção apresentada acima é o somatório do acúmulo de elaboração e de prática, por qual passou a sociedade brasileira. O aprofundamento de cada uma das propostas não é objetivo deste estudo por isso neste texto pretende-se trazer algumas considerações iniciais sobre o item sete da cartilha que trata de “Garantir os direitos das populações atingidas”. As mesmas em especial, apresentam sua contribuição nesse momento histórico.

5.1 Um breve histórico

Existe uma vasta documentação organizada pelo Estado Brasileiro a partir de resoluções e medidas organizadas institucionalmente e pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, descrevendo como deve ser o tratamento das populações atingidas por barragens¹²³, conforme pode ser analisado a seguir:

Em 1941, o Estado edita o decreto nº 3365/41¹²⁴ que reconhece como *atingido os proprietários de terra com título* que forem desapropriados pelas obras estabelecendo a indenização em dinheiro, como compensação.

Em 1981 através da Eletrobrás, definiu-se a *Política Nacional do Meio Ambiente* (Lei 6.038/1981) incluindo-se, deste modo, além da preocupação com a dimensão técnica de empreendimentos voltados para a produção de energia até então dominante, aspectos ambientais e sociais, por orientação e imposição de órgãos financiadores internacionais (REIS, 2012).

¹²³Conforme IPEA, (2014) o termo “barragens”, pois este é mais amplo que “usinas hidrelétricas”, visto que a dívida social também se refere a barragens construídas para fins de abastecimento de água.

¹²⁴BRASIL, Lei disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Em 1986, criou-se o *Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA)* e o *Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)* que regulamentou a obrigatoriedade de realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) para fins de licenciamento ambiental.

Ainda em 1986, a Eletrobrás publicou dois documentos voltados ao tratamento da questão ambiental pelo setor elétrico: o *Manual de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos* e o *Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico*. (CDDPH, 2010).

Na sequência, através da Resolução 006/87, o Conama estabeleceu as diversas etapas do processo de licenciamento¹²⁵, e através da Resolução 009/87 garantiu a obrigatoriedade de audiências públicas¹²⁶ para submeter o RIMA à opinião dos interessados, submetidas aos processos de licenciamento (REIS, 2012).

É importante lembrar que estes dispositivos foram construídos em boa medida, em virtude, da pressão das populações atingidas em Itaparica, fazendo com que a CHESF tivesse que reconhecer os atingidos aceitando o princípio de “terra por terra”, ao invés de indenização monetária.

Outro exemplo foi em 1987, onde a Eletrosul, o Ministério de Minas e Energia e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai (CRAB), após longo conflito e difíceis negociações, assinaram um acordo acerca das condições de tratamento das questões sociais e ambientais no processo de implantação das barragens de Itá e Machadinho (CDDPH, 2010).

Em 1990, o *II Plano Diretor de Meio Ambiente da Eletrobrás – 1991/1993* chamava a atenção para a necessidade de discutir:- formas de assegurar a tempestividade dos processos participativos; níveis e tipos de decisão que seriam submetidos a processos participativos deliberativos e níveis que seriam atribuição

¹²⁵De acordo com a referida Resolução do Conama, para a construção e instalação de uma usina hidrelétrica é necessária a obtenção pelo empreendedor de três licenças do órgão ambiental responsável (o IBAMA, no caso de barragens instaladas em rios interestaduais, ou o órgão estadual, nos casos de rios localizados em apenas um Estado): a licença prévia, a de instalação e a de operação.

¹²⁶Regulamentada pela Resolução CONAMA nº 09/87, a audiência pública tem a finalidade de “expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito”. A ata da audiência deve ser considerada juntamente com o RIMA na análise e parecer final do órgão licenciador, quanto à aprovação ou não do projeto. O órgão ambiental realiza audiência pública sempre que julgar necessário, ou quando solicitado por entidade civil, pelo MP, ou por 50 ou mais cidadãos.

exclusiva do Estado; - meios e modos de “facultar a todas as partes envolvidas o suficiente entendimento do assunto, viabilizando uma negociação construtiva e bem fundamentada” (Eletrobrás, 92)

A Comissão Mundial de Barragens, (2000), elaborou um relatório¹²⁷ trazendo recomendações sobre o tratamento às questões ambientais e sociais. Fruto disso constituiu-se no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com sede em Nairobi, o Fórum Barragens e Desenvolvimento¹²⁸.

Em 2003, reconhecendo a complexidade da questão social e ambiental de barragens, o Governo Federal, por meio do Decreto s/nº de 10.10.2003, instituiu Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com representação de quinze órgãos públicos federais, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, incumbido de analisar as reivindicações apresentadas por representantes dos atingidos por barragens e formular propostas para o equacionamento dos problemas ali identificados.

O relatório final do GTI foi concluído em 21 de maio de 2004, sete dias antes da chegada à capital federal da Marcha que as populações atingidas realizaram de Goiânia a Brasília, que resultou em alguns pequenos avanços no tratamento de alguns passivos. (Cestas básicas para as famílias atingidas, Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, Créditos agrícolas - Pronaf, para investir na produção) (MAB, 2004).

O Conselho de Presidentes das empresas do Grupo Eletrobrás aprovou a Política e Diretrizes de Cidadania e Responsabilidade Social Empresarial que contemplam a elaboração, financiamento e implementação de um *Programa de Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos* (2003).

Em 2005, a Sra. Hina Jilani, representante do Secretário Geral da ONU

¹²⁷ O relatório construído a partir do estudo de caso de 3 países; 7 estudos de caso de grandes barragens (entre os quais a Usina Hidrelétrica de Tucuruí); 17 estudos temáticos, envolvendo aspectos ecológicos, econômicos, sociais e político-institucionais; 4 consultas públicas regionais em diferentes continentes (Uma destas foi a Consulta Regional para a América Latina que realizou-se em São Paulo, nos dias 12 e 13 de agosto de 1999), reuniões do Fórum Consultivo da CMB fazendo recomendações. Com o objetivo de difundir e favorecer a aplicação das conclusões e recomendações da CMB constituiu-se no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com sede em Nairobi, o Fórum Barragens e Desenvolvimento.

¹²⁸ Integraram este Fórum, que existiu até 2007, representante do Ministério de Minas e Energia e do MAB, assim como de instituições universitárias brasileiras – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

realizou missão no país, com o objetivo de apurar denúncias de criminalização dos defensores de direitos dos atingidos por barragens encaminhadas por movimentos sociais, que dessa forma forçou em 2006 para a constituição da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, dentro da *Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa Humana*¹²⁹ para averiguar as denúncias feitas.

Também, o Ministério de Integração Nacional elaborou e aprovou “*Manual operativo para reassentamento em decorrência de processos de desapropriação para construção de reservatórios públicos*” (2006), no qual estabelece procedimentos e direitos para os atingidos por tais barragens.

O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, (2010) que analisou sete usinas hidrelétricas nas cinco regiões do Brasil apontando 16 direitos humanos violados apresenta recomendações sobre o tratamento de cada um das questões levantadas.

Em julho de 2009, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceu a existência de pendências sociais e ambientais para com a população atingida pela construção. Segundo o então presidente, durante muito tempo, construíram-se hidrelétricas no país sem que os atingidos recebessem indenizações e reassentamentos.

Esse [o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB] é um Movimento que eu pedi para o companheiro Dulci conversar e ver qual é a dívida que o Estado brasileiro tem com eles, porque certamente nós temos dívidas com eles. Durante muito tempo se construiu hidrelétricas, se prometia dar casas, e não veio as casas e não veio as terras (SILVA,2009).

Em outubro de 2010, o Decreto nº 7.342 da Presidência da República instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, reconhecendo, assim, a necessidade da construção de parâmetros e normas para que os responsáveis por hidrelétricas possam solucionar os

¹²⁹O CDDPH é um órgão colegiado criado pela Lei nº 4.319/1964, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Tem por atribuição receber denúncias e investigar, e para tanto, constitui comissões especiais de inquérito. Com base em denúncias feitas pelo MAB, foi instituída a Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, conforme Resoluções nºs 15/2006, 21/2006 e 26/2006, para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens

problemas e as tensões geradas pela construção das mesmas.

Provavelmente há outros documentos elaborados tratando dos direitos dessas populações. O que se constata, em linhas gerais, que o componente de mobilização das populações atingidas foi fator que garantiu historicamente alguns dos direitos conquistados, sendo que os documentos apresentados acima são frutos de intensos debates entre os proponentes dos projetos, tanto entes estatais quanto privados e a população historicamente atingida. Apesar de dispositivos e orientações adequados e bem elaborados contidas em documentos como os da Eletrobrás (1986 e 1992), enfatizados por Vainer (2008), na prática, a priorização dos aspectos técnicos e financeiros com as obras para este fim entra em descompasso com a pouca atenção que chega à irresponsabilidade, inclusive de órgãos públicos, para com uma série de prejuízos ou efeitos negativos socioambientais provocados pelo processo de instalação das usinas voltadas para este fim.

5.2 Contradições encontradas

Ao passar por essa breve narrativa das formulações, fica a interrogação diante de tanto acúmulo, porque ainda vivenciam-se casos na atualidade de negação há essas populações?

Pode – se afirmar que existem vários motivos, mas talvez o mais relevante entre eles, deriva da estrutura do Estado que é de natureza burguesa.

Engels, 1829-1895 mostra que:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida (1984, p. 229).

E dessa forma, carrega consigo essa contradição de não garantir a classe trabalhadora, os direitos as populações atingidas. Sob este viés, que se entende porque apesar de tantas formulações para o tratamento elas não são aplicadas. Todavia, fica claro também que as conquistas que os atingidos tiveram em vários locais, foi fruto da organização e pressão popular.

Ao mesmo tempo, que essas conquistas no plano do Estado, foram como

nos lembra Miliband,(1972), “[...] uma mitigação, constitui de fato umas das mais importantes atribuições do Estado, um parte intrínseca e dialética de seu papel de guardião da ordem social. Não o bastante a reforma fica sempre e necessariamente fica muito aquém da promessa que pretendia cumprir” [...] (p.328).

Com essa premissa alguns elementos são trazidos a tona, outros precisam ser aprofundados em estudos posteriores para a identificação das contradições.

Reforça-se aqui que a transferência dos bens públicos ao empreendedor privado apenas aprofundou o fosso de negação de direitos. Em decorrência disso, assistimos a incipiente participação da sociedade nas decisões que envolvem o setor, além de uma decisão de racionalidade puramente econômica de minimizar ao máximo as despesas para o tratamento as questões sociais e ambientais porque o objetivo final das empresas capitalistas que atuam no setor é o lucro da mercadoria energia elétrica.

Transferência dos bens públicos a iniciativa privada.

O texto apresentado até aqui traz uma série de exemplos das mudanças ocorridas no setor nessa perspectiva. A base dessa mudança encontra justificativa nas contradições nas relações de produção capitalistas que provocaram a reorganização institucional aplicada não só no Brasil, mas em outros países da América Latina.

Na tentativa de síntese, a transição de um modelo de serviço público estatal centralizado para um modelo descentralizado e "flexível", com prestadores públicos e privados disputando um mercado ao mesmo tempo "aberto" e "regulado", tal como ocorrera noutros serviços de utilidade pública neste período, refletiu o alinhamento as teses neoliberais do chamado Consenso de Washington (BATISTA, 1994).

Lima, (2002) denomina que este período foi mais que privatização foi desnacionalização. Para demonstrar sua tese, ele utiliza o setor elétrico como exemplo:

[...] até recentemente quase todo nacional, houve um retorno à situação que prevalecia antes da Revolução de 1930, quando a maioria das energéticas era estrangeira. A Escelsa (ES) virou portuguesa; a Eletrosul (RS) ficou belga; a Cerj (RJ), chilena; a Coelce (CE), espanhola; a Coelba (BA), espanhola; a Celpe (PE), espanhola; a COSERN (RN), espanhola; a Cesp-Bandeirante (SP),

portuguesa; a CEE-NNE (Norte e Nordeste do RS), norte-americana; a CEEE-CO (Centro-Oeste do RS), norte-americana; a Eletropaulo, norte-americana; a Elektro, norte-americana; e a Cesp-Paranapanema (SP), norte-americana. E tudo vendido com financiamento do BNDES, via Fundo de Amparo ao Trabalhador. (LIMA, 2002, p 28).

Outro autor reforça afirmando que “o Estado foi reduzido ao mínimo para o social – saúde, educação, habitação, transporte, trabalho etc., mas foi aumentado para o capital financeiro” (LESBAUPIN, 2007).¹³⁰

Além disso, ao transferir as empresas estratégicas para o comando da iniciativa privada, limita o Estado exercer algum controle sobre elas e sobre suas definições econômicas, inclusive de remessas de dividendos aos acionistas em vez de investir no país como têm agido algumas das empresas privadas do setor elétrico. Lima (2002) vai afirmar que “vender empresa estratégica, entregar setores econômicos inteiros ao estrangeiro é comportamento que priva o Estado de instrumentos vitais ao desenvolvimento do país, significa alienar a soberania nacional” (p 27).

Incipiente participação.

A luz de Vainer (2009) que questiona a “participação” da sociedade nos processos decisórios seja no planejamento, implantação ou execução de obras ou ainda nas definições sobre o conjunto do setor elétrico.

Para citar um exemplo, na elaboração do planejamento energético Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE (2007 – 2008) segundo o autor, dezesseis empresas participaram do processo denotando a falta de participação e envolvimento da sociedade.

[...] Para o desenvolvimento dos estudos foram realizadas reuniões sob a coordenação da EPE, com representantes dos agentes setoriais públicos e privados cuja finalidade foi discutir as diretrizes propostas, os critérios e procedimentos e as avaliações socioambientais. Dezesseis empresas participaram do processo, envolvendo cerca de 50 profissionais. As Concessionárias que participaram foram: CEEE, Celg, Cemig, Cepel, Cesp, Cteep, a Chesf, a Copel, Eletrobrás, Eletronorte, Eletrosul, Furnas, Grupo Rede e MME. [...] está muito que longe de ser um instrumento de democratização do processo de decisão, de informação da nossa

¹³⁰ LESBAUPIN. I. A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil. Instituto Humanistas Unisinos. Entrevista. 13 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8843-a-vale-do-rio-doce-e-o-neoliberalismo-no-brasil-entrevista-especial-com-ivo-lesbaupin>>. Acesso em: 10 nov.2015.

sociedade e envolvimento da nossa sociedade. (VAINER, 2009, p. 50).

E ainda, as audiências públicas que são organizadas para discutir o projeto a ser implantado em uma determinada região, são uma espécie de ritual, onde a decisão de implantar já está definida. “Apenas a cumprir um ritual estabelecido por uma legislação e uma normatividade do processo de planejamento setorial, apenas um processo de legitimação de decisões já tomadas” (VAINER, 2009, p.50).

São utilizadas informações técnicas de linguagem inacessível, dificultando o entendimento da população em geral. Além disso, na prática são realizadas com tempo pré-determinado de início e fim; Algumas informações são omitidas, pois nem todas as dúvidas são respondidas. As informações que o empreendedor julga que podem ser disponibilizadas são respondidas por escrito depois de alguns dias, permanecendo as dúvidas a população local, que em sua maioria tem dificuldade de acesso a essas informações posteriormente. Para agravar, ultimamente, tem utilizado um aparato policial na realização das mesmas para conter os contrários aos projetos. Exemplo dessa aplicação, foi a audiência pública sobre a UHE Belo Monte em Altamira em setembro de 2009 ilustrada abaixo.

Figura 17 - Fotografia da Audiência Pública em Altamira, 2009



Fonte: Arquivo do MAB, 2009¹³¹.

Andréa Zhouri, (2011), pesquisadora da UFMG, estudiosa a 12 anos sobre

¹³¹MAB. Arquivo fotográfico. Secretaria Nacional. SP, 2009.

licenciamento ambiental faz uma síntese do que tem representado o licenciamento ambiental no Brasil. Para a pesquisadora:

[...] O licenciamento é desenhado sobre uma lógica desenvolvimentista. O processo se inicia quando já foram aprovados. A obra aparece como um fato inexorável. [...] As consequências do licenciamento são: Ausência de discussão falta de transparência, não há conhecimento prévio e aprofundado dos projetos, autoritarismo sem diálogo, sem pensar outras formas de geração de energia. [...] Os EIAs-RIMAs é uma cópia de uma das outras, tem tido, um verdadeiro mercado de EIA RIMA, pois é contratada pelo empreendedor que tem o objetivo de construir a obra, no qual minimizam os impactos, e desqualifica a peça final. Os estudos como rege o CONAMA/86 devem contemplar todas as alternativas tecnológicas inclusive confrontando o com a ideia de não execução do projeto. Na prática, há uma visão patrimonialista, contabiliza propriedades atingidas, ao invés de homens e mulheres, assim como, não leva em consideração populações a jusante da barragem. [...] As audiências públicas são um jogo de cena, não significa a incorporação das oitivas das populações atingidas. Acontecem muito tardiamente ao processo de licenciamento, as pessoas não tem acesso aos documentos. A sociedade não tem resposta sobre as questões que ela levanta no licenciamento. [...] Está havendo uma flexibilização no marco regulatório com a expedição de licença temporal, licença parcial. Há falhas no cumprimento das condicionantes que são empurradas para etapas seguintes, não são cumpridas na sua integralidade e postergadas [...]. (ZHOURI, 2011).

O próprio Banco Mundial também considera que a mesma tem deficiências:

Apesar da audiência pública ser um instrumento democrático de suma importância para a transparência e participação popular na tomada de decisões ambientais, a comunicação das apresentações, geralmente muito técnica e sem utilizar a linguagem popular e social adequada aos interessados presentes, gera conflitos desnecessários. Além disso, há casos em que as audiências têm se transformado em eventos políticos locais (interesses municipais e estaduais), ou com temática nacional, onde se pretende discutir assuntos como a matriz energética do país e não o projeto específico (BANCO MUNDIAL, 2008, p.40).

Ainda sobre essa questão a própria consulta aos povos indígenas, garantida pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, é ignorada, como pode ser observada no caso de Belo Monte, onde os indígenas foram consultados depois da obra estar decidida. Felício Pontes, Procurador Federal em 2011, numa entrevista afirma:

Considero desrespeito aos povos indígenas propor uma consulta feita após as obras estarem decididas. O sentido da Convenção 169 e da proteção constitucional aos povos originários é que exista o consenso entre os povos indígenas e tribais e o governo central dos países onde vivem esses povos, em caso de empreendimentos que afetem diretamente seus territórios. Como sabemos, terra para índio não é a mesma coisa que para os não indígenas. Para eles, significa sobrevivência, não propriedade. Por isso é essencial a proteção oferecida pela Convenção, porque constitui a única maneira de garantir a sobrevivência desses povos. Ao rebaixar a consulta a uma questão menor, sem importância, o TRF1 na prática atenta contra a sobrevivência dos povos indígenas. (PONTES, 2011).

No ano de 2014, quando tivemos a aumento dos preços da energia elétrica chegando a R\$ 822,33MW/h no mercado de curto prazo, vivenciou-se experiência semelhante de participação. A Aneel abriu audiência pública nº 054/2014, com o objetivo de elaborar definição do sobre os critérios para a definição dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD – para o ano de 2015, emitindo uma Nota Técnica nº 001/2014¹³². O resultado dessa solicitação foi de 36 contribuições, sendo sete de associações (Abiape, Abrace, Abraceel, Abradee, Abrage, Anace e Única), vinte e cinco de empresas, duas de instituições e dois de consultores individuais.

A definição em novembro de 2014, foi que o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD para o ano de 2015 deveria ficar entre R\$ 30 e R\$ 388,04. Ou seja, essa “abertura” para a discussão, é possível, mas de difícil acesso, visto as informações técnicas, que somente quem é especialista no setor consegue oferecer. Nesta lista fica claro quem participa na definição da regulação no âmbito da ANEEL. Outro fator é que como o setor está organizado para as demandas do mercado, a lógica é garantir lucros as empresas e não pensar sobre as necessidades e demandas da sociedade.

Outra linha de raciocínio pode ser ilustrada pela “criação de espaços de discussão” justificada pela falta de informação sobre o projeto hidrelétrico que pretende ser instalado em uma determinada região. Para superar essa deficiência está sendo promovido uma intensa estratégia de comunicação, organizada pelos

¹³² ANEEL. Nota técnica disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2014/054/documento/nt_001_2014_asd_sem_srg.pdf> Acesso em: 06 nov. 2015.

interessados na obra, como exemplo dessa prática, foi criado o Grupo Diálogo, inicialmente para atuar na região de Marabá (PA) em virtude do projeto UHE Marabá e mais recentemente o grupo foi deslocado para a região sudoeste do Pará (Itaituba), pois as usinas do Tapajós estão em ordem de prioridade no plano de execução de usinas hidrelétricas no próximo período. Essa estratégia de comunicação consiste em realizar reuniões nas comunidades, informar sobre a realização do projeto, como algo já definido, onde as famílias já devem ir pensando para onde devem ir futuramente¹³³, ou seja, ir preparando o terreno para a chegada do empreendimento, criando a necessidade da instalação da obra até mesmo para que algumas políticas públicas possam ser efetivadas. Todavia, a criação desses espaços de discussão tende a ser questionáveis, pois teria uma finalidade clara.

Cunha (2015), após fazer uma análise da atuação do Grupo Diálogo Tapajós emite a seguinte conclusão:

A retórica positiva sobre os projetos hidrelétricos tem um evidente objetivo de legitimar a ação empresarial de implantação das usinas no rio Tapajós, através da formação de uma opinião pública convergente ao discurso produzido pelos agentes hegemônicos, na busca por um apoio da sociedade em geral (CUNHA, 2005, p.16).

Lembrando que o grupo é financiado pelas empresas Eletrobrás, Eletronorte, EDF, Camargo Corrêa, Cemig, Copel, GDF SUEZ, Endesa Brasil e Neoenergia que está realizando os estudos de viabilidade e estudos ambientais das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá¹³⁴.

Ao tornar a energia a principal mercadoria, esta tem como princípio a busca do lucro e para isso há a minimização dos custos para o tratamento das questões sociais e ambientais.

Depois da reestruturação do setor o que tem acontecido é que as empresas que desejam construir as obras são também as que fazem ou contratam o estudo de impacto ambiental, (Karpinski, 2006), sendo utilizado posteriormente no processo licitatório, na elaboração dos EIAs/RIMAs, fazendo o levantamento do

¹³³ A autora acompanhou uma reunião realizada pelo do Grupo Diálogo Marabá na comunidade Vila Espírito Santo Município de Marabá, estado do Para em 2010. A comunidade está ameaçada pela UHE Marabá.

¹³⁴ Grupo de Estudos Tapajós Informações. Disponíveis em: <<http://www.grupodeestudostapajos.com.br/comunidade/>>. Acesso em: 16 nov.2015.

número de atingidos (MAB, 2004).

Segundo CORTEZ (2005, apud Karpinski, 2006 p. 03) “os EIAs, em muitos casos, limitam-se à justificação dos empreendimentos ao invés de apresentar seus verdadeiros impactos”. Afirma ainda que, no Brasil, “há uma verdadeira indústria de EIAs e RIMAs, que não estaria interessada em questionar os empreendimentos, mas sim justificá-los a qualquer preço, mesmo que para isso seja necessário omitir informações relevantes”(p 03).

Dessa forma as empresas trabalham sob a ótica do menor custo social possível, portanto, quanto menos atingidos foram reconhecidos nos locais, menos direitos, menos recursos serão deslocados para este fim.

As principais empresas construtoras dos EIAs/RIMAs são CNEC Worley Parsons Engenharia, vinculadas a Camargo Corrêa, a Leme Engenharia vinculada a Suez Tractebel, e a Engevix. Além de elaborar os estudos ambientais, elas têm participado da construção das obras porque as três têm como principal atividade a construção civil.

Estabelecem contratos com o setor privado e com o Estado. Uma reportagem realizada pela Agência Pública em 2015 demonstra que só de recursos da EPE, a Engevix recebeu de 2008 a 2015 R\$ 6,2 milhões, nas rubricas Estudos de Inventário para Expansão de Energia Elétrica e Planejamento do Setor Energético, de acordo com levantamento no Portal da Transparência do Governo Federal. Já a CNEC Engenharia recebeu, no mesmo período, R\$ 7,8 milhões, enquanto a Leme Engenharia, R\$ 5 milhões.

Outra informação levantada nessa mesma reportagem, é que das 71 hidrelétricas que entraram em operação desde o primeiro ano de governo Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1999, pelo menos 42 contaram com a participação das empresas Engevix Engenharia, Leme Engenharia e CNEC Worley Parsons Engenharia, sendo que elas foram responsáveis pelos estudos de impacto social e ambiental de 22 delas (AGÊNCIA PÚBLICA, 2015).

O decreto nº 7.432/10 foi importante, mas, sua regulamentação pela Portaria Interministerial nº 340 de 1º de junho de 2012, trouxe um retrocesso, quando estabeleceu que as empresas privadas podem fazer o cadastro das famílias e que o mesmo pode ser realizado "preferencialmente antes da concessão da licença prévia", mas pode ser feito durante a construção ou, até mesmo, momentos antes de fechar o lago da usina. Isso significa reproduzir o que

já vem sendo feito pelas empresas do setor elétrico, ou seja: termina-se a construção da barragem, e não se sabe quantas pessoas e famílias são atingidas (MAB, 2012).

O tratamento a essas populações tem sido brutal, como a negação de ser reconhecido a ter indenização, uma vez que o conceito de atingido não é aplicado, não tendo critérios claros, ficando sob a responsabilidade do empreendedor definir quem terá direito ou não. A afirmação de um diretor de um consórcio ilustra o tratamento as populações “Atingido é uma coisa, com direito é outra”. Ramon Ruediger, Diretor da Enercan/UHE Campos Novos, 2005¹³⁵. Vivencia-se a queima das casas das famílias para a “limpeza” da área¹³⁶ como na UHE Belo Monte, no PA, em Foz do Chapecó na divida do RS e SC entre outros, elucidam o que vem ocorrendo.

É importante lembrar que as compensações aos atingidos são monetarizadas nos custos de investimentos, referenciando os preços de venda da energia elétrica e as respectivas receitas dos empreendimentos, portanto, se as compensações forem evitadas os custos de investimentos reduzem e como as receitas não mudam, as taxas internas de retorno aumentam e tornam-se extraordinárias (MAB, 2015).

Sobre os impactos ambientais causados na construção de usinas hidrelétricas, por exemplo, Balbina, Tucuruí, Campos Novos, pode ser aprofundado em (ZEN, 2004¹³⁷, MAGALHÃES, 2007¹³⁸, FEARNSSIDE, 2015¹³⁹), o

¹³⁵ Fala do diretor do consórcio em 2005. KROEGER J. Justiça por água abaixo. IN: **Revista Caros amigos**. Edição 101, 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/08/327579.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹³⁶ AUGUSTO. D. Polícia e empresas intimidam moradores em área da barragem Foz do Chapecó. **Agência Notícias do Planalto**, São Paulo, 16/01/07. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/1920>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BRUM. E. Vítimas de uma guerra amazônica. **EL PAIS**, 22 set. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PARTIDO VERDE. Clipping de notícias: Perguntas e respostas sobre a usina hidrelétrica de belo monte. 26 out.2015. Disponível em: < <http://pv.org.br/2015/10/26/perguntas-e-respostas-sobre-a-usina-hidreletrica-de-belo-monte/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

¹³⁷ ZEN. E. L. **Fraude em estudo garantiu licença para construção de hidrelétrica**. 2004, Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/10/barragrande-crime.html>>. Acesso em: 11 nov.2015.

¹³⁸ MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.

¹³⁹ FEARNSSIDE P.M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras** Editora do INPA, Manaus, 2015.

Banco Mundial em 2008 sob a perspectiva empresarial, faz sugestões ao governo brasileiro propondo um *balcao único* emitindo uma única licença para que o empreendimento pudesse ser instalado e pudesse operar. “O modelo integrado de licenciamento, no qual os termos de referência do processo são definidos em conjunto e antecipadamente com todos os agentes que participam do processo” (2008, p.62). Nos seus argumentos a existência de três licenças, “contribui para transferir, repetir ou reintroduzir conflitos sem resolvê-los objetivamente em cada etapa de cada uma das licenças (LP, LI e LO), gerando incertezas”. Este procedimento já é recorrente em outros países como os Estados Unidos.

Num documento denominado “Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro”(MAB, 2004) a organização vai elencando que o levantamento de informações não é confiável quanto ao numero de atingidos visto que, a própria empresa que deseja construir e integra a equipe de levantamento de dados; a definição do conceito de atingido conforme critérios próprios de cada consórcio onde minimizam a quantidade de famílias atingidas; optam utilizar o tratamento individualizado com cada família, desrespeitando, deslegitimando a organização das famílias; a mesma empresa utiliza critérios diferentes para reparação das populações além de perseguir e criminalizar as lideranças que buscam os direitos das famílias (MAB, 2004).

Para termos um exemplo a Suez Tractebel controla várias usinas hidrelétricas e estabelece tratamento diferenciado em cada obra, na barragem de Itá (RS) as famílias atingidas na área rural conquistaram um módulo mínimo de terra, em Cana Brava as famílias nem sequer terra receberam (MAB, 2004). Em São Salvador (TO) 12 % das famílias foram reassentadas com 80 ha para proprietários e 27,3 ha para familiares sem terra. Na usina Estreito (TO, MA) 4% das famílias foram reassentadas com 40 ha para os proprietários e 12 ha para as famílias sem terra¹⁴⁰.

O exemplo acima citado, reforça a análise de que após a reestruturação do setor houve um retrocesso nas indenizações das populações atingidas (MÜLLER,

¹⁴⁰ Informações retiradas de notícias de sites e reportagens, Fórum Carajás e Repórter Brasil. MAIA, S. UHE Estreito: Famílias negociam desocupação em área de barragem no MA. São Paulo. In: **Fórum Carajás**. Disponível em: <<http://forumcarajas.org.br/portal.php?noticia&mostra&2283>>. Acesso em: 11 nov. 2015. CAMARGO B.; HASHIZUME M. Atingidos pelas obras de hidrelétrica enfrentam incertezas. 31/07/2008. IN: **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

MORAIS, 2014). A introdução do modelo político-econômico neoliberal na década de 1990 refletiu diretamente sobre a política dos remanejamentos e, conseqüentemente, sobre a população atingida. O processo de privatização e o modelo das concessões diminuiu a possibilidade de gestão e controle estatal sobre o setor elétrico, bem como sobre a política do remanejamento, que foi repassada exclusivamente ao controle das empresas privadas responsáveis pela exploração de cada UHE.

Muito do que havia sido conquistado pelos atingidos na década de 1980 foi colocado em risco pela lógica empresarial adotada no setor elétrico na década de 1990. Atualmente a pouca atenção das empresas e de órgãos estatais fiscalizadores, que chega à irresponsabilidade para com uma série de prejuízos ou efeitos socioambientais provocados pela instalação de UHEs permite concluir que a privatização do setor elétrico e o modelo de concessão influenciaram de maneira negativa a política de remanejamento dos atingidos. Podendo se falar em um significativo retrocesso se comparado a tempos passados (MÜLLER, MORAIS, 2014).

Em linhas gerais há pequenas variações quanto ao tratamento aos atingidos por estes empreendimentos. No caso dos atingidos pela UHE Estreito pode-se considerar que houve o reconhecimento dos pescadores como categoria atingida em 2010. Embora as compensações fossem pífias, como observado por Hohn; Tommaselli (2014).

5.3 Da denúncia ao anúncio - proposta orientadora

Fruto da contradição entre como deveria ser o tratamento feito e de como ele efetivamente acontece, as populações vem denunciando o que vem ocorrendo nas obras e dessa forma propondo ações de como deveria ser o tratamento aos atingidos. Propor linhas de ações para o tratamento das populações atingidas por estes empreendimentos é algo essencial para que a sociedade brasileira avance no processo de democratização, de transparência e acima de tudo nos direitos a um segmento da sociedade que até hoje aguarda por melhores condições de vida como o prometido antes da obra se instalar.

A experiência dos atingidos chegou a formulação de uma Política de

Direitos das Populações atingidas por Barragens-PNAB (MAB, 2013)¹⁴¹ que trata da definição de direitos, de um marco legal, de órgãos do Estado responsáveis com a participação dos atingidos e fontes de financiamento para garantir além dos passivos deixados até então, uma política clara quanto a reterritorialização deste público. Para o MAB todos os que virem a ser sujeitos a impactos devem ser considerados atingidos pela:

- I – perda da propriedade ou da posse de imóvel;
- II – perda da capacidade produtiva das terras da parcela remanescente de imóvel parcialmente atingido;
- III – perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros;
- IV – perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente;
- V – prejuízos comprovados às atividades produtivas no local e entorno da barragem;
- VII – prejuízos comprovados às atividades produtivas à jusante, no entorno e à montante do reservatório, que afetem a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações; ou
- VIII – outros eventuais impactos diretos ou indiretos, incluindo os provocados sobre os meios e modos de vida das comunidades que acolherão os atingidos reassentados;
- VI – inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações. (MAB, 2013, p. 20 e 21);

E desse modo a definição da forma de reparação às populações atingidas por Barragens deve ser:

- a) reposição, quando o bem ou infraestrutura destruído ou a situação social prejudicada são repostos ou reconstituídos;
- b) indenização, quando a reparação assume a forma monetária;
- c) compensação, quando se oferece outro bem ou outra situação que, embora não reponha o bem ou situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais; e
- d) compensação social, quando assume a forma de benefício material adicional às três formas de reparação anteriores, a ser concedido após negociação com o Comitê Local da PNAB, como forma de reparar as situações consideradas imensuráveis ou de difícil mensuração, como o rompimento de laços familiares, culturais, redes de apoio social, mudanças de hábitos, destruição de modos de vida comunitários, danos morais e abalos psicológicos, entre outros. (MAB, p. 21 e 22).

¹⁴¹No anexo II está toda a proposta organizada pelo MAB.

Com a Criação da Conta PNAB que financiará a política de direitos.

Na fase de estudo de viabilidade de um projeto a EPE ao fixar o preço de referência, deverá incluir o preço para o investimento social. Dessa forma, o vencedor do leilão fica obrigado a executar integralmente o valor estabelecido, a qual integrará a tarifa de energia elétrica.

O empreendedor responde pela integral implementação das ações mesmo que os custos reais superem o valor mínimo estipulado.

Os planos de recuperação e desenvolvimento social para as populações serão executados tendo validade para empreendimentos já construídos que tem um passivo social e ambiental e para futuros através:

Orçamento Geral da União;
Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE,
Fundos especialmente constituídos pelo governo federal com a finalidade de efetivar a PNAB;
Recursos dos agentes financeiros oficiais,
Incentivos e Benefícios Fiscais. (MAB, p.27)

E por fim, a criação de um órgão responsável pela política com a participação dos atingidos.

A criação de um “Conselho da Política Nacional dos Direitos dos Atingidos”, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação da política (p.27).

Este conselho seria composto por membros da sociedade civil indicados pelo MAB.

Em toda barragem sujeita a licenciamento ambiental, desde a etapa inicial de planejamento da obra, será constituído um Comitê Local da PNAB, responsável pelo acompanhamento fiscalização e avaliação do programa de direitos das populações atingidas (MAB, 2013).

Essa foi a proposta acumulada, todavia, na regulamentação do decreto nº7.342/2010, o conceito de atingido que está regulamentado restringe sua delimitação quando limita ao polígono empreendimento.

Sobre a regulamentação do decreto (Vainer, 2010)¹⁴² comenta o mesmo afirmando que:

¹⁴²Em 2010, Carlos Vainer comenta decreto sobre cadastramento de atingidos por obras de barragens. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L_dH6P4rQ6k>. Acesso em: 08 nov. 2015.

[...] o decreto é um avanço porque amplia o conceito de atingido, as pessoas passam a ser reconhecidas como portador de direitos a uma reparação, [...] mas é insuficiente, porque falta explicar como reparar essas pessoas? [...] Ele é ambíguo sob alguns aspectos. [...] Ainda não está definido o direito a consulta ao cadastro não está definido, os critérios de constituição a esse cadastro não estão claros. Constitui-se uma comissão interministerial sem a participação da sociedade civil [...]. (VAINER, 2010).

A PNAB ainda não foi aprovada. Todavia, a incorporação dessa política por parte do Estado, vai exigir um intenso esforço das populações que exigem essa política para enfrentar uma correlação de forças desproporcional, que não está disposta a abrir mão de seus resultados. O MME divulgou seu parecer contrário a criação da PNAB em julho de 2015.¹⁴³

As razões para isso são variadas e dependendo do lugar que se ocupa são embasadas em diferentes formas de olhar o mesmo objeto. Alguns elementos se evidenciam, entre eles:

O atual Sistema Institucional composto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Planejamento Energético (EPE), Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS), Ministério de Minas e Energia (MME), Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), entre outros, que planeja, regula, fiscaliza, opera e organiza comercialmente a cadeia, está capturado e subordinando, cada vez mais para atuar exclusivamente no atendimento dos interesses privados. Dentre as instituições do Estado que trata da política energética, o MME por ter uma centralidade nas decisões, tornou-se um espaço de disputa política com hegemonia do pensamento liberal, onde os grupos capitalistas conseguem imprimir suas diretrizes em detrimento de toda a sociedade. Miliband (1972) “[...] o Estado, é antes de mais nada e inevitavelmente o guardião e protetor dos interesses econômicos que nela estão dominando. Seu objetivo e missão real é assegurar o seu predomínio continuado e não impedi-lo” (p.322).

A possibilidade de participação da sociedade nas questões de definição estratégica como o setor elétrico, através de colegiados em diferentes escalas e funções, obriga a discutir no fundo questões estruturais como a reestruturação dos

¹⁴³Ministério de Minas e Energia. **Nota Técnica** 28/2015- AESA/SE-MME.

espaços institucionais já estabelecidos, que promoveria a discussão da necessidade, do ritmo da exploração e da distribuição da riqueza gerada para o conjunto da sociedade, através de diferentes mecanismos em amplos processos de discussão.

Discutir os direitos dos atingidos significa pensar ações que vão de encontro com a política atualmente aplicada no setor, visto que ela exigiria a destinação de recursos específicos a este fim, contemplando a reposição, indenização ou compensação a esta categoria. Para isso, as atuais porcentagens destinadas às questões sociais e ambientais no planejamento de um projeto precisam ser revistas e isso promoveria um custo maior aos empreendedores do setor.

Ademais, a própria indenização virou um negócio dentro da construção de barragens, porque garante que empreiteiras construam os loteamentos para onde serão realojadas as famílias (MAB, 2014)¹⁴⁴. Como a proposta apresentada pela organização propões inclusive “VII - Implantar os projetos de reassentamento rural e urbano através de processos de mutirão e autogestão”¹⁴⁵ isso vai de encontro com a realidade atualmente aplicada e impediria possíveis lucros as empresas com essa operação.

Pensar uma política de direitos, significa abrir possibilidade de pensar mudanças estruturais na organização do setor. Pois, a discussão de implantar projetos destinados a fornecer energia para empresas que no fundo subordinam o país, o modo de planejar e de utilizar as fontes de energia, como simples produtores de matéria prima para o mercado nacional e mundial, na lógica da apropriação do lucro por poucos, sob a penalização de muitos, teria que ser drasticamente interrompida com a retomada do Estado no papel de planejador, investidor, fiscalizador de todos os ramos do setor.

Colocar a discussão da energia produzida num colegiado ampliado com representantes da sociedade abriria a possibilidade de discutir que toda energia contratada fosse destinada aos consumidores cativos, eliminado o mercado de curto prazo que tem utilizado esse espaço barganhando preços como forma de

¹⁴⁴ Movimento dos atingidos por Barragens. Começa expulsão das famílias urbanas atingidas por Belo Monte. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/come-expuls-das-fam-lia-urbanas-atingidas-por-belo-monte>> Acesso em: 10 nov. 2015.

¹⁴⁵ Ver o documento em anexo. Proposta de Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

transferência de riqueza e especulação financeira pela qual a classe trabalhadora vem pagando preços altíssimos.

Se a energia é destinada a sociedade a mesma tem o papel de contribuir com os custos dessa geração, utilizando o critério de quem usa mais paga mais. Na atualidade não são contabilizados todos os custos e como as empresas consomem grande parte da energia gerada, a população paga sozinha parte desses custos, pois as grandes empresas recebem energia subsidiada, o que produziria entre outras coisas, um pagamento igualitário entre os usuários.

Além disso, provocaria a possibilidade de se pensar que a energia produzida poderia ser de diversas fontes conforme realidade e necessidade regional, garantindo o bem estar da população nas diversas escalas. Dessa forma, a energia produzida teria que atender em primeiro lugar as pessoas em todo o território nacional, garantindo-lhes qualidade de vida, com qualidade de acesso e preço adequado garantindo a manutenção e os investimentos necessários no setor, a partir do custo de produção real.

A compensação pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) deveria atender prioritariamente às políticas públicas de saúde, saneamento, habitação, educação, cultura, transporte, ou seja, com o desenvolvimento endógeno das comunidades, municípios, promovendo o desenvolvimento da indústria nacional, gerando emprego e renda e sua base de cálculo deveria ser refeita.

Na percepção do mercado, a aplicação da política nacional para os atingidos “afugentaria os investidores” porque exigiria que uma parte do lucro fosse remetida a uma Conta PNAB, que garantiria os passivos deixados pelo setor até então. O argumento utilizado de que a aplicação da PNAB sobrepõe decisões já tomadas em instâncias existentes, colocaria na mesa a possibilidade de avaliações, se as decisões cumpriram objetivo para determinados fins. Pensar outros fins exigiria outras decisões, outra política, outro uso dessas fontes.

O Estado mesmo sendo da classe que está no poder, se comportaria como um ente que dirigiria conforme uma determinação coletiva, pensando a soberania de seu povo conforme a real necessidade.

Provavelmente haveria mais argumentações, mas o importante aqui é ressaltar que ainda não está definido e só a permanente luta popular poderá desencadear um processo inclusive melhor do que este já acumulado.

A proposta ainda não está finalizada, ela é uma permanente construção

que se dará no cotidiano dos entraves entre o capital e o trabalho, entre os setores empresariais e os trabalhadores, numa intensa disputa entre projetos, de um lado os que buscam o incessante lucro e de outro os que se propõe pensar a energia com soberania, distribuição da riqueza com controle popular.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do conjunto de informações apresentadas até aqui, a missão agora é reafirmar alguns elementos e aprofundar outros como aprendizado deste processo de elaboração.

Como observado no início do texto, as mudanças que ocorreram com a reestruturação do setor elétrico brasileiro, foram baseadas a partir das contradições imprimidas dentro das relações de produção do sistema capitalista e promoveram a reorganização institucional e assim, promoveram a transferência para a iniciativa privada de grande parte das instalações realizadas pelo Estado até então, sobretudo na geração e na distribuição de energia. Como resultado dessa reforma, o setor passou a ter vários negócios administrados e operados por agentes distintos. As novas obras na sequência foram capitaneadas, sobretudo, por grandes corporações multinacionais.

Essa mudança se deve especialmente pelo conjunto de condições instaladas no país que permite a geração de valor e lucros extraordinários às empresas que atuam neste segmento. Dessa forma, sua territorialização se dá com a formação de oligopólios na geração e monopólios na transmissão e distribuição, atuando em todo o território nacional espacializando-se em diversos ramos do setor, penetrando sua hegemonia mercadológica.

Sevá (2008), neste sentido afirma que:

Quando analisamos um conjunto de obras, num certo período da história do país, feitas ao mesmo tempo em diversas regiões, fica a certeza de que elas expressam métodos de conquista política e de colonização cultural por parte de forças capitalistas externas associadas às internas, visando à ampliação de sua hegemonia. (SEVÁ, 2008, p.47).

A atuação de empresas transnacionais no território brasileiro após a reestruturação do setor fica evidente quando se analisa, por exemplo, quem são os atuais donos da bacia hidrográfica do rio Tocantins. Nessa bacia atuam as seguintes empresas: Tractebel, que é de origem franco-belga, controlada pela GDF SUEZ¹⁴⁶; a EDP, controlada pela EDP Energias de Portugal S.A, uma das

¹⁴⁶Tractebel: Maior produtor independente de energia do mundo, com uma capacidade instalada de 117 GW, e que atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção

maiores operadoras europeias no setor energético; a Vale, uma empresa mundial que está nos ramos da mineração, energia, logística; a Alcoa Alumínio¹⁴⁷, uma das três maiores empresa de alumínio do mundo, com sede nos Estados Unidos; a CPFL, controlada por acionistas nacionais, dentre eles um expressivo grupo brasileiro (Camargo Corrêa) e os maiores fundos de pensão do país e também por *free float* (uma quantidade de ações de negociação livre no mercado) e ao Estado cabe a CEB (Companhia Energética de Brasília), que tem como principal controladora o Governo do Distrito Federal, Furnas e Eletronorte, que são *holdings* da Eletrobrás.

Lênin (1916), usa o conceito de imperialismo para definir a fase monopolista do capitalismo, que incluem cinco traços fundamentais:

A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais diferentemente da exportação de mercadorias; adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1916, p. 41).

Embasado em Lênin (1916), pode-se afirmar que na bacia do rio Tocantins há a consolidação do imperialismo, com a fusão da indústria nacional e mundial e do mercado especulativo financeiro, que vê nesses empreendimentos, locais concretos de investimento e retorno garantidos, conforme os contratos de

quanto no transporte, distribuição e comercialização, em eletricidade e gás natural. No Brasil seu parque gerador é composto por 27 plantas, todas operadas pela Companhia, das quais nove são hidrelétricas, cinco termelétricas e treze complementares: três a biomassa, seis eólicas, três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e uma solar. Entretanto, a capacidade instalada operada pela Tractebel é de 8.747,9 MW, pois quatro dessas usinas são exploradas comercialmente por meio de parcerias com outras empresas: Usina Hidrelétrica Itá, Usina Hidrelétrica Machadinho, Usina Hidrelétrica Estreito e Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

¹⁴⁷ Alcoa no Brasil desde 1965, atua em toda a cadeia produtiva do metal, desde a mineração da bauxita até a produção de transformados e de alto valor agregado. A companhia possui seis unidades produtivas e três escritórios distribuídos no Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal, além de ser acionista da Mineração Rio do Norte (MRN) e de quatro usinas hidrelétricas: Machadinho e Barra Grande na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão em Goiás; e Estreito, entre o Maranhão e Tocantins. Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/home.asp>. Acesso em: 30 mar. 2015.

concessão, a partir do trabalho dos trabalhadores.

O que está em disputa nesse território, entendido aqui a partir do conceito de Raffestin (1993) como relações de poder, é quem vai se apropriar/ dominar /determinar o uso desse território. Fica claro que nessa configuração, as empresas citadas acima, tem grande influência e determinam o uso do território. No conjunto das cinco empresas, fundamental é entender que a Suez Tractebel é quem coordena a UHE Estreito, por duas razões: por ter a maior parte das ações do consórcio e, também, porque na BRT ela lidera com 29% da energia firme/média gerada.

Do ponto de vista econômico, um cálculo aproximado do faturamento dessas empresas na bacia, verifica-se que está em disputa algo em torno de 6 bilhões de reais anuais. A Tabela 14 demonstra o faturamento das usinas no ano de 2014.

Tabela 16 - Faturamento das usinas da bacia do Rio Tocantins no ano de 2015¹⁴⁸

Usina	Valor R\$ leilão	Data do leilão	IPCA/dez. 2015	EF/m x 24x 365 x valor (R\$)
Lajeado	114,08	16/12/05	180,2	831 milhões
Cana Brava	131,05	29/06/06	206,6	494 milhões
São Salvador	135,01	10/06/06	211,2	403 milhões
Serra da Mesa ¹⁴⁹	156,70	02/04/14	162,00	952 milhões
Estreito	126,57	16/10/07	184,00	1 bilhão
Tucuruí	80,00	30/11/11	95,8	2 bilhões
Peixe Angical ¹⁵⁰	192,2 (2013)	23/12/02	204,5	472 milhões
Total				6 bilhões anuais

Fonte: CCEE (2015) - Produção: autora

Para se ter a exatidão dos números foram avaliados os contratos de venda nos leilões da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) em cada

¹⁴⁸ Disponível em: http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/inicio?_afLoop=193245509149947#%40%3F_afLoop%3D193245509149947%26_adf.ctrl-state%3D15vgbnxji_4. Acesso em: 05 maio 2015.

¹⁴⁹ Informação retirada em: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPEA3F03Q20140416> > Acesso em: 05 maio 2015.

¹⁵⁰ Informação retirada em: <http://edp.infoinvest.com.br/ptb/5400/13ENERPEIXEbal20148p.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

uma das obras. Para exemplificar, a energia da UHE Estreito foi comercializada à R\$ 184,00/MW (IPCA- /dezembro de 2015). Para fazer uma estimativa do faturamento médio da BRT utilizamos o valor do leilão de cada obra x 24 horas x 365 dias x energia firme/media. Assim os 6.750,58 MW/m geraram um faturamento de aproximadamente 6 bilhões de reais anuais e a tendência é uma estimativa de 180 bilhões de reais em 30 anos.

Ou seja, o que parece ser algo separado, específico de um local, está intimamente ligado a estratégia geral. E só é possível ter essa dimensão quando se olha o todo e dentro do todo se percebe a parte. Capra (2002) ajuda a entender essa relação. As empresas se organizam em redes descentralizadas compostas por unidades menores e ligam-se a redes de fornecedores, consultorias e prestadoras de serviços. Fazem alianças estratégicas com redes diferentes para executar empreendimentos. É possível identificar muitas fusões e aquisições o que permite que as empresas continuem crescendo enormemente (CAPRA, 2002).

O autor supracitado afirma que “nessa estrutura de rede não existe um centro real de poder”. Sobre este aspecto é importante ressaltar que pode - se ter dificuldade de localizar o centro real de poder, mas é importante considerar que o poder está concentrado nas unidades de negócio capitaneadas pelo capital financeiro, que lucram aproveitando-se dessa base natural vantajosa e do trabalho dos trabalhadores para ganhar na forma de lucro rentista.

Pode-se perceber que nos últimos 20 anos as empresas adotaram uma política agressiva de extração de subsídios financeiros e corte de impostos, eliminando restrições legislativas dos governos dos países onde operam (CAPRA, 2002) Essa afirmação é verificável no setor elétrico, na UHE Estreito com o exemplo do REIDI.

O capitalismo funciona em tempo real, movimentando-se rapidamente pelas redes financeiras internacionais. A maior parte dela é redirecionada para a meta-rede de fluxos financeiros. O ouro e papel-moeda são praticamente substituídos por produtos financeiros cada vez mais abstratos como ações sobre futuros (opções de compra numa data futura, com o objetivo de conseguir os ganhos financeiros previstos por projeções de computador), "fundos de *hedge*" (fundos de investimento, muitas vezes usados para comprar e vender quantidades enormes de moedas em períodos de poucos minutos a fim de obter

muito lucro a partir de uma margem pequena) e os "derivativos" (pacotes de fundos diversos que representam aglomerados de valores financeiros atuais ou potenciais) (CAPRA, 2002).

Esse *cassino global*, como fala Capra (2002), é orquestrado por grandes bancos de investimentos, fundos de pensão, empresas multinacionais e fundos mútuos, organizados especialmente com vistas à manipulação financeira na oportunidade frenética de oportunidades de investimento. Se gerar lucro, ele estará lá!

Assim o setor elétrico é um dos investimentos desses grupos e a mercadoria energia consegue ter uma capilaridade singular porque atende ao mesmo tempo vários objetivos, consegue ser matéria prima em processos produtivos e ser ela mesma ser a principal mercadoria.

Como se viu as usinas são construídas em grande medida para abastecer as empresas que precisavam de energia barata para ser utilizada como meio de produção. Com a especulação financeira que se vivenciou no mercado de curto prazo, a partir de 2012 abriu – se uma nova possibilidade de ganho extraordinário, que é vendê-la ao mercado cativo, o que vem desencadeando processos de antecipação na geração dessa energia nos canteiros de obras, como ocorreu nas usinas do Madeira¹⁵¹ em Rondônia. A organização institucional do setor permite este “plus” aos consórcios que conseguem minimizar o tempo de construção, e claro intensificando a exploração sobre o trabalho dos trabalhadores, antecipando a geração de energia. Essa expectativa continua sendo visualizada em projetos que ainda estão no papel como a UHE Itaocara no RJ, onde o consórcio vencedor do leilão planeja antecipar a geração de energia em 18 meses para vender no mercado de curto prazo¹⁵².

No que tange o setor elétrico na atualidade o aprimoramento constante leva cada vez mais a produção de tecnologias que possam auferir mais lucratividade as empresas que atuam nesse ramo. Já se ouve falar de medidores inteligentes de energia (Gonçalves, 2013) e o pré-pagamento de energia (ANEEL,

¹⁵¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/rio-madeira-usinas-hidreletricas-jirau-santo-antonio-receberao-mais-2-bi-para-elevar-2964474>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

¹⁵² Disponível em: <http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticia_Exclusiva.asp?id=109461>. Acesso em: 05 dez. 2015.

2014)¹⁵³. Estes exemplos merecem aprofundamento futuros de estudo e análises.

Com o estudo aqui elaborado, pode-se afirmar que a definição de se construir uma determinada obra é uma decisão política e econômica, muitas vezes travestida de critérios técnicos, geralmente pautados por grandes corporações e a sociedade vai tomar conhecimento muito tempo depois.

Este estudo pode elucidar como a indústria da eletricidade foi se sobrepondo as dinâmicas territoriais antes existentes, impondo outro uso do território, outra conformação social e ao mesmo tempo uma apropriação privada a partir de um bem público, com a permissão do Estado.

As ações realizadas pelo consórcio durante a instalação da obra tiveram como finalidade ganhar apoio de segmentos influentes na sociedade nas diversas escalas. Esse apoio tem a ver com a estratégia geral das empresas de serem bem vistas por outros segmentos para poder ganhar terreno em outros negócios em novos espaços. A ilustração do Território Energético demonstrado neste texto, a partir do exemplo da Suez Tractebel é uma forma de comprovar essa dimensão onde articula numa rede simultaneamente o local e o global.

O estudo da UHE Estreito permite compreender que o conflito que envolve a questão territorial não se resume a uma questão de área delimitada, as famílias que foram desterritorializadas e precisaram sair para dar lugar ao lago. Mas a nova territorialidade¹⁵⁴ que foi constituída ali a partir da instalação da obra. Portanto, não é suficiente discutir planos de indenização as famílias atingidas, mas a posse pública dela. - o direito que a sociedade tem de determinar /pensar o uso da energia produzida. A obra em si, é a demonstração da capacidade humana de desenvolver tecnologias capazes de satisfazer as necessidades dos trabalhadores na atual fase da sociedade, por isso, o debate aqui não é da tecnologia e sim da apropriação e uso dela por parte de grupos capitalistas para fins de acumulação.

O estudo realizado até aqui conseguiu trazer alguns elementos para compreender o setor elétrico brasileiro. O estudo de caso da UHE Estreito foi importante para através dele pensar como atuam os diferentes agentes, estatais e

153Disponível

<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=7810&id_area=90>. Acesso em: 05 dez. 2015

em:

154Territorialidade entendida a partir do conceito abordado por Raffestin, (1993, p 162), sendo “a face vivida e a face agida do poder”.

privados no interior do setor, além de identificar as nuances do local ao internacional, a partir dos grupos capitalistas.

De elaborações sobre as questões sociais e ambientais o Estado orientado inclusive por forças multilaterais, como se observa, já tem uma quantidade expressiva de acúmulo. É necessário materializá-los garantindo que meio ambiente e grupos sociais sejam respeitados.

Discutir reparações junto às empresas para as populações atingidas tem sido extremamente difícil no atual momento, pois são muitos os obstáculos que se erguem, desde a falta de regulamentação de uma política no tratamento a essas populações no âmbito do Estado à medidas que fazem com que as regras já instaladas sejam cumpridas. Os consórcios não querem abrir mão de parte de seu lucro, pelo contrário, estão permanentemente buscando novas formas de auferir mais. Mais difícil ainda, tem sido quando se propõe mudanças estruturais na política implantada, por exemplo, para rever o preço que os consumidores cativos pagam pela energia. O Estado se coloca ininterruptamente ao lado do capital, afirmando que isso não está em debate.

Gramsci (1971, apud Harvey 2005, p 88), vai lembrar que “para preservar sua hegemonia na esfera política, a classe dirigente talvez tenha de fazer concessões que não são de seu interesse econômico imediato. Gramsci afirma, no entanto, que não há dúvida de que tais sacrifícios e tais concessões não tocam no essencial!”.

Os atingidos por barragens em cada local assim como a sociedade brasileira que também é atingida, precisa ter claro que a busca pelos direitos perpassa pelo enfrentamento direto ao imperialismo e a esse Estado que tem atuado cada vez mais com violência sobre essa parcela da população que questiona esse modelo. Dessa forma, pensar o território da energia sob uma nova ótica é papel dos trabalhadores e trabalhadoras que exige simultaneamente uma ação coletiva para transformá-la e que com certeza exigirá grande dedicação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Yolanda. Vieira de. **A Reestruturação e Privatização do Setor Elétrico Brasileiro: questões e perspectivas**. 1999. 184 f. Dissertação (Mestrado em Energia)-Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

AHE MARABÁ COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO – **Cartilha Dúvidas e Perguntas sobre a UHE Marabá**. Projeto Diálogo, 2010.

ARAUJO, Elis et al. **Redução de Áreas Protegidas para a Produção de Energia** Belém: Imazon, 2012. p. 14. Disponível em: <[http://www.imazon.org.br/Nota_tecnica_Tapajos_10mai2012%20\(1\).PDF](http://www.imazon.org.br/Nota_tecnica_Tapajos_10mai2012%20(1).PDF)>. Acesso em: 29 maio 2014.

A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: da primeira lâmpada a Eletrobrás. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

ANAB- Associação Nacional dos Atingidos por Barragens. **As lutas dos atingidos por Barragens por Direitos Humanos**. 2013.

ANEEL- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 2ª ed. Brasília: Aneel, 2005.

ASSIS, William, Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 1ª edição. Curitiba- PR: CRV, 2014.

BARBOSA, Nair Palhano. **Setor elétrico e meio ambiente: a institucionalização da “questão ambiental”**. 2001. 240 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate**. 2008.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico**, Agosto 2004.

BATISTA, Lucione Souza. **Disputa territorial em função da construção da UHE**

São Salvador. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

BATISTA, Paulo, Nogueira. **O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino americanos.** 1994. In: Consulta Popular Cartilha nº7, São Paulo, outubro, 2005.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2021** Brasília, 2012.

_____ **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024** Brasília, 2015.

_____ **Plano Decenal de Expansão de Energia 2022: Balanço Energético Nacional,** Brasília, 2013.

_____ **Ano base 2012.** Rio de Janeiro: 2013.

_____ **Plano Nacional de Energia 2030.** Brasília:, 2007.

_____ **Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2012.** Brasília, março de 2013.

_____ **Nota Técnica 28/2015- AESA/SE-MME.** Brasília, julho 2015.

_____, Ministério do Meio Ambiente. **Procedimentos de licenciamento ambiental para implantação de Empreendimentos Hidrelétricos no Paraná.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/Procedimentos_LicenciamentoAmbiental_EHS.pdf >. Acesso em: 15 de out. de 2015.

_____,Ministério da Integração Nacional. **Manual operativo para reassentamento em decorrência de processos de desapropriação para construção de reservatórios públicos.** Brasília, 2006.

_____, Ministério da Infraestrutura; Secretaria Nacional de Energia; Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás. **Plano diretor de meio ambiente do setor elétrico 1991/1993** V.1. Fundamentos, Rio de Janeiro, 1990.

_____, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos (2014-2013). Série Estudos de demanda. Nota técnica 28/13.** Rio de Janeiro, dezembro 2013. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/S%C3%A9rie%20Estudos%20de%20Energia/20140203_1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/Procedimentos_LicenciamentoAmbiental_EHS.pdf>. Acesso em: 05 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 8.631, de 4 de Março de 1993. Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 Mar. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8631.htm>. Acesso em 06 maio 2014.

BRASIL. Decreto 915, de 06 de setembro de 1993. Autoriza a formação de consórcios para geração de energia elétrica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 set. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0915.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9427cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL. Decreto 1009 de 22 de dezembro de 1993. Autoriza a criação do SINTREL – Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1009.htm>. Acesso em: 06 maio 2014

BRASIL. Decreto 1503 de 25 de maio de 1995 Inclui empresas no Programa Nacional de Desestatização PND. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 maio 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1503.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 9074, de 07 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e

prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jun. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9074cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL, Lei 8.031 de 12 de março de 1990. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Revogada pela lei nº 9.491 de 09 de setembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 set. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm#art35>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL, Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 fev.1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL, Lei 9074, de 07 de julho de 1995 Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8.jul.1995: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9074cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL, Lei 9648, de 27 de maio de 1998. Altera dispositivos das Leis no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 8.666, de 21 de junho de 1993, no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no 9.074, de 7 de julho de 1995, no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 maio 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9074cons.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL, decreto 7342 de 26 de outubro de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de out.2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm>.

Acesso em: 02 out. 2015.

BRASIL, Lei 3365 de 21 de junho de 1941. **Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** 18 jul. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL, Lei 12.678 de 25 de junho de 2012, **Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 26 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12678.htm>. Acesso em: 01 out. 2015.

BRASIL CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA-CDDPH. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”** -Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Sumário Executivo. Brasília, DF, Novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/relatorios/relatorio-c.e-atingidos-por-barragens/view>>. Acesso em: 28 out. 2015.

BETTO, Frei. **Chantagem Energética: Energia a que preço?** In: Caros Amigos, São Paulo. Ano 17, n. 205, p.34, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/component/content/article/237-revista/edicao-205/4059-energia-a-que-preco>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BULLA, B. ARAÚJO C. **Programa Luz para todos fez 3,2 mi de ligações.** In: Jornal Estadão. POLÍTICA: São Paulo, Publicado 18 fev. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,programa-luz-para-todos-fez-3-2-mi-de-ligacoes,1131629>>. Acesso em: 20 maio 2015.

BALTHAZAR, Ricardo. **Veja quanto receberam os grupos mãos favorecidos pelo BNDES.** In: Jornal Folha de São Paulo. MERCADO: São Paulo, 08 ago. 2010. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2010/08/779517-veja-quanto-receberam-os-grupos-mais-favorecidos-pelo-bndes.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BERMANN Celio. **A energia hidrelétrica não é limpa, nem barata,** junho 2010. In: [www.VIOMUNDO.com.br](http://www.viomundo.com.br) Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/bermann-a-energia-hidreletrica-nao-e-limpa-nembarata.html>>. Acesso em: 20 de set 2015.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos avançados** 21 (59) 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10211/11812>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

BEZERRA, T. S de C; BEZERRA. J. C. **A usina hidrelétrica do Estreito-MA: análise de seus Espaços de influência sob a contribuição do trabalho de Milton Santos**. IN: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: Espaços de resistência e de esperanças/ Espaço de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, 25 a 31 julho 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=trabalhos.area> >. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRUM, Argemiro. J. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 7ª edição: Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1982.

CANDIOTTO, Z.P.L.; SANTOS, A. dos R. Experiências Geográficas em torno de uma abordagem territorial 2009, In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E.S (Orgs) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos, e conflitos**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular : Unesp. Programa de Pós –Graduação e Geografia, 2009. p.315 – 340.

CARVALHO, O.A. de. **Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas**. 2006. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação de Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária**. 2009. Disponível em: <http://acaoterra.org/IMG/pdf/3artigodomes_2009.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

CAPRA, Frijof. **As conexões ocultas: Ciências para uma vida sustentável**. Ed. Cultrix, São Paulo, 2002.

CECENÁ, Esther Ana. **Caminos y agentes del saqueo en America Latina**. Observatório Latinoamericano de Geopolítica. Instituto de Investigaciones, Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México. Disponível em

<<http://www.geopolitica.ws/article/caminos-y-agentes-del-saqueo-en-america-latina/>>. Acesso em: 01 mar.2015.

CNEC Engenharia S. A. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito**. São Paulo, 2002.

CNEC. EIA - **Estudo de Impacto Ambiental da UHE Estreito**. In: IBAMA (Ed.). EIA - UHE Estreito. Brasília: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2002.

CHAVES, P R; LIRA, E.R. **As relações sócio-territoriais na construção da usina hidrelétrica de Estreito-MA e sua (Re) produção no espaço urbano das cidades de Carolina- MA e Filadélfia-TO**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS — n. 39 — ano 21 — p. 45-54 — 2º sem. 2008.

CERVINSKI, G. C. **A Materialização do Modelo Energético Brasileiro na Bacia do Rio Uruguai**. Trabalho Conclusão Curso. Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo. IPPUR/ MAB/ UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

CESTE-Consórcio Estreito Energia Usina Hidrelétrica Estreito. Apresentação em Power Pont. 2011. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/9de99286-0c49-45ec-9c4b-c064f449b54b/127764.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9de99286-0c49-45ec-9c4b-c064f449b54b>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CNEC Worley Parsons Engenharia S.A.- **Estudo de Impacto Ambiental da UHE Estreito**, 2001.

_____ Cópia controlada 00 EG072.MA.00/RT.002 UHE Estreito-Ficha Resumo . Dezembro de 2001.

_____ Cópia controlada nºEG 072 MA00/RT001 EIA/ RIMA UHE ESTREITO, 2001.

_____ Cópia controlada nº4 MA135 MA/RT002 EIA/ RIMA UHE ESTREITO, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)**. UHE Tucuruí, Brasil. Relatório Final. Emilio Lèbre La Rovere; Francisco Eduardo Mendes.

Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente. Programa de Planejamento Energético. Instituto de Pesquisa e Pós Graduação de Engenharia: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CUNHA, L. C Anais do XXXVIII **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, 37, 2015, Rio de Janeiro. Relações de poder na política energética brasileira: análise dos materiais impressos do processo comunicacional do planejamento de hidrelétricas no Rio Tapajós. UFPA, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/indiceautor.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

CUT- Central Única dos Trabalhadores; CRAB Comissão Regional dos Atingidos por Barragens. **Terra Sim Barragens Não. 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**. 1989.

ELETRONORTE- **Apresentação AHE Marabá**. Câmara Municipal de Vereadores de Marabá, 23 de maio de 2013.

ENGELS, Friedrich. (1820-1895). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

FEARNSIDE P.M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras** Editora do INPA, Manaus, 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **A Expansão das Usinas a Fio d'Água e o Declínio da Capacidade de Regularização do Sistema Elétrico Brasileiro**, agosto 2013. Disponível em: <[File:///D:/Documentos%20Geral/Documents/2014/Disserta%C3%A7%C3%A3o/capitulo%202/Expans%C3%A3o%20das%20Usinas%20a%20Fio%20%C3%81gua%20\(1\).pdf](File:///D:/Documentos%20Geral/Documents/2014/Disserta%C3%A7%C3%A3o/capitulo%202/Expans%C3%A3o%20das%20Usinas%20a%20Fio%20%C3%81gua%20(1).pdf)>. Acesso em: 23 maio 2015.

FERNANDES, Bernardo M. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marco Aurélio. SPOSITO, Eliseu Saverio.(Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. V. p-.

_____. **Entrando no território dos territórios**. 2008c IN: Eliane Tomiase Paulino; João Edimilson Fabrini (ORG.) Campesinato e Territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v., p 273- 302.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**.

Revista Nera. Ano 8, nº 6 – Janeiro/junho de 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra**. Gramado: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária** (anais), 2004.

FERNANDES, João Luís Jesus. A desterritorialização enquanto risco antrópico. Análise a propósito da representação da insegurança nos filmes *Still Life*(2006) e *Home*(2008) p. 631-651. 2013. In: LOURENÇO, L.F.; MATEUS, M.A. **Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos. Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo**: Departamento de Geografia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro_homenagem_FRebelo/631_651>. Acesso em: 28 nov. 2015.

FERREIRA, D. T. A. M. **A Subjetividade e a Objetividade Atribuídas ao Meio Ambiente: O Caso da Usina Hidrelétrica de Estreito**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2013.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil** 2009. 344 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI** . GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.

_____. **Conhecendo a trajetória de organização dos atingidos por barragens**. 2010. Revista Caminhos de Geografia Uberlândia v. 11, n. 36 dez/2010 p. 113 – 128.

FOSCHIERA, Atamis Antonio; BATISTA, Lucione Sousa; JUNIOR, Antonio Thomaz. **Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por barragens: o caso do MAB/TO**. Revista Pegada –Outros Temas vol. 10 n.1 134 Junho/2009

FOSTER, Bellamy, John. O redescobrimto do imperialismo IN: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacionvirtual/20100715085310/ca2>>

1.pdf>. Acesso 02 fev. 2016

GARCIA, Ana. Saggiaro. Empresas Transnacionais Brasileiras: dupla frente de luta In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung (Org) **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GARCIA, Leandro. H.C. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro e a crise do racionamento (1981-2002)** 2011.72 f. Monografia (Graduação em Economia)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

GARZON, L.F. N. **Usinas hidrelétricas aceleram territorialização corporativa na Amazônia**, dezembro 2010. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5310&Itemid=79>. Acesso em: 27 set. 2014.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do setor elétrico brasileiro: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?** 2002. 246 f. Dissertação (Mestrado em Energia) -Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____ **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas 'fontes' e o controle dos excedentes. 2007.** 416p. Tese (Doutorado em Energia) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2007/teses2007.htm>>. Acesso em: fev. 2008.

_____ Apresentação em Power Point. **A questão energética: “energia’ e sociedade no capitalismo contemporâneo”**. Mestrado/Disciplina de Meio Ambiente e Energia, Guararema: ENFF/ UNESP, março de 2014.

HACKBART, Rolf (Org).**Dicionário Popular de Economia Política.** PEDEX-Programa Educativo Dívida Externa, São Paulo, 1993.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**, Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENC>

E_Rogério_HAESBAERT.pdf >. Acesso em: 27 set. 2014.

_____**O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____**Concepção de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43 – 71.

_____**Módulo: Novas territorialidades.** CPFL Cultura. [s.l.],2009 (aproximadamente 60 min). In: YOUTUBE Disponível em:<>. Acesso em: 02 out.2014

_____**Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO,I. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço.** São Paulo: Annableme, 2005.

_____**[Entrevista] 2011. Entrevistadora: Elizabeth Carvalho In: YOUTUBE. Vídeo (aprox. 23:33). Entrevista concedida ao programa Globo News Milênio. Vivemos em um sistema muito propenso a crises, afirma o geógrafo marxista David Harvey.** 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CdLWOD3Yaso>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

HEIDRICH, A.L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S.(Orgs) **Territórios e Territorialidade: teorias processos e conflitos.** 1ª ed. São Paulo Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós –Graduação em Geografia, 2009. P.271- 290.

HOHN, D.C; TOMMASELLI ,J.T. Os conflitos sociais entre o empreendedor e as populações atingidas pela construção da usina hidrelétrica: o caso da UHE de Estreito, 2014. IN: VINHA, C. S. J. F; ALMEIDA, J. A. L. (Orgs) **Residência Agrária: Reflexões e Práticas sobre o Desenvolvimento Territorial Camponês.** Incra/MDA/IPPRI/UNESP, 1ª ed, Presidente Prudente, 2015.

HOHN, D. C. **Anotações de aula** Curso de especialização em Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo –UFRJ/ MAB durante a disciplina Sociedade e Meio Ambiente, oferecida pelo professor Henri Acserlrad no segundo semestre de 2009.

HOHN, Rogério Paulo. **A construção de usinas hidrelétricas e os impactos na identidade e cultura do campesinato: um estudo de caso da barragem de Tucuruí- PA.** 2006. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração: Administração Rural e Agroindustrial) Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/ Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero- FUNDEP. Ronda Alta, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Metodologia para o Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens.** Brasília: IPEA, 2014.

KARPINSKI, Cezar. O Estudo de Impacto Ambiental e as Populações Afetadas por Usinas Hidrelétricas: o caso de Campos Novos e Barra Grande (Santa Catarina, 1987-2003), **Anais Eletrônicos da XIV Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM: empreendedorismo, inovação tecnológica e desenvolvimento regional.** Campinas: Associação de Universidades Grupo Montevideo: UNICAMP, 2006.

KROEGER J. Justiça por água abaixo. IN: **Revista Caros amigos.** Edição 101, 2005. Disponível em:
<<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/08/327579.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LEMOS J. C.B. **A implantação da Usina hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões: estudo sobre a territorialização de políticas públicas.** 2010 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LENIN, V. I. U. (1917) **Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo.** Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf> >. Acesso em: 03 nov. 2013.

LIMA, A. M.T. de. **A Implantação de Usinas Hidrelétricas no Tocantins: Processo Decisório, Participação e Experiência dos Agentes Envolvidos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2013. 145f.

LIMA. H. Consequências da “privatização” na herança que nos entregam. **Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois.** Ed.66, ago/set/out. p. 27, 28, 29, 30, 31. 2002. Disponível em:
<http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=169

&id_indice=1239>. Acesso em: 10 nov.2015.

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Elementos da conjuntura no setor elétrico nacional**. São Paulo, 2015 (texto digitado).

_____. **O Modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. Secretaria Nacional, São Paulo, 2011.

_____. **PNAB Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. Secretaria Nacional, São Paulo, 2013.

_____. **Afirmações Políticas do 7º encontro nacional do MAB. Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular**. São Paulo, setembro de 2013.

_____. **A crise do modelo energético. Construir um outro modelo é possível**. Caderno nº6, São Paulo, s/d.

_____. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular**. São Paulo, 2015.

_____. **Arquivo fotográfico**. Secretaria Nacional. SP, 2009.

_____. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro**. Secretaria nacional, 16/03/2004. Documento disponível em: <<http://www.alainet.org/fr/node/109597> >. Acesso em: 07 nov.2015. Ou ainda, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xFKUKMEdd-U&spfreload=10>>. Acesso em: 07 nov.2015.

_____. **Jornal do MAB**. Especial da Marcha, Águas pela Vida. Edição Especial, Julho 2004. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/marcha_2004.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2015.

_____. **TOCANTINS. Ofício 010/2012**, Palmas, 25 de Setembro de 2012.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.

MARINI, Ruy Mauro- **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo** In: Cuadernos Políticos, n12, Ediciones Era, México, abril - junio de 1997. Disponível em:<www.marini-escritos.unam.mx/pdf/acumulaciona.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Contribuições de Itaipu no processo de integração elétrica regional**. 2013 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MEDEIROS, G. M; MENDANHA, J.F.; ROCHA, M. M. Indenizações aos impactos da usina hidrelétrica do Estreito. IN: **III Encontro Latino americano Ciências Sociais e Barragens**. UFPA, Belém, 30 de nov. a 3 de dez., 2010. Disponível em:<<http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/prog.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MELLO, Arthur Octávio Pinto Barreto de. **Os Investimentos no Setor Elétrico**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético)- Coordenação dos Programas de Pós- Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MELLO, Henrique Couto Ferreira. **Setor Elétrico Brasileiro – Visão Política e Estratégica**. Monografia. ESG: Rio de Janeiro, 1999.

MELO, Nara Lopes de; CHAVES, Patricia Rocha. A construção da usina hidrelétrica de estreito e o processo de territorialização do movimento de atingidos por barragens – MAB IN: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: os desafios da geografia agraria nas contradições do desenvolvimento brasileiro**, Uberlândia-MG 15 a 19 de outubro de 2012.

MILIBAND, Ralph. **O estado na sociedade capitalista**. Tradução de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 1972.

MOTTER, R. Anotações do participante. **Seminário região sul para a Política energética** realizado em 20 e 21 de agosto de 2014 em Florianópolis. Organização: Plataforma de Energia.

MÜLLER, M.; MORAIS J. A de. Neoliberalismo e seus reflexos sobre o remanejamento de atingidos por usinas hidrelétricas. In: **2º Simpósio Nacional de Democracia e Desigualdade**, Brasília, 07 a 09 de maio de 2014. Disponível em:<http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=

4136>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ORNELAS, Raúl. Saberes de la dominación Panorama de las empresas transnacionales en América Latina Agenda de investigación In: CECENÃ, Esther Ana (Coord) **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2008.

PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cyntia Mara. **Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luis Eduardo Magalhães – TO**. Varia hist.vol.30 nº.53. Belo Horizonte May/Aug2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000200011>>. Acesso em: 30 out.2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P.; SIQUEIRA, Marcos César Alves. **Política social e Direitos Humanos sob o jugo imperial dos Estados Unidos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 119,p. 446-467, set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01016282014000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282014000300003>.

PINGUELLI, Luiz Rosa. **O apagão- Porque eu veio? Como sair dele?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

PINHEIRO, Daniele. de Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais: o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava**. 2006.109 f. Dissertação (Mestrado Planejamento Urbano e Regional.). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp033607.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

PINTO, Lúcio Flávio De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.7, n. 3, p. 777-782, set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a10v7n3.pdf> >. Acesso em: 07 set 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. **Tucuruí a Barragem da Ditadura**. Edição do Autor, Belém setembro 2010, 156 p.

PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA DA ENERGIA. **Propostas para um projeto energético popular: com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Compromissos com o povo brasileiro na Política Energética Nacional**. Brasília, set. 2014.

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA – PGR. **Degração da AUDIÊNCIA PÚBLICA. Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE (2008-2007)**, Brasília, DF, 18/02/2009 Disponível em: <<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/informes/mpf-realiza-audiencia-publica-sobre-energia>>. Acesso 11 nov. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA ECO 21, Edição 105, **Eletrintensivas gastam 30% de energia no país** Erik von Farfan. Editora Tricontinental, Rio de Janeiro, RJ agosto de 2005.

REIS, Maria José. **Projetos de grande escala e campos sociais de conflito: considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.96-126, Jan./Jul. 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

ROCHA, Cirineu. **Relatório UHE Estreito**, s/a.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Metamorfoses do Espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 249-273.

_____. Tradução Sandra Lencioni. A noção de espaço In: **O trabalho geográfico no Terceiro Mundo**. 5ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.p 69- 75.

SANTOS, Milton et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3ªed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, E. S. (Orgs) **Territórios e Territorialidades:**

teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós –Graduação em Geografia, 2009.

SAUER, Ildo. L. **O Novo modelo para o setor elétrico brasileiro**, São Paulo: Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo, 2002.

SAMPAIO, B. Mª Margarida. **Da privatização ao Apagão**. Florianópolis: Insular, 2001.

SEVÁ, Oswaldo. **Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade** In: Revista Ciência e Cultura vol.60 nº3. São Paulo, Set. 2008.p 44-50. Disponível em:< http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000300014&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 dez. 2015.

SIEBEN, A; CLEPS. J. J. **Política energética na Amazônia: a UHE Estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/ Babaçulândia (TO)**. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 24 n. 2, 183-196, mai/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/14516/pdf>> Acesso em: 20 maio 2015.

SILVA, Alexandra Borba da. **A mercantilização dos bens naturais no setor elétrico: O caso da UHE Barra Grande**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

SILVA, Alexandra Martins. **Mulheres em Movimento: Luta e Resistência contra Barragens**. 2007. 228 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

SILVA, Luis, Inácio Lula da. **Discurso do Presidente: Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar**. Brasília, 22 jul. 2009.

SOUSA, M. J. L. O território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, I. E de; GOMES P. C. da C; CORRÊA, R. L(Orgs) **Geografia: Conceitos e temas**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales scripta nova** Universidade de Barcelona N° 93, 15 de Julho de 2001.

_____. Geografia e interdisciplinaridade. **Espaço geográfico: interface natureza e sociedade**. Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, p. 43-53, jan./jun. 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de Atingido: uma revisão do debate e diretrizes**. IPPUR/ UFRJ. p. 01-23. Julho/2005.

VAINER C. B. In: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA – PGR. **Degravação da Audiência Pública. Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE (2008-2007)**, Brasília, DF, 18/02/2009 Disponível em: <<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/informes/mpf-realiza-audiencia-publica-sobre-energia>>. Acesso 11 nov. 2015.

VAINER, C. B. [Entrevista] 2010. **III ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS**. Vídeo (aprox. 3:54) In: YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L_dH6P4rQ6k>. Acesso em: 08 nov. 2015

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas –Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VIEIRA, José. Paulo. **Energia Elétrica como Antimercadoria e sua Metamorfose no Brasil: A Reestruturação do Setor e as Revisões Tarifárias**. 2005, 208 f. Tese (Doutorado em Energia) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO -TCU. **Relatório Sistêmico de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (Fisc-Energia Elétrica)**. TC 013.099/2014-0. Ata nº 15/2015 Data da Sessão: 29/4/2015. Disponível em: <http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/detalhes_noticias?noticia=5231116>. Acesso em: 10 maio 2015.

ZEN, E. L. **Movimentos Sociais e a questão de classe: Um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens**. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado em sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília Brasília, 2007.

ZEN. E. L. **Fraude em estudo garantiu licença para construção de hidrelétrica**. 2004, Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/10/barragrande-crime.html> >. Acesso em:

11 nov. 2015.

ZOURI. A. [Exposição] 2011. DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Seminário "A Hidrelétrica de Belo Monte e a Questão Indígena"**. In: YOUTUBE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=np0Ln9pzJ5E>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

WIZIACK J.; BRITO A. **Obras na Amazônia atraem 7 trens –bala**. Jornal Folha de S. Paulo, Mercado, p. A1, B1, B6, 16 outubro 2011.

Sites consultados

ANA – Agência Nacional de Águas. **Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia**. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/TocantinsAraguaia.aspx>>. Acesso em: 29 set. 2013.

AGENCIA DE NOTÍCIAS- REUTERS BRASIL. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPEA3F03Q20140416>>. Acesso em: 05 maio 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA.- ANEEL- **Banco de Informações de Geração (BIG)**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/energiaassegurada.asp>>: Acesso em: 30 abr. 2014.

_____. **Tarifas Médias por Classe de Consumo Regional e Brasil (R\$/MWh)**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/tarifamedia/Default.cfm>>. Acesso em: 06 maio 2014.

_____. **Relação de Usinas/Reservatórios/Compensação Financeira/ Área dos Municípios**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. **Nota Técnica nº390/2012-SER Revisão da Tarifa Atualizada de Referência –TAR para o exercício de 2013**. Publicado 26 out. 2012. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2012/093/documento/ntecnica-pre_aptar_2012s.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. **Nota Técnica nº001/2014-ASD-SEM-SRG/ANEEL**. Limites máximo e

mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças PLD. Publicado 10 out. 2014. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2014/054/documento/nt_001_2014_asd_sem_srg.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2015.

_____. **Quarto termo aditivo ao contrato de concessão nº94/2002 –UHE Estreito**. Brasília, 2012.

_____. **Banco de Informação de Geração - BIG** Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em 15 de out. 2015.

_____. **Cadeia Societária de Empresas de Geração de Energia Elétrica** Disponível em: <www.aneel.gov.br/paracemp/apl/PARACEMP_Menu.asp>. Acesso em: 16 fev. 2015.

_____. **Banco de Informações de Geração- BIG**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/energiaassegurada.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Minuta de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada aplicável a usinas hidrelétricas (“CCEAR”) e à minuta do Contrato de Constituição de Garantia (“CCG”)**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2005/025/contribuicao/marco_ant%C3%B4nio_amaral_sureck_-_ccear.pdf>. Acesso em: 11 abr.2015.

_____. **Nota Técnica nº038/2015-SRG-SRM/ANEEL Proposta para mitigação do deslocamento de geração hidrelétrica em função do despacho de geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo**. Publicada 19 maio 2015. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2015/032/documento/nt_038_-_srg_srm_deslocamento_do_mre-srm_final-18-5-2015-r2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. **Nota Técnica nº038/2015-SRG-SRM/ANEEL Proposta para mitigação do deslocamento de geração hidrelétrica em função do despacho de geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo**. Publicada 19 maio

2015. Disponível

em:<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2015/032/documento/nt_038_-_srg_srm_deslocamento_do_mre-srm_final-18-5-2015-r2.pdf>. Acesso em: 17 de out. 2015.

_____. **ANEEL aprova pré-pagamento de energia.** Publicado em 01 abr. 2014. Disponível em:

<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=7810&id_area=90>. Acesso em: 05 dez. 2015.

AUGUSTO. D. **Polícia e empresas intimidam moradores em área da barragem Foz do Chapecó.** Publicado 16 jan. 2007. In: Agência Notícias do Planalto. Disponível em:<<http://www.radioagencianp.com.br/node/1920>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. - ABRADÉE. **A distribuição de energia.** Disponível em:

<<http://www.abradee.com.br/setor-de-distribuicao/a-distribuicao-de-energia>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. **A distribuição de energia.** Disponível em:<<http://www.abradee.com.br/setor-de-distribuicao/a-distribuicao-de-energia>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS COMERCIALIZADORES DE ENERGIA ELÉTRICA. -ABRACEL. **Relatório Anual de 2013.** Disponível em:<<http://www.abraceel.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ALCOA **Relatório Anual 2012 Demonstrações Financeiras.** Disponível em:<https://www.alcoa.com/brasil/pt/resources/pdf/balanco_anual_alcoa_2012.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2013.

_____. Disponível em:<https://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/home.asp>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.- BNDES- **BNDES aprova financiamento de R\$ 22,5 bilhões para Belo Monte.** Publicado 26 nov. 2012. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Impr_ensa/Noticias/2012/energia/20121126_belomonte.html>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____BNDES aprova financiamento de R\$ 2,6 bilhões para hidrelétrica de Estreito. Publicado 20 dez. 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Impr ensa/Noticias/2007/20071220_not284_07.html>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRUM. E. **Vítimas de uma guerra amazônica.** Publicado 22 set. 2015. In: EL PAIS, Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html>. Acesso em: 17 nov. 2015.

CANAZIO, A.; GODOI, M.P.A.; FREIRE, W. **Apesar dos enormes desafios a serem superados, perspectiva é de correção dos rumos no setor elétrico.** Publicado 05 jun. 2015. In Agência Canal Energia: Disponível em: <http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem_Especial.asp?id=106725#>. Acesso em: 29 maio 2015

CABRAL Karla; FABRE Ana. **Cheia do Madeira pode deixar cerca de 20 mil pessoas desabrigadas, em RO.** Publicado 16 mar. 2015. In: G1 RONDÔNIA. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/03/cheia-do-madeira-pode-deixar-cerca-de-20-mil-pessoas-desabrigadas-em-ro.html>>. Acesso em: 28 out. 2015.

CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA. Disponível em: <http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/inicio?_afLoop=193245509149947#%40%3F_afLoop%3D193245509149947%26_adf.ctrl-state%3D15vgbnxji_4>. Acesso em: 05 maio 2015.

CAMARGO B.; HASHIZUME M. **Atingidos pelas obras de hidrelétrica enfrentam incertezas.** Publicado 31 jul. 2008. In: Agência Repórter Brasil. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA. UHE ESTREITO. **Fotos da evolução da obra UHE Estreito 2012.** Disponível em: <http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=106>. Acesso em: 21 abr. 2015.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.- CPFL **Relatório Anual 2012** Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br/institucional/relatorio-anual/Documents/ra-cpfl-2012.pdf>>. Acesso 18 abr. 2015.

DAMASCENO. Ivanete. **Maior cheia do Rio Madeira completa um mês, e rio continua a subir em RO.** Publicado 18 mar. 2014 In: G1 RONDÔNIA. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2014/03/maior-cheia-do-rio-madeira>>

completa-um-mes-e-rio-continua-subir-em-ro.html>. Acesso 28 out.2015

EDP Energias de Portugal **Relatório Anual 2013**. Disponível em <http://edp.infoinvest.com.br/ptb/5586/EDP_RAS2013-na.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2015.

EDP Energias de Portugal **Relatório Anual 2013** Disponível em: <http://edp.infoinvest.com.br/ptb/5586/EDP_RAS2013-na.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2015.

EDP Energias de Portugal. **Demonstrações Financeiras 2011**. Disponível em:<http://edp.infoinvest.com.br/enu/4525/EVRECY_DRE.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

ELETROBRÁS- Centrais Elétricas Brasileiras S.A **Relatório Anual de Sustentabilidade 2013**. Disponível em: <http://www.eletrobras.com/relatorio_sustentabilidade_2013/perfil-corporativo/composicao-acionaria/>. Acesso em: 30 abr. 2015.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. -EPE. **Informe à Imprensa Leilão de Energia Nova A-5/2007**. Publicado 16 out. 2007. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20071016_1.pdf>. Acesso em: 03 nov.2013

ENASE- Encontro Nacional do Setor Elétrico. Disponível em: <<http://www.enase.com.br/>>. Acesso em: 29 maio 2015.

ENERPEIXE. **Demonstrações Financeiras 2013**. Disponível em: <<http://edp.infoinvest.com.br/ptb/5400/13ENERPEIXEbal20148p.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2015.

FACCHINI, Cláudia. **Dilma diz que obra de Estreito é fruto de teimosia**. In: Jornal Valor Econômico. Empresas. Publicado 18 out. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514648-dilma-diz-que-obra-de-estreiro-e-fruto-de-qteimosiaq>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

FREIRE, Wagner. **Light quer antecipar operação da UHE Itaocara em 18 meses**. In: Agência Canal Energia. Notícia Exclusiva 25/11/2015. Disponível em: <http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticia_Exclusiva.asp?id=109461>. Acesso em 05 dez. 2015.

GRUPO DE ESTUDOS TAPAJÓS. **Diálogo Tapajós**. Disponível em: <<http://www.grupodeestudostapajos.com.br/comunidade/>>. Acesso em 16 nov.2015.

HALUM César. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Câmara dos Deputados. Publicado 19 abr. 2011 Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=077.1.54.O%20%20%20%20%20&nuQuarto=31&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:>>>. Acesso 01 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. - IBGE Disponível em: <<http://www.ibge.org.br/>>

INTERCEMENT **Relatório Anual 2011**. Disponível em: <<http://www.contadino.com.br/pdf/raintercement.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Notícia do Site: **Consórcio responsável pela usina hidrelétrica de Estreito é multado**. Publicado 02 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/consorcio-responsavel-pela-usina-hidreletrica-de-estreito-e-multado>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____**Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental. Edital sobre consultas e audiências públicas**. Dezembro 2004

IPCA- Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Disponível em: <<http://www.calculador.com.br/tabela/indice/IPCA/2012>>. Acesso em: 02 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.ph.dados=p13&uf=00>>. Acesso em: 17 maio 2015.

_____**Área Territorial Brasileira**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 20 abr. 2015

JAN-DOUWE Van der Ploeg. **Los conglomerados industriales exprimen la riqueza del campo**, 2010. In: Periodismo Humano.com. Economía. 27 out. 2010. Disponível em: <<http://periodismohumano.com/economia/los-conglomerados->

industriales-exprimen-la-riqueza-del-campo.html>. Acesso 17 out.2015.

JORNAL DE MINAS GERAIS. **Publicações de Terceiros e Editais de Comarcas**. Caderno 02. 29 mar. 2014. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/117686/caderno2_2014-03-29%2030.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 mar. 2015.

LESBAUPIN. I. **A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil**. Instituto Humanistas Unisinos. Entrevista. 13 agos. 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8843-a-vale-do-rio-doce-e-o-neoliberalismo-no-brasil-entrevista-especial-com-ivo-lesbaupin>>. Acesso em: 10 nov.2015.

MACIEL. A. **A arte de ignorar a natureza**. Publicado 28 jul. 2015. In: Agência Pública. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/07/a-arte-de-ignorar-a-natureza/>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MAIA, S. **UHE Estreito: Famílias negociam desocupação em área de barragem no MA**. São Paulo. In: Fórum Carajás. Disponível em: <<http://forumcarajas.org.br/portal.php?noticia&mostra&2283>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Começa expulsão das famílias urbanas atingidas por Belo Monte**. Publicado 15 jan. 2014 Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/come-expuls-das-fam-lias-urbanas-atingidas-por-belo-monte>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. **Atingidos pela UHE Estreito continuam marcha por direitos**. Publicado 30 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-uhe-estreito-continuam-marcha-por-direitos>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. **Governo Federal desrespeita os direitos dos atingidos por barragens**. Publicado 12 jul. 2012 Disponível em: <<http://mabnacional.org.br/noticia/governo-federal-desrespeita-os-direitos-dos-atingidos-por-barragens>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. –MME. **UHE Estreito é enquadrada no Reidi**. Publicado 23 jul. 2009. Disponível em: < <http://www.mme.gov.br/uhe-estreito-e-enquadrada-no-reidi>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.- MPF. **Funções Institucionais**. Disponível em:<http://www.prr4.mpf.mp.br/site/index.php?option=com_content&view=article&i

d=6&Itemid=19>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____ **Estreito: assentados do Incri não aceitam carta de crédito como compensação** Publicado 01 fev. 2010. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/estreito-assentados-do-incra-nao-aceitam-carta-de-credito-como-compensacao/?searchterm=uhe%20estreito>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____ **Consórcio não participa de audiência pública para debater indenizações a impactados por hidrelétrica.** Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/ceste-nao-participa-de-audiencia-publica-para-debater-indenizacoes-a-impactados-pela-uhe-de-estreito/?searchterm=uhe%20estreito>. Acesso em: 05 abr. 2015

_____ **MPF/TO: Reunião em Babaçulândia aponta pendências do Ceste em relação a impactados por Estreito.** Publicado 25 out. 2010. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/reuniao-em-babaculandia-aponta-pendencias-do-ceste-em-relacao-a-impactados-por-estreito/?searchterm=uhe%20estreito>. Acesso em: 05 abr. 2015

_____ **MPF/ TO intermedia reunião entre impactados pela UHE Estreito e empreendedor.** Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/ministerio-publico-federal-intermedia-reuniao-entre-impactados-pela-uhe-estreito-e-empreendedor/?searchterm=uhe%20estreito>. Acesso em: 05 abr. 2015.

OBSERVATÓRIO SÓCIO – AMBIENTAL DE BARRAGENS. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>>.

_____. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/73/luis-eduardo-magalhies-ex-lajeado>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/30/sao-salvador>>. Acesso em: 08 nov. 2015

_____. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/14/serra-da-mesa> >. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Disponível em:
<<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/7/cana-brava>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Disponível em:
<<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/21/estreiro>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Disponível em:
<<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/72/peixe-angical>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO.- ONS Disponível em:
<http://www.ons.org.br/conheca_sistema/o_que_e_sin.aspx>. Acesso em: 05 maio 2014.

PARTIDO VERDE. **Perguntas e respostas sobre a usina hidrelétrica de belo monte**. Publicado 26 out.2015. Disponível em:
<<http://pv.org.br/2015/10/26/perguntas-e-respostas-sobre-a-usina-hidreletrica-de-belo-monte/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PAUL, Gustavo. **Rio Madeira: Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio receberão mais R\$ 2 bi para elevar**. In: O globo, Economia, 17/11/2010. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/economia/rio-madeira-usinas-hidreletricas-jirau-santo-antonio-receberao-mais-2-bi-para-elevar-2964474>>. Acesso em 05 dez. 2015.

PHILCARTO. Disponível em: <<http://philcarto.free.fr/>>.

PONTES. F.J. **É um desrespeito aos povos indígenas propor uma consulta após as obras estarem decididas**. Entrevista. In: Instituto Humanistas Unisinos. Publicado, 01 dez. 2011. Disponível em:
<<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/504519-e-um-desrespeito-aos-povos-indigenas-propor-uma-consulta-apos-as-obras-estarem-decididas-entrevista-especial-com-felicio-pontes-junior>>. Acesso em: 10 nov.2015.

SHAHIN- Empreiteira. Disponível em: <<http://ww.schahin.com.br/pt/areas-de-negocio/energia/portfolio-7/lt-porto-velho-ro-araraquara-sp>>. Acesso em: 05 maio 2014.

TRACTEBEL SUEZ ENERGIA **Relatório de sustentabilidade 2010**. Disponível

em: <http://www.enfoque.com.br/infocias/arq_infocias_dados/295701.pdf>. Acesso em: 28 jan.2015.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2011** Disponível em: <[http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/b794dfed->](http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/b794dfed-). Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. **Relatório da Administração 2013**. Disponível em: <http://www.pefran.com.br/empresas2012/tractebel_energia%5Clegal%5C%5B26325%5D-tractebel_energia_legal_bal_anual_31-12-13_dcsc_doesc%5Cinternet%5Ccarte%5C26325.pdf >. Acesso em: 28 jan.2015.

_____. **Informe Financeiro 2T 2012**. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/22fd1ae2-4bc9-493f-9c1e-6c6573cfa3e8/137767.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=22fd1ae2-4bc9-493f-9c1e-6c6573cfa3e8> >. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. **2T 2012. Tractebel Energia aprova distribuição de 100% de dividendos intercalares: R\$ 1,0628 por ação**. Disponível em: <http://www.enfoque.com.br/infocias/arq_infocias_Dados/345715.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2008** Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/aafadd84-df38-4e89-baf0-a593bd22de30/95092.pdf> >. Acesso em: 28 jan. 2015

_____. Disponível em: <<http://www.tractebel-engineering-gdfsuez.com/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/internet>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Audiência Pública n.º 025/2005**. Publicado 04 out. 2005. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2005/025/contribuicao/marco_ant%C3%B4nio_amaral_sureck_-_c Cear.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015

_____. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2010** Disponível em: <http://www.enfoque.com.br/infocias/arq_infocias_dados/295701.pdf >. Acesso

em: 28 jan. 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL- TRE-In: BLOG: ROBERTA TUM Notícia: **Procuradoria apresenta defesa ao TRE no caso da apreensão de bicicletas**, 2010. Disponível em: <<http://www.t1noticias.com.br/antigas/noticias/procuradoria-apresenta-defesa-ao-tre-no-caso-da-apreensao-de-bicicletas/30470/#.VMeKxy5cD6M>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

VALE **Relatório Anual 2012 Vale - Eficiência na Gestão do Capital**. Disponível em:<http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2012_p.pdf>. Acesso em: 10 nov.2013.

Vídeo sobre a solenidade de inauguração da Usina hidrelétrica de Estreito. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=kPFJpFthjyl&spfreload=10>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

ANEXO A – FOTOS DA MORTANDADE DE PEIXES DURANTE A CONSTRUÇÃO DA UHE ESTREITO



Fonte: ((o))eco, 2011.



REFERÊNCIA

MARINHO Leilane. **Usina acaba com pesca no Tocantins**. Publicado 25 abr. 2011. In: ((o))eco. Disponível em: < <http://www.oeco.org.br/reportagens/24977-usina-acaba-com-pesca-no-tocantins>>. Acesso em: 05 abr.2015.

_____. **Peixes morrem na UHE de Estreito**. Publicado 01 abr. 2011. In: ((o))eco. Disponível em: < <http://www.oeco.org.br/noticias/24931-peixes-morrem-na-uhe-de-estreiro>>. Acesso em: Acesso em: 05 abr.2015.

**ANEXO B – PROPOSTA DE POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS DAS
POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS (PNAB)**

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA SUBSTITUTIVO AOS
PROJETOS DE LEI NOS 1.486, DE 2007, E 29, DE 2015**

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB), prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) e estabelece regras sobre os investimentos sociais a cargo do empreendedor.

Parágrafo único. As obrigações e direitos estabelecidos por esta Lei aplicam-se:

I – às barragens sujeitas a licenciamento ambiental mediante elaboração prévia de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório (EIA/Rima), nos termos da legislação ambiental; e

II – às barragens não enquadradas no inciso I que tiverem populações atingidas por sua construção, enchimento do reservatório ou operação, a critério do órgão licenciador.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entendem-se por Populações Atingidas por Barragens (PAB) todos aqueles que se virem sujeitos a um ou mais dos seguintes impactos provocados pela construção, enchimento do reservatório e operação de barragens:

I – perda da propriedade ou da posse de imóvel;

II – perda da capacidade produtiva das terras da parcela remanescente de imóvel parcialmente atingido;

III – perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros;

IV – perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam

economicamente;

V – prejuízos comprovados às atividades produtivas no local e entorno da barragem;

VII – prejuízos comprovados às atividades produtivas à jusante, no entorno e à montante do reservatório, que afetem a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações; ou

VIII – outros eventuais impactos, diretos ou indiretos, incluindo os provocados sobre os meios e modos de vida das comunidades que acolherão os atingidos reassentados

VI – inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações;

Art. 3º São direitos das PAB:

I – reparação do impacto provocado pela barragem, que deve reconhecer a diversidade de situações, experiências, vocações e preferências, culturas e especificidades de grupos, comunidades, famílias e indivíduos, e contemplar a discussão, negociação e aprovação pelo Comitê Local da PNAB, incluindo, necessariamente, a possibilidade de reassentamento coletivo, de modo a favorecer a preservação dos laços culturais e de vizinhança prevalentes na situação original, podendo ocorrer das seguintes formas:

a) reposição, quando o bem ou infraestrutura destruído ou a situação social prejudicada são repostos ou reconstituídos;

b) indenização, quando a reparação assume a forma monetária;

c) compensação, quando se oferece outro bem ou outra situação que, embora não reponha o bem ou situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais; e

d) compensação social, quando assume a forma de benefício material adicional às três formas de reparação anteriores, a ser concedido após negociação com o Comitê Local da PNAB, como forma de reparar as situações consideradas imensuráveis ou de difícil mensuração, como o rompimento de laços familiares, culturais, redes de apoio social, mudanças de hábitos, destruição de modos de vida comunitários, danos morais e abalos psicológicos, entre outros.

II – opção livre e informada das alternativas de reparação;

III – negociação coletiva e prévia aprovação em relação:

a) às formas de reparação;

b) aos parâmetros para identificar os bens e as benfeitorias passíveis de reparação;

c) aos parâmetros para o estabelecimento de valores indenizatórios e eventuais compensações;

d) às etapas de planejamento e ao cronograma de reassentamento; e

e) à elaboração dos projetos de moradia

IV – assessoria técnica independente, custeada pelo requerente da licença ou empreendedor, conforme o caso, para orientá-los no processo de negociação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) em cada obra;

V – indenização justa e prévia em dinheiro pelas perdas materiais, que contemple:

a) o valor das propriedades e benfeitorias;

b) lucros cessantes, quando for o caso; e

c) recursos monetários que assegurem a manutenção dos níveis de vida até que as famílias e indivíduos alcancem condições pelo menos equivalentes às precedentes;

VI – reassentamento rural em lote que tenha como patamar mínimo de tamanho o módulo fiscal;

VII – reassentamento urbano, com lotes e moradias, com tamanho mínimo que respeite o estabelecido pela legislação urbanística, incluindo a municipal;

VIII – implantação de projetos de reassentamento rural ou urbano mediante processos de autogestão;

IX – moradias nos reassentamentos que reproduzam no mínimo as condições materiais anteriores no que diz respeito às dimensões e qualidade da edificação, bem como condições adequadas a grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade, como idosos, crianças e pessoas com deficiência;

X – indenização pelos custos, acrescidos de manutenção e uso do lote ou moradia até que, comprovadamente, os reassentados tenham alcançado patamares de renda que lhes permitam arcar com as novas despesas decorrentes do deslocamento compulsório e do reassentamento;

XI – espaços e equipamentos de uso comum nos projetos de

reassentamento que permitam a sociabilidade e vivência coletivas, sempre que possível nos modos e padrões prevalentes no assentamento original;

XII – escrituração e registro dos imóveis decorrentes do reassentamento urbano e rural no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar do reassentamento, ou, se for o caso, concessão de direito real de uso, no mesmo prazo;

XIII – reassentamento em terras economicamente úteis, de preferência na região e no município habitados por elas, após a avaliação de sua viabilidade agro econômica e ambiental pelo Comitê Local da PNAB.

XIV – prévia discussão e aprovação do projeto de reassentamento pelo Comitê Local da PNAB, incluindo localização, identificação de glebas, projetos de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, assim como a escolha e formas de distribuição de lotes;

XV – formulação e implementação de planos de recuperação e desenvolvimento econômico e social da região atingida, sem prejuízo das reparações individuais ou coletivas devidas, com o objetivo de recompor ou, se possível, instaurar arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto dos atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais, e capazes de proporcionar a manutenção ou a melhoria das condições de vida;

XVI – recebimento individual, por pessoa, família ou organização cadastrada, de cópia de todas as informações constantes a seu respeito, até 30 (trinta) dias após a atualização do cadastramento para fins de reparação; e

XVII – consulta pública da lista de todas as pessoas e organizações cadastradas para fins de reparação, bem como informações agregadas do cadastro, preservadas a intimidade e as informações de caráter privado.

Art. 4º Sem prejuízo do disposto no art. 3º, são direitos das PAB que exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietário, meeiro ou posseiro, assim como daqueles que, não se enquadrando em uma dessas categorias, tenham vínculo de dependência com a terra para sua reprodução física e cultural:

I – indenização em dinheiro pelas perdas materiais, composta pelo valor da terra, benfeitorias, safra e prejuízos pela interrupção de contratos;

II – compensação pelo deslocamento compulsório advindo do reassentamento; e

III – compensação pelas perdas imateriais, com o estabelecimento de programas de assistência técnica necessários à reconstituição dos modos de vida e das redes sociais e econômicas, incluindo as de natureza psicológica, assistencial, agrônômica e outras cabíveis.

Art. 5º Em toda barragem em processo de licenciamento ambiental, nos termos do parágrafo único do art. 1º, deve ser criado, a cargo do empreendedor, um Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB), com o objetivo de prever e assegurar os direitos estabelecidos na PNAB, com programas específicos destinados:

I – às mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade;

II – às populações indígenas, quilombolas e tradicionais;

III – à reestruturação das comunidades ribeirinhas e áreas remanescentes;

IV – aos trabalhadores da obra;

V – aos pescadores e à atividade pesqueira na área do empreendimento, de modo a garantir a sobrevivência das pessoas e a continuidade dessa atividade mediante:

a) o acesso à água, com reassentamento dos pescadores o mais próximo possível da beira do lago ou do rio;

b) condições que permitam aos pescadores voltar a produzir, bem como infraestrutura para conservação, industrialização e comercialização do pescado, e capacitação em face dessa nova realidade; e

c) recursos financeiros para manutenção, de caráter transitório, até o início da produção e obtenção de renda, com prazos estabelecidos pelo Comitê Local da PNAB.

VI – aos impactos na área de saúde, saneamento ambiental, habitação e educação dos municípios que receberão os trabalhadores da obra;

VII – à recomposição das perdas decorrentes do enchimento do reservatório, como a destruição, eliminação ou inviabilização de infraestruturas, equipamentos, recursos e espaços de uso e fruição coletivos;

VIII – à prestação de assistência social, que deverá atender, entre outras, às seguintes necessidades:

a) assistência jurídica, psicológica, médica, odontológica, hospitalar e social;

- b) fornecimento de cesta básica por um período mínimo de 1 (um) ano;
- c) assistência financeira, para as famílias realocadas, visando o desenvolvimento de atividades produtivas, por meio de linhas de crédito específicas do Governo Federal;
- d) prestação de assistência técnica e agrícola, com oferta de cursos profissionalizantes;
- e) fornecimento de toda a estrutura logística, incluindo transporte e estadia, aos moradores das áreas afetadas, propiciando sua ampla e efetiva participação em audiências públicas, reuniões ou encontros, destinados à análise e à exposição dos programas de assistência social e dos estudos ambientais inerentes ao empreendimento;
- f) elaboração e distribuição de material informativo, explicitando os direitos e deveres dos empreendedores e da população atingida, utilizando linguagem de fácil entendimento.

§ 1º O PDPAB deverá ser aprovado pelo Comitê Local da PNAB e homologado pelo órgão colegiado referido no art. 6º, antes da concessão da licença prévia do empreendimento.

§ 2º Além das audiências públicas previstas na legislação ambiental, poderão ocorrer reuniões e encontros para discutir e ajustar pontos relevantes do PDPAB.

§ 3º Fica o Governo Federal autorizado a criar linhas de crédito específicas para o atendimento das famílias atingidas.

§ 4º Quando a atividade de que trata a alínea c do inciso VIII do *caput* deste artigo for produção agrícola, terá garantia de compra, por parte do Governo Federal, por um período de até 2 (dois) anos

Art. 6º A PNAB contará com um órgão colegiado em nível nacional, de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a sua formulação e implementação.

§ 1º Nos termos do regulamento, o órgão colegiado previsto no *caput* terá composição tripartite, com representantes do Poder Público, dos empreendedores e da sociedade civil, estes últimos indicados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

§ 2º Em toda barragem sujeita a licenciamento ambiental, nos termos do parágrafo único do art. 1º, desde a etapa inicial de planejamento da obra, será constituído um Comitê Local da PNAB, de composição tripartite e caráter

provisório, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação do PDPAB.

Art. 7º Para o custeio do PDPAB, por ocasião da fixação do preço de referência do empreendimento hidrelétrico pelo governo federal para efeito de licitação, será estipulado um valor mínimo de recursos para investimentos sociais a cargo do empreendedor, que integrará o cálculo da tarifa de energia prevista.

1º O empreendedor responde pela integral implementação das ações do PDPAB, mesmo que os custos reais superem o valor mínimo estipulado nos termos do *caput*.

§ 2º O regulamento estabelecerá regras sobre o valor mínimo de investimentos sociais em barragens não associadas a empreendimento hidrelétrico.

Art. 8º Observadas as diretrizes e os objetivos do plano plurianual (PPA), as metas e prioridades fixadas pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e o limite das disponibilidades propiciadas pela lei orçamentária anual (LOA), a União poderá aplicar recursos para o resgate do passivo social decorrente da implantação de barragens antes do advento desta Lei, resguardado o direito de regresso contra os respectivos empreendedores.

Art. 9º Aos infratores do disposto nesta Lei serão aplicadas, independentemente da obrigação civil de reparar o dano, as sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1.998, seu regulamento e demais normas cabíveis.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Fonte:

ROBERTO Antonio. Deputado; MORAES Jô. Deputada Relatora. **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nºs 1.486, DE 2007, E 29, DE 2015.**